

# Introdução

O Sahara Ocidental é um território situado no norte de África e que atualmente se encontra considerado pelas Nações Unidas, como sendo um *non-self-governing territory* ou, por outras palavras, um território não autónomo (ONU, s.d.). No caso do Sahara, isto significa que ainda que exista um governo sarauí constituído, proclamado em 27 de Fevereiro de 1976, este não tem plena autonomia sobre o seu próprio território, como supostamente deveria acontecer em circunstâncias normais. No entanto, o facto de os sarauís não terem o tão almejado controlo sobre a totalidade do seu território, parece não causar nenhum tipo de estranheza, pois grande parte da história recente do Sahara, é caracterizada pelo domínio colonial de Espanha, de Marrocos, e durante um curto período, também da Mauritânia, sobre a terra pertencente ao povo sarauí.

Olhando para o caso com o devido detalhe e rigor, será necessário recuar até 1884, ano em que a realeza espanhola, com a firme intenção de administrar o Sahara, nomeia pela primeira vez um comissário, que ficaria responsável por supervisionar o território sarauí e em simultâneo, controlar todos os assuntos externos respeitantes a Espanha. Assim, desde 1884 e durante anos, o povo sarauí viveu sob a administração espanhola. No entanto, ao chegar a 1970, alguns jovens sarauís que estudavam em universidades marroquinas, algo entediados do domínio espanhol, criaram um movimento nacionalista, que pretendia terminar com o domínio de Espanha sobre o Sahara. Porém, este movimento depressa perdeu força, devido às sucessivas repreensões feitas por parte de Espanha. Mais tarde, em 1973, um novo movimento nacionalista sarauí, intitulado Frente Polisario, percebendo que o pacifismo e o protesto não seriam suficientes para terminar com a administração de Espanha sobre o Sahara, leva a cabo a primeira agressão contra um posto militar espanhol, localizado precisamente neste território. Este primeiro ataque da Frente Polisario seria muito simbólico, pois marcaria o início da luta armada do povo sarauí, pelos seus direitos e essencialmente contra o colonialismo espanhol.

Apesar da Frente Polisario ter sido criada para libertar o Sahara do domínio espanhol, a verdade é que a luta dos nacionalistas sarauís contra Espanha não se afiguraria muito longa, pois em 1973, devido à doença de Francisco Franco, e juntamente com a pressão realizada por Marrocos<sup>1</sup>, Espanha acaba por renunciar de vez, um pouco mais tarde em 1976, à administração sobre o Sahara. Desta feita, e apesar de finalmente libertado do colonialismo espanhol, o povo sarauí enfrentava agora o domínio de Marrocos e da Mauritânia, sobre o seu território. Desde então e até aos dias que correm, o povo sarauí tem-se visto confrontado com uma situação, na qual continua a não ser completamente independente na administração do seu próprio território, devido à presença de Estados terceiros ao longo dos anos. Todavia o

---

<sup>1</sup> Com referência à *Green March*, assunto que será abordado mais adiante.

Sahara e o seu povo, não podem apenas incutir responsabilidades a Espanha, a Marrocos ou à Mauritânia, pois quando se faz uma reflexão um pouco mais profunda sobre este assunto, existem outros Estados, entidades e personalidades, que aparentam ter também alguma responsabilidade, na forma como as gentes sarauís têm sido tratadas nos últimos trinta anos. É exatamente por este mesmo motivo que, quando se aborda o tema Sahara Ocidental, não se culpabilize somente o Estado marroquino, ainda que este, não seja propriamente inocente neste tema. Outras entidades, tais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e Estados, como os Estados Unidos da América (EUA), não estão também propriamente isentos de culpa, conforme verificaremos ao longo desta dissertação.

Não querendo entrar em comparações muito detalhadas, esta questão respeitante ao Sahara Ocidental, assemelha-se muito com a questão de Timor-Leste<sup>2</sup>, como nos relata Charles Scheiner na obra *International Law and the Question of Western Sahara*, ao dizer que “Timor-Leste and Western Sahara have much in common”, ressaltando-se, claro está, o facto de que, até à data, a situação do Sahara não estar de todo resolvida, ao passo que o segundo caso visado, respeitante a Timor-Leste, estar já solucionado desde 2002 (Scheiner, 2006:137). Voltando ligeiramente atrás, tal semelhança entre a questão do Sahara e de Timor-Leste é-nos também confirmada por Pedro Pinto Leite<sup>3</sup> da Western Sahara Resource Watch (WSRW), que nos relata o seguinte quando se fala de ambas as situações “não há dúvida que há muita coisa que é igual”. E ainda que os timorenses, possam hoje em dia gozar a sua própria independência depois de uma luta tenebrosa contra o domínio indonésio, tal liberdade será também em breve conseguida pelos sarauís contra o domínio marroquino, pois segundo Pedro Pinto Leite “não há povo que esteja sob domínio estrangeiro que não acabe num momento ou outro por se libertar...pois a tendência...e ainda que haja ditadura...é sempre para a libertação” (Leite, 2011).

Esta situação relativa ao Sahara Ocidental, tem envolvido ao longo dos anos para além da Organização de Unidade Africana<sup>4</sup> (OUA), a atual União Africana (UA), para além das Nações Unidas e dos EUA, outras terceiras entidades (Pazzanita, 2006:307-314; Venâncio, 2009:104). Líbia, França, Argélia, Mauritânia foram alguns dos estados que estiveram envolvidos, sendo que alguns, continuam ainda implicados nesta questão sarauí. Porém, e para além de todos

---

<sup>2</sup> Timor-Leste recorde-se, era uma antiga colónia de Portugal, que logrou a sua independência em Novembro de 1975. Posteriormente, Timor-Leste foi ocupado pela Indonésia, tendo conseguido a libertação deste país, em 20 de Maio de 2002 (Opello, Walter; Wheeler, Douglas, 2010:22).

<sup>3</sup> Pedro Pinto Leite é um jurista português, que trabalha essencialmente na área do direito internacional. É o Secretário-geral da International Platform of Jurists for East Timor (IPJT), trabalhando simultaneamente com a Western Sahara Resource Watch (WSRW). É o autor principal da obra *The East Timor Problem and the Role of Europe* e também um dos autores / editores da obra *International Law and the Question of Western Sahara*.

<sup>4</sup> Fundada em 25 de Maio de 1963 em Addis Abeba, capital da Etiópia, a OUA foi a primeira organização internacional do continente africano. A OUA foi substituída pela UA, em 9 de Julho de 2002. Inicialmente fundada, a “...OUA, ensaia uma aproximação organizacional ao modelo da União Europeia, em matérias como democracia, direitos humanos e desenvolvimento, que se tornam preocupações centrais” (Venâncio, 2009:104).

estes, há que destacar ainda o papel da ex. União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que aproveitou este conflito para afrontar em certa medida os EUA, vendendo armas, que posteriormente seriam usadas pelos sarauís para atacar Marrocos. Este por sua vez, estava a ser apoiado pelos EUA. Todavia e ainda que a ex. URSS, procurasse afrontar de algum modo os EUA, a respeito do clima de Guerra Fria que se fazia sentir, também lucrava com o conflito entre Sahara e Marrocos, pois segundo Carlos Ruiz Miguel<sup>5</sup> “Rússia encontrou em Argélia um magnífico mercado para vender su armamento” (Miguel, 2005:4).

No decorrer destes últimos anos, tem-se visto também que o conflito entre Sahara e Marrocos, ainda que esteja envolvido e tenha sido motivado pelo clima de Guerra Fria que se vivia então, é sobretudo um conflito causado por interesses. Interesses estes de vária ordem, com as mais variadas origens. À primeira vista, e olhando para o Sahara enquanto território, podemos ter a sensação que não passa de um território pobre, sem recursos, desprotegido, com um povo que reclama o direito a uma terra, maioritariamente em posse de Marrocos e que é caracterizada essencialmente como um território deserto. No entanto, o Sahara Ocidental, apesar de tudo aquilo que possa parecer, é um território com grande riqueza natural e talvez essa riqueza, seja o seu maior defeito, pois tem levado a que este povo não tenha acesso à sua própria terra.

Obviamente que, numa primeira perspetiva, olhando para o Sahara, podemos não contemplar grandes campos verdejantes, verdadeiros latifúndios de grande riqueza agrícola que caracterizam países como França ou Holanda, pois não é aí que está a grande riqueza natural sarauí, de que acima se falava. No entanto, olhando de uma forma mais metódica para o Sahara, vamos deparar-nos com uma costa marítima prosperíssima para a atividade da pesca, vamos constatar a presença de consideráveis reservas de fosfato e noutra patamar, veremos que o Sahara representa, por exemplo, para países como Marrocos, uma porta de abertura ou um entrave, dependendo da forma como se encara esta questão, para todo o resto do continente africano. Recentes rumores, que até ao momento da elaboração deste trabalho não estão plenamente confirmados, apontam que o Sahara Ocidental terá também reservas de petróleo e gás natural no seu território. Diga-se desde já, que desde a descoberta de todas estas riquezas naturais, os sarauís pouco ou nada têm usufruído daquilo que é seu, pois durante anos, este território, esteve e continua a estar, ocupado por Estados terceiros que usufruem de algo a que não têm direito<sup>6</sup> (Chapaux, 2006:222).

Depois de feitas algumas breves considerações acerca do tema a desenvolver, importa agora apresentar a estrutura da dissertação. Tentando, com o máximo de rigor, seguir as normas exigidas pela universidade para a elaboração deste tipo de trabalho académico, serão

---

<sup>5</sup> Catedrático espanhol de direito constitucional da universidade de Santiago de Compostela, com vários artigos publicados sobre a questão do Sahara.

<sup>6</sup> Esta questão da exploração indevida das riquezas naturais do Sahara, será abordada mais adiante neste trabalho, pois a certa altura as Nações Unidas, estabeleceram que Espanha seria o único *administering power* do Sahara, o que lhe conferia alguns direitos mas também deveres, sobre este território.

brevemente nas próximas linhas, introduzidos e apresentados todas as etapas desta dissertação. O primeiro capítulo apesar de breve, revela-se no entanto crucial para a compreensão de todos os outros que se seguem, pois fornece informações não só ao nível do enquadramento teórico, mas também ao nível da contextualização histórica, o que permite entender melhor tudo aquilo que se desenvolverá de seguida. Por sua vez, e em contraste com o primeiro capítulo, o segundo e terceiro capítulos, são claramente os mais extensos. Enquanto o segundo capítulo relata aspetos relativos ao conflito armado, o terceiro refere-se, por sua vez, ao conflito diplomático. Ainda ao longo deste último, vamos tentar compreender, por exemplo, o envolvimento das Nações Unidas e da OUA, a atual UA, bem como de personalidades como Pérez de Cuéllar, Kofi Annan e Ban Ki-Moon, no assunto em causa. Já por fim, no quarto capítulo, será realizado um pequeno estudo onde se vai tentar compreender quais são os verdadeiros motivos que movem Marrocos nesta disputa pelo Sahara. Esta quarta e última etapa, tenta com detalhe e objetividade fornecer dados, da forma mais fidedigna possível, para que se possa perceber com realidade o quanto Marrocos tem ganho com o facto de controlar o Sahara nestes últimos trinta anos.

Basicamente e uma vez aqui chegados, ao longo desta dissertação de mestrado, vamos tentar compreender com o merecido detalhe e com o máximo de veracidade possível, atendendo às mais diversas obras, publicações, entidades e personalidades, o problema concreto entre o Sahara e Marrocos, e quais as razões que moveram e que ainda movem os autoridades marroquinas nesta luta por este território, na necessidade de o afirmar como uma província de Marrocos. Assim sendo e deste modo, daremos início à dissertação com a seguinte pergunta de partida;

*Quais as razões e os interesses que justificam a persistência de Marrocos, nesta disputa pelo Sahara Ocidental?* Para tal e para responder a esta pergunta de partida, foi utilizado durante a elaboração desta dissertação de mestrado como procedimentos metodológicos, a leitura de várias obras e artigos de diferentes autores, e consultados vários documentos oficiais de diferentes entidades competentes.

# Capítulo I - Enquadramento Teórico e Contextualização Histórica

## 1. Enquadramento Teórico

### 1.1 Breve sinopse sobre a perspetiva realista

No atual momento em que vivemos, inícios do século XXI, temos a perfeita noção de que o sistema internacional não é de todo perfeito, como aliás nunca o foi. Assim e para se constatar tal facto, basta folhear um qualquer manual de história ou simplesmente olhar ao nosso redor. Ao fazê-lo, veremos que, na realidade, a ideia de simetria e perfeição, não existe. O mundo foi desde muito cedo, uma esfera caracterizada pela existência de desentendimentos e conflitos, quer entre cidadãos ou organizações, mas também e principalmente entre Estados.

Este estado da natureza inerente ao sistema internacional, segundo a teoria realista, não é propriamente nova. Para o verificar, basta recuar até ao século X a.C. e observar Tucídides e a sua obra *The History of Peloponnesian War* (1954), onde nos é relatada a história do conflito entre Esparta e Atenas. O resultado final desta desavença, são trinta longos anos de guerra e a destruição quase total, onde tudo começa, devido a um clima de desconfiança mútuo. Por um lado, Atenas com o seu regime imperialista, tinha grandes ambições de poder e território, e por outro, Esparta, com um regime marcadamente autoritário, que olhava para Atenas com grande desconfiança, pois temia perder a soberania sobre o seu próprio território, a qualquer momento. Desta forma, o que Tucídides conclui ao longo da sua obra, é que não há forma ou maneira de evitar o conflito e a guerra, pois o sistema internacional assemelha-se muito ao estado da natureza, onde impera o poder e a lei do mais forte.

Mais tarde, em inícios do século XVI d.C., o italiano Nicolau Maquiavel na obra *O Príncipe* (1998), conclui que os *fins justificam os meios*, sustentando a ideia de que não importa qual o tipo de ações pelas quais os governantes se decidem e nem a quem as mesmas causem transtorno, pois, na realidade, o que interessa, é que essas atitudes consigam manter a autoridade e soberania do estado em questão. É esta a base do pensamento de Maquiavel, outra das figuras do pensamento realista, que vem complementar as ideias prévias de Tucídides.

Já em meados do século XVII, um filósofo inglês de nome Thomas Hobbes, autor da obra *Leviatã* (Akunin, 2004), dava mais uma importante contribuição ao pensamento realista. Hobbes, afirmou que dentro de uma determinada sociedade, todos os seus membros devem anuir-se o suficiente, para que haja uma autoridade máxima que possa assegurar a paz interna e a segurança nacional. É a exaltação do poder central do Estado e a aceitação de

uma autoridade inquestionável. No entanto, o pensamento de Hobbes não está somente comprometido com teorias absolutistas. Segundo o próprio, este pensamento pode e deve ser seguido também no seio de uma sociedade democrática.

Mais recentemente, em finais do século XX, emerge outra importante contribuição para a teoria realista ou realismo político, pela mão de Hans Morgenthau. Autor da obra, *Politics among Nations: the struggle for power and peace* datada de 1948, Morgenthau juntamente com Thompson, enuncia os seis princípios fundamentais do realismo político. Num breve resumo desta enunciação, Morgenthau sustenta que a política é governada por leis objetivas com raízes na natureza humana, atribuindo um especial destaque à política externa dos Estados. Ainda no seguimento do pensamento realista, Morgenthau afirma que as ações dos Estados, são motivadas pelas ideias de conquista e sobrevivência no seio do sistema internacional, referindo ainda que a esfera política é autónoma e completamente independente da dimensão económica, ética, religiosa e do direito.

Para além de Morgenthau, existem hoje em dia contribuições para o realismo, de outras personalidades, em especial individualidades académicas. Assim e quando se procura definir o que é na verdade o realismo, constata-se que existem uma série de diferentes interpretações, embora todas caminhem numa mesma direção. Não é difícil caracterizar o conceito de realismo. Este está associado à ideia que os Estados estão constantemente preocupados com a ideia de poder político, militar e soberania territorial, num sistema internacional que é visto como anárquico (inexistência de uma potência suprema), muito semelhante ao estado da natureza (Cravinho:2002:141). No entanto, definir numa só frase o conceito de realismo, parece ser uma árdua tarefa, devido à complexidade do conceito em si e de tudo o que ele representa.

Assim, vários autores foram definindo as linhas de orientação geral para esta teoria, e o que melhor pode defini-la. Segundo Robert Gilpin, o realismo é uma “philosophical disposition”, enquanto Ferguson e Mansbach preferem referir-se a esta doutrina das relações internacionais, como sendo “a set of normative emphases which shape theory” (Gilpin, 1986:304; Ferguson & Mansbach, 1988:79). Por sua vez, Garnett, aborda o realismo mais como uma “attitude of mind with a quite distinctive and recognizable flavour” (Garnett, 1984:110). Já Elman, define o realismo como sendo uma “big tent with room for a number of different theories” (Elman, 1996:26).

Porém, e apesar das muitas contribuições existentes de diferentes autores, que procuraram compreender e estudar esta perspetiva das relações internacionais, a verdade é que existem também, algumas críticas a esta teoria. Jack Donnelly, professor ligado à área de relações internacionais na universidade de Denver, apresenta na sua obra *Realism and International Relations*, algumas falhas do realismo. Começa então por dizer que “I accept and value realism as a central and perennial tradition, orientation, or approach...but I also

highlight realism's diversity, ambiguity, problems, contradictions, errors and failures". Contudo e embora afirme inicialmente na sua obra, que aceita a aproximação teórica do realismo, Donnelly rapidamente entra na sua observação crítica relativamente a esta teoria, dizendo que " I see realism as an exaggerated and dangerously one-sided set of insights rather than a successful general theory of international relations". Seguidamente, Donnelly refere ainda que no realismo "men are also vain, driven by a desire for glory. This leads them to fight over reputation, a word, a smile, a different opinion, and any other signee of undervalue...furthermore the notions of Right and Wrong, Justice and Injustice have there no place" (Donnelly, 2000: 2-14).

No entanto Donnelly, não é o único a tecer críticas ao realismo. Também Robert Kaufman, professor na área de política, na universidade privada de Pepperdine, numa extensa crítica à teoria realista, em especial à contribuição de Morgenthau, afirma que "Morgenthau's version of realism fails as a theory and as reliable guide for policy choice". Kaufman afirma ainda que Morgenthau, desconsidera completamente o "principle of collective security", vendo o Estado somente como actor isolado no seio do sistema internacional (Kaufman, 2006: 24-27).

### 1.1.1 O idealismo

De todas as teorias existentes na esfera das relações internacionais, parece não restar dúvida alguma, que o idealismo é de facto a teoria que mais se opõe ao realismo. Ambas as teorias refletem, pontos de vista, ideais e mentalidades bastante diferentes. Enquanto, por exemplo, na perspectiva realista, existe uma ambição desmedida que não olha a meios para atingir fins, o que pode gerar graves conflitos armados, no idealismo, existe a ideia que a guerra e os conflitos podem e devem ser de alguma forma evitados. No entanto, as assimetrias entre realismo e idealismo, não terminam por aqui. No caso específico dos realistas, o Estado tem uma visão dominadora e expansionista, onde o poder é realmente importante (ideia de Estado soberano / absoluto). Por sua vez, para os idealistas importam outro tipo de valores, tais como a democracia e o papel do indivíduo na sociedade.

Tal como o realismo, também o idealismo, teve ao longo dos anos algumas personalidades que ajudaram a moldar esta teoria. Nomes como Immanuel Kant<sup>7</sup> e Woodrow Wilson<sup>8</sup>, deram importantes contribuições para a criação do idealismo enquanto teoria das relações internacionais. Respeitando a cronologia do tempo, comecemos então por falar em primeiro plano de Immanuel Kant. Em 1795 na sua obra *A paz perpétua*, Kant defende que para as guerras terminarem, é necessário que a diplomacia seja pública, sem acordos secretos ou segundas intenções no ato das assinaturas desses acordos. Na mesma obra, Kant reflete

---

<sup>7</sup> Um dos maiores e mais conhecidos filósofos de sempre. Foi Professor Catedrático, da universidade de Königsberg.

<sup>8</sup> 28º Presidente dos EUA, com mandato compreendido entre Março de 1913 e Março de 1921. Antes deste feito, tinha sido Governador pelo estado de Nova Jersey e Presidente da universidade de Princeton (Freidel, 2009: 61)

ainda, se é a moral que deve subordinar-se à política, ou se por outro lado, deverá ser a política a subordinar-se à moral, optando então pela segunda alternativa (Lacerda, s.d:10-11).

Posterior a Kant e já na década de 1990, chegamos a Woodrow Wilson. Wilson, enquanto Presidente dos EUA colocou em prática a teoria idealista durante o seu mandato, depois de assistir à destruição causada pela I Guerra Mundial. Para Wilson, mais do que a morte do arquiduque austríaco Francisco Franco, o que marcou o eclodir da I Guerra Mundial foram as alianças diplomáticas secretas vigentes entre o final do século XIX e inícios do século XX, bem como a busca incessante e obstinada do poder (realismo político). Partindo destas considerações, na Conferência de Versalhes<sup>9</sup> onde se realizaram negociações relativas ao fim da I Guerra Mundial, Wilson apresentou os seus *14 pontos*, nos quais condenava o sistema de alianças diplomáticas secretas, defendendo então uma diplomacia transparente (Wilson, tal como Kant, acreditava que, a democracia produz paz), regulada pela opinião pública de cada Estado. Deste modo, Wilson pretendia evitar futuros mal-entendidos que dessem origem a conflitos, tal como por exemplo uma nova guerra mundial (Cravinho, 2002:99; Lacerda, s.d:9-10).

Todavia, uma vez mais e tal como no realismo, existem também críticas ao idealismo. Resumidamente, se atendermos à obra *International Relations: Critical Concepts in Political Science*, podemos encontrar a seguinte crítica “...idealism is, interestingly, construed under the realist paradigm as a *feminine* ideology that is too soft and utopian for the mighty clash of states pursuing their self-interest in the real world”. Logo de seguida e ainda na mesma obra, podemos encontrar outra crítica ao Idealismo, que nos relata o seguinte “From a poststructuralist perspective, idealism cannot escape criticism for its attempts to impose a single order...on a world of diversity” (Linklater, 2000:1695).

### **1.1.2 Enquadramento da teoria realista na dissertação a apresentar**

Depois de analisados e contrapostos diferentes autores, perspetivas, contribuições, críticas, origens e teorias opostas, é agora necessário enquadrar e perceber em que medida o realismo político se insere nesta dissertação de mestrado. Conforme anteriormente podemos constatar, o sistema internacional sempre foi um meio complexo, ambíguo e irregular. Talvez esta situação se mantenha ainda nos dias de hoje, devido ao facto da história possuir um carácter cíclico. A partir desta afirmação, podem emergir muitas e diferentes correntes de opinião, através das quais podemos constatar a complexidade, ambiguidade e irregularidade de que anteriormente falava.

O sistema internacional é atualmente, como sempre foi, constituído pelos mais diversos tipos de atores, entre os quais se destacam os Estados. No entanto, por dentro de cada um

---

<sup>9</sup> Decorreu entre 1919 e 1920.

destes Estados, há identidades e culturas próprias, assim como diferentes perspetivas de olhar para uma mesma situação. Um dos bons exemplos desta diferenciação entre perspetivas dos Estados, é a dicotomia entre o otimismo e o pessimismo. Muito provavelmente, perante uma mesma situação, certos atores internacionais reagirão de maneiras distintas, algumas completamente opostas.

No entanto e apesar de toda a retórica possível, o que importa de concreto neste subcapítulo, é perceber em que medida o tema proposto para esta dissertação se insere na perspetiva realista. Assim, convém centrar atenções, nos dois principais atores e protagonistas envolvidos nesta problemática. De um lado, Marrocos, país com tradição na procura e tentativa de associação ao fator poder, cuja justificação será encontrada numa fase mais adiantada da dissertação, e do outro, o Sahara Ocidental, que tal como definido e considerado pelas Nações Unidas é um território não autónomo, com um povo marcadamente nómada, e sem poder suficiente para resolver de forma autónoma o conflito com Marrocos.

A orientação exploratória escolhida para esta dissertação, relaciona-se diretamente com ambos os países que se encontram em conflito, desde 1975. Várias questões e diferentes abordagens serão efetuadas ao longo da dissertação, mas o principal objetivo é constatar qual ou quais as razões, que têm motivado Marrocos, nesta disputa pelo Sahara. Conforme se verificará numa fase posterior do trabalho, e relacionando toda esta conceptualização com as diferentes abordagens acerca do realismo político anteriormente apresentadas, veremos que o reino de Marrocos apresenta como que uma espécie de obsessão pelo poder a vários níveis. As ambições de Marrocos, como se irá comprovar, não são apenas de ordem económica. Existe um sentimento político e uma ambição quase desmedida em tornar o Sahara, em mais uma província do seu território.

O que importa dizer acerca deste conflito é que, para Marrocos, até aos dias de hoje, e invocando a teoria realista e o pensamento de Maquiavel, *os fins têm justificado os meios*. Desde a invasão do Sahara em 1975, Marrocos tem usufruído das potencialidades deste território, tomando-o como uma província sua, contrariando inclusivamente um parecer do Tribunal Internacional de Justiça (TIJ), datado de 1975. Obviamente, que este trabalho não é uma crítica à ação do reino de Marrocos durante estes anos, mas sim uma constatação de factos reais, que é possível comprovar recorrendo ao passado, mas também ao presente, pois o realismo político parece ter sido quase sempre a ideologia seguida pelos vários reis de Marrocos. Tal situação não será completamente de estranhar, se tivermos a perceção de que Marrocos e Estados Unidos da América, sempre foram bons aliados, tal como nos confirmam as seguidas palavras “Morocco has close and long-standing ties with the United States. Morocco was the first nation to recognize the fledgling United States as an independent nation...” (IBP, 2004:114).

Recorrendo, por exemplo, a autores como Morgenthau e mais recentemente Noam Chomsky, rapidamente compreenderemos esta associação, uma vez que segundo Morgenthau, a política externa dos EUA baseou-se durante anos no realismo político, com grandes preocupações relacionadas com o poder. Chomsky por sua vez, e apesar da sua abordagem estar mais direcionada para questões relacionadas com a hegemonia, não deixa de tecer várias críticas à política externa norte-americana, dizendo que esta interveio por exemplo em países como Laos, Nicarágua, Guatemala ou Granada sempre com o objetivo de reafirmar o seu poder, e/ou impedir por exemplo o avanço da ideologia comunista (Chomsky, 1992).

No entanto, e apesar desta dissertação de mestrado não estar orientada diretamente para questões relacionadas com a hegemonia, convém ter em linha de conta que este conflito apresenta, ainda que de forma indireta, resquícios da Guerra Fria, pois como mais adiante se constatará, Marrocos estava a comprar armas e a receber ajuda dos EUA, enquanto que o movimento de libertação do Sahara, a Frente Polisario, estava maioritariamente armada com material soviético, que lhe era facultado pela Argélia e pela Líbia. Prova-se assim que esta opinião de Chomsky, não está completamente errada, e pode mesmo ter repercussão neste conflito.

## **1.2 Contextualização Histórica: da colonização espanhola ao confronto armado com Marrocos (1767 - 1974)**

### **1.2.1 Do interesse espanhol à primeira vaga de emigração sarauí (1767 - 1960)**

Para melhor se compreender os atuais problemas relativos ao Sahara Ocidental, a conseqüente revolta e o sentimento nacionalista do seu povo, é necessário recuar alguns anos na história. De facto, desde há muito tempo atrás que este território do norte de África se vê confrontado, com problemáticas relacionadas com o conceito de colonialismo, pois o Sahara embora sendo um deserto<sup>10</sup>, sempre representou uma fonte de interesse para outros Estados. Embora por vezes, certas designações possam parecer mais familiares do que outras, a verdade é que todas as regiões, territórios e / ou países têm, ainda que maior ou menor, a sua própria história. Obviamente que para a grande maioria dos cidadãos e numa conversa de circunstância, o nome da Alemanha ou da França, soarão sempre mais familiar do que a denominação Sahara Ocidental. No entanto, não será pois por esse motivo, que estes territórios deixam de ter a sua própria história, algo que caracteriza esse povo em questão e que define a cultura de cada um. Assim sendo, e ainda que o Sahara possa não ser para a grande generalidade dos cidadãos tão popular como países como Alemanha ou França, não

---

<sup>10</sup> O Sahara Ocidental, embora localizado no deserto do Sahara, é um território que apresenta riquezas naturais significativas, tais como a prosperidade da costa sarauí para a prática da actividade pesqueira, as reservas de fosfato, entre outras a enumerar mais adiante neste trabalho.

deixa porém de ter a sua própria história, que foi ao longo dos tempos dando origem a uma cultura própria.

Desta forma e atendendo-se àquilo que é realmente importante para esta dissertação, importa pois dizer que a história do Sahara não é propriamente recente. Este território do norte de África, fora já habitado no período 5000 a.C. e 2500 a.C., por tribos de origem negra e berbere, povos que viviam essencialmente da caça e da pesca. Nos dias que correm, apenas algumas gravuras nas regiões de Smara e de Bir Lahlou, fazem lembrar este período da história. Com o decorrer dos anos, estas tribos e outros pequenos grupos tribais devido ao seu carácter nómada, começaram a migrar para outros locais, iniciando-se simultaneamente a desertificação do Sahara. Posto isto e durante anos, pelo Sahara passaram diversas civilizações tais como fenícios, cartagineses, romanos e árabes, que faziam do território sarauí uma espécie de rota comercial de acesso a outros locais (ver Figura I). Alguns anos mais tarde, por volta de 1400 d.C., também alguns portugueses fizeram algumas expedições pela costa sarauí, casos de Gil Eanes, Afonso Gonçalves Baldaia e Nuno Tristão. Deste modo, e após esta breve introdução à história do Sahara, chegamos ao período da história que realmente interessa para este trabalho, e que acaba por explicar o início de tudo o que se viria a passar em seguida (Besenyö, 2009: 37-45).

Tudo começa então em 1767, quando Espanha, com a intenção de garantir a segurança e eficácia das pescas e dos pescadores das ilhas Canárias, assinou um tratado<sup>11</sup> com o Sultão Sidi Mohamed ben Abdallah de Marrocos, que conferia à Espanha, a total exclusividade de pesca nas águas, que se iniciavam na zona de Santa Cruz (actual Sidni Ifni)<sup>12</sup>, abrangendo toda a zona norte relativamente a esta localização. Uns anos mais tarde, em 1799, outro tratado com os mesmos propósitos do anterior viria a ser assinado, desta feita com outro Sultão marroquino Moulay Soleiman, o qual ficaria conhecido como Tratado de Meknes (Aggad, 2004:4). Porém algum tempo depois, em Dezembro de 1884, e com base na bem-sucedida conquista de Villa Cisneros, actual Dakhla, pelo capitão Emilio Hernando, a realeza espanhola anuncia a intenção de ocupar uma parte do Sahara, região que ficaria conhecida como Rio de Oro<sup>13</sup>, durante o período de protetorado espanhol. Esta intenção da realeza espanhola em colocar o Sahara, como sua colónia e sob o seu protetorado, acabaria por confirmar-se na Conferência de Berlim<sup>14</sup> em 1884 / 1885, onde certos Estados, entre os quais potências

---

<sup>11</sup> Tratado de Marraquexe (Besenyö, 2009:47).

<sup>12</sup> Cidade localizada na costa atlântica de Marrocos. Conhecida como Santa Cruz de la Mar Pequeña durante a ocupação espanhola, esta província chegou a gerar um conflito armado (Ifni War) que envolveu, França e Espanha contra Marrocos, entre 1957 / 1958, com a vitória a sorrir aos primeiros dois estados mencionados. Porém e apesar de Espanha, ter conseguido manter o território por mais alguns anos, em 1969 devido à pressão internacional que se fazia sentir (resolução 2072 de 16 de Dezembro de 1965) Espanha acabou por renunciar ao território, cedendo-o a Marrocos (Pazzanita, 2006:385-386).

<sup>13</sup> Rio de Oro e Saguia el-Hamra eram os dois territórios, sul e norte, respectivamente, que formavam o Sahara espanhol, antiga colónia de Espanha.

<sup>14</sup> Realizada entre 19 de Novembro de 1884 e 26 de Fevereiro de 1885. Conferência organizada pelo Chanceler alemão à data: Otto Van Bismark. Participaram ainda: Grã-Bretanha, França, Espanha, Itália,

coloniais, acabariam por organizar entre si a divisão e ocupação do continente africano, não respeitando quaisquer questões históricas ou étnicas (Eur, 2008:760). Estava-se assim, nesta altura, num período que ficaria conhecido como o Novo Imperialismo, período este que se caracterizou essencialmente pela busca da expansão colonial, principalmente levada a cabo não apenas por alguns Estados europeus como França ou Grã-Bretanha, mas também pelos EUA e Japão.

Entretanto, em inícios de 1960, e tal como anteriormente pudemos constatar, o Sahara era já considerado uma valiosa e importante região, pois refira-se aqui que poucos anos antes, em 1947, tinha já sido descoberta a primeira mina de fosfato neste território. Assim, nesta altura, e entusiasmada pelo sucesso da primeira descoberta, Espanha começa a explorar e a procurar em território saaraí outro tipo de materiais, sendo então neste mesmo período que manter o Sahara sobre sua alçada, ganha uma importância maior para as pretensões espanholas. É também por esta altura, que os primeiros saaraís começam a emigrar, maioritariamente e principalmente, com destino a Marrocos e Argélia (Besenyö, 2009:65).

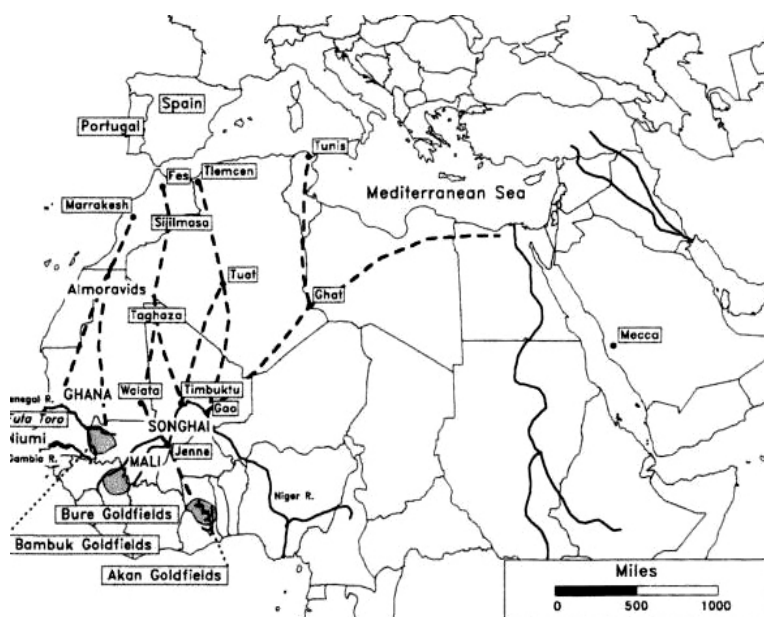


Figura I - O Sahara como rota comercial. Fonte: Wright, 2010:32

### 1.2.2 A primeira perspetiva de referendo e a criação da Frente Polisario (1966 - 1974)

A 20 de Dezembro de 1966, a propósito dos processos de descolonização e consequente direito à autodeterminação dos povos, a Assembleia Geral das Nações Unidas adota uma

---

Bélgica, Holanda, Dinamarca, EUA, Suécia, Império Austro-húngaro e Império Otomano (atual Turquia) (Nanjira, 2010:192-193).

resolução, estipulando que Espanha providenciar a organização de um referendo com base nas orientações fornecidas pelas próprias Nações Unidas, para assim se determinar o estatuto político do Sahara (ONU, 1965: 59-60). Já numa fase anterior, no mesmo ano, numa reunião com os responsáveis das Nações Unidas, Marrocos e Mauritânia, tinham apoiado a autodeterminação do povo sarauí. Poucos anos mais tarde, em Setembro de 1970, numa reunião em Nouadhibou, Marrocos, Argélia e Mauritânia voltaram a sublinhar o seu apoio à causa do povo do Sahara, concordando de forma unânime que este território, deveria ser descolonizado e conseqüentemente independente. Na mesma altura, ainda em 1970, Espanha tomou pela primeira vez conhecimento dos primeiros sinais de indignação e revolta, relativos à sua presença no Sahara. Este movimento nacionalista de libertação do Sahara, estava a ser encetado por Mohamed Sidi Bassir, um académico, cuja grande parte da sua formação tinha sido feita em universidades marroquinas (Pazzanita, 2006:50-51).

No entanto, este movimento depressa perdeu contundência, pois uma das suas manifestações em 1970, seria reprimida por Espanha, resultando em doze mortes, centenas de feridos e alguns prisioneiros. Desde este dia em diante, Bassir nunca mais foi visto, tendo-se então suspeitado que fugira. Porém e apesar desta primeira tentativa falhada, o procedimento dos militares espanhóis viria a gerar ainda mais revolta no seio dos sarauís, que rapidamente entenderam, que esta questão não poderia ser resolvida de uma forma pacífica. Tornou-se, então, urgente a criação / organização de um grupo forte de revolta armada sarauí, que lutasse contra este colonialismo espanhol. Foi o que veio precisamente a acontecer em 20 de Maio de 1973, quando a Frente Polisario, sob a liderança de El Oudi Sayed, levou a cabo a primeira ação militar contra Espanha, apenas dez dias volvidos da criação<sup>15</sup> deste grupo militar. Neste dia, a Frente Polisario atacou o posto militar espanhol em El-Khanga, mas este ataque acabaria por não ser bem-sucedido, uma vez que El Ouadi e alguns membros da Frente Polisario acabariam por ser detidos. Ainda assim e muito embora o primeiro ataque formal dos homens da Polisario não tenha sido propriamente um sucesso, a verdade é que este grupo de libertação do Sahara conhecido como Frente Polisario não parou por aqui, tendo atacado em seguida Bir Lehmar, Tifariti, Guelta Zemmour e a exploração de minas de fosfato em Bou Cra, que estava nesta altura a ser explorada por Espanha (Besenyö, 2009:65-66).

No mesmo período, e com vista a aumentar ainda mais as tensões entre a Espanha e o Sahara, rumores existem que Marrocos encetou alguns ataques aos enclaves espanhóis de Ceuta e Melilla, tentando assim culpabilizar a Frente Polisario por estes atos, de forma a atingir o objetivo de integrar estes territórios como províncias do seu reino. Estava-se então, nesta fase, a assistir a uma mudança de posição de Marrocos, que inicialmente dizia apoiar a independência do Sahara, mas que a partir deste momento pela mão do Rei Hassan II, retoma

---

<sup>15</sup> Frente Polisario foi criada em 10 de Maio de 1973 (Pazzanita, 2006:149).

os pressupostos da ideologia do *Greater Morocco*<sup>16</sup> e começa a pensar invadir o Sahara, o que viria mesmo a acontecer pouco tempo depois, em finais de Outubro de 1975 (Pazzanita: 2006,175-178). Com esta invasão, dava-se assim início a um conflito que nada fazia prever que pudesse vir a arrastar-se por tantos anos, devido à diferença de recursos inicial entre marroquinos e saarauís, conforme constataremos mais adiante. Diga-se porém, desde já, que este conflito viria a arrastar ao longo dos anos muitos outros Estados, personalidades e instituições.



Figura II - A dimensão e as fronteiras do *Greater Morocco*. Fonte: Besenyö, 2009:69 (O mapa apresentado, carece ainda de referência aos enclaves espanhóis de Ceuta e Melilla).

<sup>16</sup> A visão do *Greater Morocco*, incluía ainda a Mauritânia e o Sahara, parte da Argélia e Mali, e os enclaves espanhóis de Ceuta e Melilla. Esta ideia do *Greater Morocco*, é uma ideologia marroquina, motivada pela vontade de expansão territorial (*Idem*:175).

## Capítulo II. O Conflito Armado (1975 - 1991)

### 2.1 O eclodir do conflito, a reação de Hassan II à decisão do TIJ e a agitação espanhola

O conflito armado nesta região do norte de África, atualmente conhecida como Sahara Ocidental<sup>17</sup>, durou aproximadamente dezasseis anos. Iniciou-se em finais de Outubro de 1975, quando elementos das FAR invadiram o Sahara pelo nordeste do país onde encontraram a oposição da Frente Polisario<sup>18</sup>, e terminado em 1991 com a intervenção das Nações Unidas (Pazzanita, 2006:133-135).

Contudo e apesar do conflito armado entre Marrocos e a Frente Polisario se ter iniciado em finais de 1975, pouco tempo antes, a 16 de Outubro de 1975, o TIJ tinha-se pronunciado<sup>19</sup> favoravelmente à independência do Sahara, não reconhecendo qualquer ligação histórica relevante, quer por parte de Marrocos, quer da Mauritânia, para que estes anexassem e consequentemente administrassem este território do norte de África. Todo este processo decorre numa fase, em que Espanha e Marrocos se encontravam já a meio de um conflito diplomático a respeito dos enclaves de Ceuta e Melilla, territórios que o Rei Hassan II<sup>20</sup> reclamava como parte integrante do *Greater Morocco* (Goldstein, 1992: 162).

Posteriormente, pouco tempo depois de conhecida a decisão do TIJ relativamente à questão do Sahara, Hassan II resolveu informar de uma forma enganosa o seu próprio povo, dizendo que o TIJ se tinha pronunciado favoravelmente às pretensões marroquinas, e por conseguinte anunciou que, em Novembro desse mesmo ano, 1975, 350,000 mil civis marroquinos entrariam desarmados em território do Sahara, de forma a reclamar o que na visão do Rei Hassan II, seria território pertencente a Marrocos (Thompson e Adloff, 1980:173). A *Green March*<sup>21</sup>, nome pelo qual ficou conhecida esta iniciativa, ao anunciar a sua entrada em território ainda sob domínio espanhol, obrigaria o governo de Madrid a tomar uma de duas decisões (Pazzanita, 2006:178-182). Ou os militares espanhóis disparavam sobre civis marroquinos desarmados para defender as suas posições, o que a confirmar-se seria caótico a nível humanitário e prejudicaria ainda mais a imagem de Espanha neste período inicial do pós Franquismo<sup>22</sup>, ou para se evitar este cenário, Espanha iniciaria conversações com Marrocos (Cordesman, 2002:59).

---

<sup>17</sup> Colónia de Espanha até 28 de Fevereiro de 1976. Durante este período, o Sahara era conhecido como Sahara espanhol.

<sup>18</sup> Movimento nacionalista com acção política e militar, que luta em nome da autodeterminação do povo saaraí.

<sup>19</sup> Parecer consultivo do TIJ, emitido em 16 de Outubro de 1975.

<sup>20</sup> Rei de Marrocos entre 26 de Fevereiro de 1961 e 23 Julho de 1999, dia da sua morte (*Idem*:189-200).

<sup>21</sup> Nome dado a esta iniciativa, com influências religiosas islâmicas. Verde é a cor-símbolo do Islamismo.

<sup>22</sup> Alusivo ao Ditador espanhol Francisco Franco, que devido a doença deixa o poder em 1973.

Pela mesma altura nas Nações Unidas, na OUA, e um pouco por todo os continentes africano e europeu, este anúncio da *Green March*, desencadeou uma intensa atividade diplomática, essencialmente preocupada com as possíveis consequências desta atitude irracional do Rei Hassan II (Thompson e Adloff, 1980:173). Acrescente-se ainda que toda esta situação decorre numa fase em que Franco estava praticamente incapacitado para tomar decisões devido a motivos de saúde, o que originou que em finais de Outubro de 1975 se desencadeassem em Espanha, duas correntes de opinião distintas a propósito da *Green March*. Enquanto um dos pontos de vista defendia que Espanha deveria iniciar negociações diretas com Marrocos para assim se evitar uma tragédia, a outra perspetiva sustentava, que este tipo de questões era da competência das Nações Unidas e como tal deveria ser o próprio Conselho de Segurança a intervir (Mundy e Zunes, 2010:5).

No entanto, e apesar da ambiguidade de pontos de vista existentes, a verdade é que as pretensões do Rei Hassan II acabariam por se revelar bem-sucedidas, conseguindo Marrocos uma abertura de negociações com Espanha, onde ficou acordado que somente uma percentagem<sup>23</sup> de civis pertencentes a esta *Green March* e meramente a título simbólico, percorreriam alguns quilómetros dentro do Sahara. Com esta atitude de cedência, começava a adivinhar-se o fim da administração espanhola sobre o Sahara, que ficaria definida a 14 de Novembro de 1975, a quando da assinatura do *Madrid Agreement*<sup>24</sup>, onde representações de Marrocos e da Mauritânia juntamente com o governo espanhol, acordaram uma administração tripartida de transição sobre o Sahara até 28 de Fevereiro de 1976, concedendo-se assim tempo suficiente a Espanha para proceder à sua completa e definitiva retirada (Pazzanita, 2006:248-251). Era o anunciar oficial do fim da ligação de Espanha ao Sahara, território que posteriormente viria a ficar dividido numa gestão bipartida, entre Marrocos<sup>25</sup> e a Mauritânia<sup>26</sup> (ver Figura III)(Cordesman, 2002:60; Eur, 2003:804).

Porém, não obstante do anúncio de retirada do Sahara, o governo espanhol no *Madrid Agreement*, fez prevalecer uma cláusula onde ficariam salvaguardados os interesses económicos de Espanha, tanto a nível de direitos de pesca como a nível de uma percentagem a rondar os 35%, da produção de fosfato. Outra das particularidades deste acordo entre Espanha, Mauritânia e Marrocos, foi a não consulta do parecer do povo sarauí em nenhum dos aspetos relativos ao seu próprio território. Deste modo, o Sahara, embora estivesse agora

---

<sup>23</sup> Estavam previstos 350,000 civis, mas acabariam por atravessar a fronteira aproximadamente 120,000 pessoas. Este grupo de pessoas entrou no Sahara dia 7 de Novembro de 1975, permanecendo até 13 de Novembro de 1975, data em que o Rei Hassan II já com um sentimento de vitória manda regressar a *Green March*. Esta iniciativa mais não serviu do que para intimidar e forçar Espanha a abdicar do Sahara (*Idem*: 182).

<sup>24</sup> *Madrid Agreement*, tal como o nome indica, foi assinado na cidade e capital espanhola, Madrid. Refira-se neste ponto também, que as Nações Unidas nunca reconheceram estes acordos, pelo que os mesmos não dão qualquer direito quer a Marrocos, quer à Mauritânia, sobre o Sahara.

<sup>25</sup> Ficaria com aproximadamente 2/3 do Sahara.

<sup>26</sup> Ficaria com aproximadamente 1/3 do Sahara.

finalmente liberto da soberania espanhola, tinha no entanto de enfrentar a presença de dois novos colonizadores, Marrocos e Mauritânia (Pazzanita, 2006:248-251).

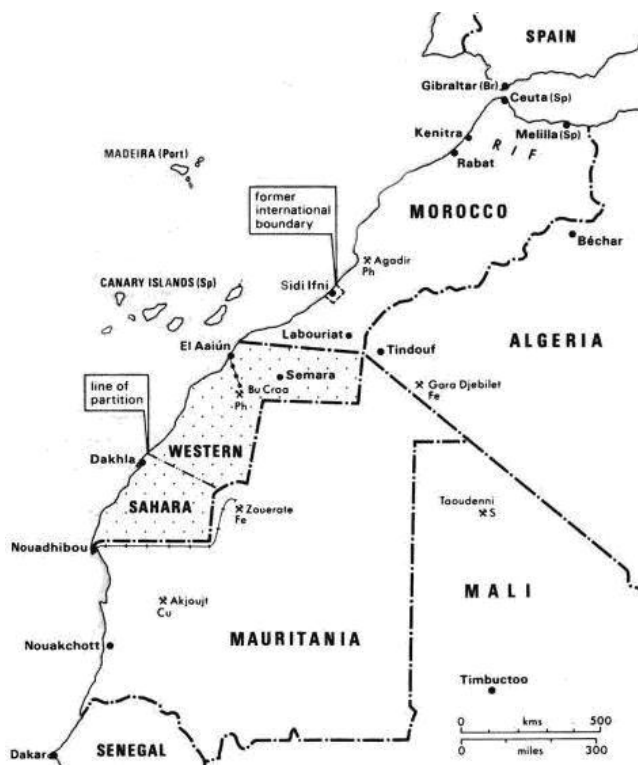


Figura III - O Sahara depois do *Madrid Agreement*. Fonte: Besenyö, 2009:69.

## 2.2 A visão inicial do sistema internacional acerca do conflito, o armamento da Frente Polisario e o papel da Argélia

Sem embargo das negociações que decorriam no âmbito do *Madrid Agreement*, elementos das Forças Armées Royales (FAR) tinham, como anteriormente visto, invadido o Sahara e encontrado a hostilidade da Frente Polisario. Seria este o primeiro grande embate, e aquele que marcaria oficialmente o início do duradouro conflito armado (Pazzanita, 2006: 133-135).

Assim e ao terem conhecimento do despoletar da guerra nesta região norte-africana, alguns observadores e entidades internacionais rapidamente se pronunciaram de forma dúbia e pessimista, relativamente às capacidades estratégicas e de batalha dos homens da Polisario. Um dos primeiros rostos a comentar este conflito, foi o Embaixador dos EUA em Marrocos, Robert G. Neumann<sup>27</sup>, que num documento enviado a Washington, redigiu o seguinte “even though [the] guerrillas needs [are] probably few, would not seem capable of standing up for long against, relative Moroccans military might and in a highly inhospitable environment where spotting from [the] air [is] relatively easy”. Outra das entidades que também

<sup>27</sup> Robert G. Neumann, Embaixador dos EUA em Rabat (Marrocos), no ano de 1975.

comentou e desacreditou nas capacidades da Polisario, foi o International Institute for Strategic Studies (IISS), que sintetizou o seu ponto de vista nas seguintes palavras, “Guerrilla operations are a difficult in the open desert of Spanish Sahara, where it is relatively easy for a defender to control movement” (Mundy e Zunes, 2010:6).

Contudo e apesar de todos os comentários e opiniões manifestadas no seio do sistema internacional, a grande maioria dos observadores falharia claramente na percepção deste conflito, ao duvidar das capacidades de batalha da Frente Polisario e ao não compreender as vantagens que estes retirariam não apenas da composição física do seu território<sup>28</sup>, mas também do conhecimento exaustivo que estas guerrilhas sarauís possuíam do mesmo, pois os antepassados do povo sarauí eram predominantemente nómadas (Jensen, 2005:21). Refira-se porém, que a grande maioria dos comentários relativos a este conflito, tiveram inevitavelmente por base a abismal diferença relacionada com o número de militares que Marrocos e Frente Polisario apresentavam (Cordesman, 2002:61). Estima-se que, em 1975, as FAR contassem nas suas fileiras com aproximadamente 80,000 soldados, ao passo que a Frente Polisario contaria na melhor das hipóteses com 2,000 homens. Esta diferença, é, também ela, confirmada por Carlos Ruíz Miguel, nas seguintes palavras “...El Frente Polisario se vio enfrentado súbitamente...hacer frente a dos Ejércitos [el de Marruecos...] 12 veces superiores en número...” (Miguel, 2005: 2). Deste modo e consciente das dificuldades que iria enfrentar, a Frente Polisario rapidamente delineou uma estratégia de combate que aproveitasse da melhor forma possível as condições do seu próprio território, bem como o seu grande conhecimento do mesmo. Baseada no factor surpresa “The Sahrawi army’s tactics were speed and mobility. It functioned...with attacks by small mobile groups in all-terrain vehicles...As the Sahrawi fighters had perfect knowledge of the terrain, as well as undying determination, at the beginning of the 1980s, the military situation on the ground had become disastrous for the Moroccan army...” (Waslt-Walter, 2011:558).

Depreende-se então, que a Frente Polisario demonstrou, ao longo do conflito armado com Marrocos, ser bastante inteligente não apenas ao nível da estratégia de combate delineada, mas também ao nível da gestão dos seus próprios recursos. Desde logo, e no seguimento da retirada de Espanha, a Frente Polisario aproveitou todo o material abandonado por militares espanhóis, ao qual juntou os fornecimentos de armas e munições cedidos por Argélia e Líbia, enriquecendo de forma notável o seu arsenal bélico. No entanto, e dentro da ajuda concedida, há que destacar o papel da Argélia, uma ex-colónia francesa detentora de um profundo e multifacetado conhecimento militar, que foi sendo facultado às guerrilhas da Frente Polisario, por especialistas do exército argelino (Cordesman, 2002:59).

---

<sup>28</sup> Território muito diverso. Área deserta composta por grandes áreas de superfícies rochosas e arenosas, com existência de pequenas montanhas no sul e no nordeste. A nível meteorológico, verifica-se a existência de um clima extremamente quente e seco durante o dia, enquanto as noites são por seu lado demasiadamente frias. A ocorrência de precipitação é rara, sendo no entanto o clima muito propício a forte humidade e neblina. Ocorrem com muita frequência tempestades de areia (Jensen, 2005:61).

O papel da Argélia enquanto ator externo neste conflito, viria indubitavelmente a revelar-se altamente decisivo, não somente para a resistência da causa sarauí, mas também para a ação e sobrevivência da Frente Polisario. Primeiro importa referir que durante toda a contenda armada com Marrocos, o centro de comando das operações militares da Frente Polisario e a sua principal base, assim como os campos de refugiados<sup>29</sup> sarauís, estiveram sempre sedeados em território argelino, situação que dificultou imenso as ações militares marroquinas, pois Marrocos viu-se nesta fase praticamente na iminência de ter de invadir a Argélia, para assim poder atacar com alguma certeza as principais posições da Polisario. A confirmar-se este cenário, certamente que aumentariam ainda mais as tensões nesta região, não esquecendo aqui que Marrocos e Argélia não tinham a melhor das relações, visto que ambos os países tinham estado em guerra em 1963, no conflito que ficara conhecido como *Sand War*<sup>30</sup> (Goldstein, 1992: 161-163; Jensen, 2005:31). Ainda a este respeito, leia-se “ Las relaciones argelino - marroquíes han sido tradicionalmente conflictivas, más allá de la existencia del contencioso del Sáhara Occidental. Desde el primer momento, los desacuerdos surgieron a raíz de la existencia de dos sistemas políticos antagónicos - una monarquía conservadora aliada de Occidente en Marruecos, y una república socialista árabe activa en el movimiento de países no alienados en Argelia - con las consiguientes divergencias en sus opciones políticas y alianzas internacionales” (Miyares, s.d: 29).

Como previamente se pode comprovar, a Argélia concedeu um grande apoio à Frente Polisario, podendo-se considerar neste conflito como o grande aliado<sup>31</sup> na luta pela libertação sarauí, a todos os níveis. Ao nível da dimensão humanitária, consentindo os campos de refugiados em seu território, a nível diplomático, reconhecendo a República Árabe Sarauí Democrático (RASD)<sup>32</sup> em 6 de Março de 1976, e a nível militar, fornecendo gratuitamente abrigo, armamento e formação militar aos homens da Polisario. Ainda durante o conflito armado, a Argélia chegou inclusive a implicar diretamente o seu próprio exército, ainda que este envolvimento tivesse somente fins humanitários, ajudando a transportar refugiados sarauís para território argelino. Porém e apesar de a Argélia ter mantido o apoio à Frente Polisario, o governo argelino rapidamente optou por retirar o seu exército do conflito, devido

---

<sup>29</sup> Estima-se que existam cerca de 165,000 refugiados sarauís (a grande maioria viverá na Argélia e na Mauritânia) (Miyares, s.d:35).

<sup>30</sup> *Sand War ou War of Sands*. Marrocos pretendia anexar uma parte da Argélia, como estava previsto na ideologia do *Greater Morocco*. Obviamente que a Argélia se opôs veemente, originando-se assim o conflito. Apesar de este conflito armado ter durado apenas aproximadamente três semanas, parece no entanto ter marcado em definitivo pela negativa, as relações entre países até aos dias de hoje, pois tanto quanto este estudo apurou, a fronteira entre ambos os países encontrar-se actualmente fechada.

<sup>31</sup> Nas palavras de Pedro Pinto Leite da WSRW, a Argélia apoiou o Sahara nesta luta incondicional pela independência não tanto e não só pelo conflito com Marrocos em 1963, mas sim também “...pelo ódio que eles [Argélia] têm ao colonialismo, eles [Argélia] apoiaram todos os movimentos de libertação...ao MPLA em Angola...ao movimento anti-apartheid na África do Sul....chegaram inclusivamente a dar apoio a movimentos democráticos europeus...o Humberto Delgado chegou a estar refugiado alguns anos em Argel...mais recentemente o próprio Manuel Alegre esteve também refugiado na Argélia...” (Leite, 2011).

<sup>32</sup> A respeito do reconhecimento da RASD, leia-se “Atualmente a República Árabe Sarauí Democrático é reconhecida por mais de 70 países e pela União Africana...” (Hernandez, 2008:435) (ver anexo nº2, que inclui lista de Estados, que já reconheceram a RASD).

ao facto de em finais de Janeiro de 1976, alguns militares argelinos terem sido capturados pelas FAR, no decorrer de uma destas missões (*Idem*:26; Mundy e Zunes, 2010:9).

## 2.3 A parceria Marrocos - Mauritânia e a reação da Frente

### Polisario

A Mauritânia foi como anteriormente exposto, uma das partes contratantes do *Madrid Agreement*, juntamente com a Espanha e Marrocos. No entanto a Mauritânia era por esta altura um Estado muito débil, pois a sua independência da França fora atingida algo recentemente<sup>33</sup>, e o país procurava ainda organizar-se internamente com os poucos recursos que detinha, tentando construir um modelo económico sustentável, essencialmente baseado na exploração do minério de ferro<sup>34</sup> em Zouerate<sup>35</sup> (*Idem*:10).

Todavia este período de pós-colonialismo revelou-se não apenas complicado a nível interno, mas também a nível externo, onde Marrocos reclamava todo o território da Mauritânia como parte integrante da histórica ideologia do *Greater Morocco*, chegando inclusivamente Marrocos em 1960, com o Rei Mohammed V, a planear uma invasão à Mauritânia que acabaria por não se verificar, devido ao facto de uma incursão aérea ou marítima serem algo difíceis de executar, para além de serem bastante dispendiosas para os cofres marroquinos, e uma investida terrestre quase impossível, devido à presença de militares espanhóis no Sahara e de tropas francesas na Argélia. Entretanto e tendo em conta as ambições relativamente ao ainda nesta fase, Sahara espanhol<sup>36</sup>, Marrocos acabou por abdicar parcialmente da ideologia do *Greater Morocco*, prescindindo assim da ideia de reclamar a Mauritânia como parte do seu território, preferindo então centrar as suas atenções exclusivamente no Sahara (*Idem*).

Até 1974, a Mauritânia apoiou absolutamente o direito à autodeterminação do povo sarauí, acreditando piamente que a grande maioria dos sarauís se identificavam e partilhavam importantes laços históricos com o povo mauritano. Para além do mais, a Mauritânia repartia uma longa fronteira com o Sahara, onde se situava a principal fonte de rendimento da economia mauritana, a exploração de minério de ferro de Zouerate e a linha férrea que estabelecia ligação direta com o porto de Nouadhibou<sup>37</sup>. Contudo em 1975, a Mauritânia, percebendo a real intenção de Marrocos em anexar o Sahara e consciente da sua impotência militar para salvaguardar a sua própria segurança nacional, inesperadamente

---

<sup>33</sup> 28 de Novembro de 1960.

<sup>34</sup> O *backbone* da economia mauritana (Mundy e Zunes, 2010: 10)

<sup>35</sup> Uma das maiores cidades da Mauritânia. Tem importante exploração de minério de ferro, tendo também uma linha férrea, que a liga ao porto de Nouadhibou.

<sup>36</sup> Enquanto esteve sob a tutela de Espanha, o Sahara Ocidental, era também frequentemente apelidado de Sahara espanhol.

<sup>37</sup> Segunda maior cidade da Mauritânia e capital comercial do país. Tem um porto banhado pelo Oceano Atlântico. Serve de suporte à exploração de minério de ferro em Zouerate através de uma linha ferroviária, albergando ainda grande parte da importante actividade de pesca.

posiciona-se ao lado de Marrocos, formando-se assim uma nova aliança no norte de África (Cordesman, 2002:60).

Embora esta mudança de rumo da Mauritânia tenha sido vista como uma espécie de traição, não assustou no entanto a Frente Polisario, que continuava a ser apoiada pela Argélia e pela Líbia, isto para além de que o poder militar detido pelas forças mauritanas, também não constituísse propriamente uma ameaça devido à sua fragilidade. Consequentemente e após o *Madrid Agreement*, em meados de 1976, a Frente Polisario descontente com o comportamento dos líderes mauritanos, ataca a importante exploração de minério de ferro em Zouerate e a capital Nouakchott<sup>38</sup>, fazendo um elevado número de vítimas mortais (Goldstein, 1992:163). Para além das baixas verificadas, estes ataques vieram também provar que a Frente Polisario tinha capacidade estratégica suficiente para levar a cabo ações militares mais complexas, especialmente fora do seu território. Simultaneamente com os ataques à Mauritânia, a Frente Polisario mobilizava também algumas das suas guerrilhas em ofensivas ao território marroquino<sup>39</sup>. Contudo e embora as guerrilhas sarauís estivessem a ser bem-sucedidas na grande generalidade dos seus ataques, a Frente Polisario sofreria também neste período uma simbólica perda militar, a do seu líder, fundador e Secretário-geral El-Quali Mustapha Sayed, que fora abatido pelas forças mauritanas, na resposta ao ataque da Polisario a Nouakchott (Pazzanita, 2006: 114-120).

Ainda que as forças militares mauritanas tivessem conseguido causar uma simbólica baixa no seio do orgulho nacionalista sarauí, a Mauritânia estava nesta fase a entrar claramente em desespero devido aos sucessivos ataques da Frente Polisario a importantes cidades do seu país. Neste sentido o governo da Mauritânia, tenta resolver internamente o problema e improvisa uma nova estratégia, obrigando cerca de 13,000 civis a alistarem-se ao seu curto e frágil exército. Todavia este alistamento forçado foi essencialmente marcado pela discriminação racial, pois a grande maioria dos novos militares eram negros, tradicionalmente vistos como cidadãos de segunda classe<sup>40</sup> na estrutura da sociedade mauritana, e por conseguinte, novos militares muito pouco motivados (Mundy e Zunes, 2010:11). Ainda neste período, e para além de ter forçado a entrada de novos militares, o governo mauritano redobrou esforços a nível orçamental com vista a investir em armamento, o que significou

---

<sup>38</sup> Capital e maior cidade da Mauritânia. É o centro económico do país.

<sup>39</sup> Ataque a Tan Tan.

<sup>40</sup> A Mauritânia é um país do norte de África, que tem nestes últimos anos, passado por grandes dificuldades. A juntar aos problemas ambientais, que têm originado grande desertificação do território devido às grandes secas, a Mauritânia tem sido também no decorrer das últimas décadas, um local de violentos conflitos étnicos, devido à grande divisão social causada por motivos raciais, entre árabes e negros. Para além de tudo isto, observam-se vergonhosas práticas de escravatura e tráfico de crianças, num país que tem sido controlado, desde a independência da França, pela ordem militar. Desta forma, e devido a todas estas questões, constata-se que a Mauritânia é em 2012, um dos países do chamado Terceiro Mundo, mais endividados, menos desenvolvidos, e um dos mais politicamente instáveis, tal como podemos constatar, nesta mesma dissertação de mestrado (Diallo, 1993: 7).

que “By 1978 defence spending was consuming 60% of the entire Mauritanian budget...Mauritania hovered on the edge of bankruptcy” (Pennell, 2001: 342).

Porém, e sem atribuir importância ao investimento que a Mauritânia estava a fazer em armamento para garantir uma maior segurança e para além dos acordos militares com Marrocos, a Frente Polisario mantinha as ofensivas militares contra ambos os países. Neste âmbito, importa aludir ao segundo ataque da Frente Polisario à exploração de minério de ferro de Zouerate em 1977, onde foram destruídos grande parte dos equipamentos de exploração do local e danificada a importante linha ferroviária que ligava Zouerate ao porto de Nouadhibou, isto para além de terem sido vitimados dois cidadãos franceses e feitos alguns reféns (Eur, 2003:804). No seguimento deste ataque, a Mauritânia percebeu definitivamente que não tinha condições suficientes para garantir a segurança do seu próprio território, e aceitou que cerca de 10,000 mil militares marroquinos entrassem no país, para assim garantirem uma maior segurança. Uma vez mais, a Frente Polisario mostrava ao mundo que tinha pujança e destreza militar suficiente, para amedrontar e criar um sentimento de insegurança em outros Estados (Mundy e Zunes, 2010: 13).

Não obstante da ajuda prestada por Marrocos, a Mauritânia, recebeu ainda neste período apoio financeiro da Arábia Saudita e auxílio militar da França, que “In 1977 and 1978 French aircraft took off from Senegal to launch sorties against the guerrilhas” (leia-se Frente Polisario), claramente numa atitude de vingança, pois recorde-se que dois cidadãos franceses tinha sido vitimados e alguns outros sequestrados, em mais um dos ataques da Frente Polisario a solo mauritano (Shelley, 2004:19). Todavia, a intervenção da França neste conflito, não terminaria aqui. Para além de ter aumentado a presença militar na sua ex-colónia, Mauritânia, a França disponibilizou ainda poderosos e avançados caças militares, que se destinariam a apoiar os ataques de Marrocos a posições da Polisario. Assim sendo, o apoio militar da França foi de tal modo abrangente e notável, especialmente em relação à Mauritânia neste período, que Keith Somerville, conhecido jornalista da BBC que acompanhou com especial interesse este conflito, concluiu em finais de 1978 “France was more or less running the Mauritanian forces”. Como seria de esperar o envolvimento militar francês nesta disputa fez aumentar consideravelmente o número de baixas no seio da Frente Polisario, que deste modo acabaria por se sentir algo ameaçada, começando posteriormente a retrair-se de atacar com tanta frequência os seus inimigos, Mauritânia e Marrocos (Mundy e Zunes, 2010:12).

## **2.4 Mauritânia: golpes de Estado, *Algiers Agreement* e o reconhecimento da RASD**

A Mauritânia depois de um período crítico a nível externo, parecia ter agora tudo controlado graças ao apoio da França e de Marrocos. Contudo, a Mauritânia deparava-se

também nesta altura com graves problemas internos e, neste sentido, a 10 de Julho de 1978, um golpe de estado liderado por militares<sup>41</sup> retira do poder o primeiro Presidente da Mauritânia depois de alcançada a independência da França, Ould Daddah (IBP, 2011:20). Seguiu-se a suspensão da constituição e a dissolução do parlamento Mauritano, o que não gerou grande contestação por parte da generalidade da população mauritana, que, para além de não patentear relevante atenção por este conflito, também nunca tinha demonstrado interesse, em que o Sahara fosse anexado pela Mauritânia.

O novo governo, constituído sob a forma de comité militar de salvação nacional liderado pelo Coronel Ould Salek, começou a procurar resolver o conflito com o Sahara, logo numas das suas primeiras incursões diplomáticas. Porém, o Rei Hassan II de Marrocos, após ter tomado conhecimento da iniciativa do novo governo da Mauritânia, alertou para o facto que se Mauritânia restabelecesse relações com o Sahara, Marrocos nunca reconheceria a independência a Tiris al- Gharbiyah<sup>42</sup> (Pazzanita, 2006:196). Todavia o novo líder da Mauritânia, Ould Salek, procurava essencialmente uma resolução pacífica que agradasse a todas as partes envolvidas, embora no início de 1979 tivesse educadamente pedido às tropas de Marrocos que se retirassem da Mauritânia. Perante esta situação, a Frente Polisario abstraiu-se praticamente de realizar ataques a território mauritano, tendo o acordo de paz entre ambos sido atingido em 5 de Agosto de 1979, naquele que ficaria conhecido como *Algiers Agreement*<sup>43</sup> (*Idem*:18).

No entanto, e ainda que tivesse sido alcançado o acordo entre as duas partes, este chegou a estar ameaçado devido ao facto de o Tenente-coronel mauritano, Ould Bouceif, num golpe de Estado ter expulsado do poder Ould Salek, com a firme ideia de que a Mauritânia deveria recuperar os ideais do seu velho regime, não prescindindo assim dos acordos e da ajuda militar de Marrocos. Felizmente para a Polisario, esta situação não se chegou a confirmar devido ao falecimento de Ould Bouceif em meados de 1979, num acidente de aviação (*Idem*: 10). Assim e depois da morte de Ould Bouceif e do curto governo de Ould Louly<sup>44</sup>, os ideais de paz com o Sahara seriam retomados por um outro militar, o Tenente-coronel Ould Heydallah<sup>45</sup>, que renunciou de vez à parte territorial controlada pela Mauritânia no Sahara, com promessa de retirada num prazo de sete meses. Todavia e perante este

---

<sup>41</sup> Golpe de Estado Liderado pelo Coronel Mustafa Ould Salek.

<sup>42</sup> Tiris al- Gharbiyah, foi o nome dado à parte territorial sob administração da Mauritânia no Sahara, acordada no *Madrid Agreement*. Equivalia a uma área territorial, de sensivelmente 1/3 da dimensão total do Sahara (Pazzanita, 2006:411).

<sup>43</sup> Acordo assinado entre Frente Polisario e Mauritânia em 5 de Agosto de 1979 na cidade de Argel, capital da Argélia. Este tratado estipulava que a Mauritânia se retiraria do Sahara e renunciaria totalmente à sua parte controlada no Sahara, Tiris al-Gharniyah (*Idem*:18).

<sup>44</sup> Mohamed Mahmoud Ould Louly. Ocupou com brevidade o cargo de Presidente da Mauritânia entre 3 de Junho de 1979 e 4 de Janeiro de 1980, tendo sido deposto num golpe de Estado, organizado pelo Tenente-coronel Ould Haidallah (*Idem*:279).

<sup>45</sup> Ocupou o lugar de Presidente da Mauritânia, entre 4 de Janeiro de 1980 e 12 de Dezembro de 1984.

anúncio, as FAR, rapidamente invadiram Tiris al- Gharbiyah<sup>46</sup>, ficando desta forma Marrocos a controlar a quase totalidade<sup>47</sup> do território do Sahara, situação que se tem mantido até aos dias de hoje (Cordesman, 2002:63; Mundy e Zunes, 2010:13).

Finalmente, depois da assinatura do acordo de paz entre Mauritânia e Frente Polisario, e após Ould Heydallah ter anunciado que a Mauritânia prescindiria da parte territorial que controlava no Sahara, Tiris al- Gharbiyah, a 27 de Fevereiro de 1984 e mais uma vez pela mão de Ould Heydallah, a Mauritânia reconhece a RASD contra a vontade de Marrocos, que, por várias vezes, tentou que este cenário não se confirmasse. Contudo a 12 de Dezembro de 1984, o líder mauritano em gestão, à data, que reconhecera previamente a RASD, demite-se de funções devido a pressões políticas e diplomáticas, causadas alegadamente e de forma propositada por Marrocos. É deste modo que aparece uma nova regência liderada por um outro Coronel, Ould Taya<sup>48</sup>, que de imediato retoma as ligações com Marrocos, embora não retrocedesse no processo de reconhecimento da RASD. Por sua vez, este reatamento mais aprofundado das relações com Marrocos, não significou um novo período de conflito da Mauritânia com a Frente Polisario, pois Ould Taya nunca se deixou influenciar negativamente, preferindo antes privilegiar as boas relações da Mauritânia com a generalidade dos territórios do norte de África, em vez de retomar velhas alianças que poderiam causar novamente problemas à Mauritânia (Pazzanita, 2006: 245, 276-277).

Porém e desde que se retirou do conflito após a assinatura do *Algiers Agreement*, a Mauritânia mantém uma posição de neutralidade relativamente ao desfecho desta questão do Sahara, tal como nos refere a obra *Mauritania Foreign Policy and Governemnt Guide* nas seguintes palavras “In 1976, when Spain withdrew from Western Sahara, Mauritania annexed a third of it...lasted until 1979 when Mauritania withdrew...Since this time, Mauritania has declared neutrality in the dispute...” (IBP, 2011:40). No entanto, a posição assumida pela Mauritânia pode na verdade não corresponder aos reais desejos dos líderes mauritanos. Esta é também uma ideia que facilmente se retém a partir das palavras de Pedro Pinto Leite “Para além de ter reconhecido a RASD em 1984, a Mauritânia só tem a ganhar com a vitória dos sarauís. Por um lado, porque as relações com eles são muito mais íntimas: falam a mesma língua<sup>49</sup>, muitos sarauís vivem na Mauritânia...por outro lado, porque na base do expansionismo marroquino está a ideia do *Grande Marrocos* que além da Mauritânia e do Sahara inclui também parte do Mali e da Argélia... e embora sem qualquer sucesso Marrocos opôs-se à independência da Mauritânia e ao acesso desta à ONU” (Leite, 2011).

---

<sup>46</sup> Após invadir o território, que a Mauritânia controlava n Sahara, Hassan II proclamou de imediato esta zona, como sendo a província marroquina de Oued ed-Danah (Eur, 2003:804).

<sup>47</sup> A este propósito, leia-se o seguinte “ By early 1990s Morocco controlled 80%, of the disputed territory, including of all its cities” (Cordesman, 2002:63).

<sup>48</sup> Maaoya Ould Sid´ Ahmed Taya. Foi Primeiro-ministro entre 1981 e 1984 e Presidente entre 1984 e 2005 da Mauritânia, altura em que foi deposto por um golpe de Estado, liderado pelo Coronel Ely Ould Mohamed Vall (Pazzanita, 2006:248).

<sup>49</sup> A língua a que Pedro Pinto Leite se refere nas suas palavras, corresponde a um dialecto proveniente do árabe, conhecido como hassaniya. É essencialmente falado por mauritanos e sarauís.

## 2.5 A retirada da Mauritânia e a intensificação dos ataques a Marrocos

Quando a Mauritânia iniciou a sua retirada do Sahara em meados de 1978, a Frente Polisario começou a planejar melhor os seus ataques centrando-se exclusivamente em Marrocos, fazendo assim cada vez mais vítimas mortais no seio das FAR. Esta situação, devia-se não somente à inteligente estratégia de guerra traçada pela Frente Polisario, mas também devido aos sucessivos erros a nível da abordagem estratégica das FAR. William Lewis<sup>50</sup>, um académico perito em questões militares, identificou em 1985 a principal falha da estratégia do exército marroquino relativamente ao conflito armado, dizendo o seguinte, “The Moroccans had ignored the famous dictum of Frederick the Great<sup>51</sup>: He who attempts to defend too much defends nothing”. William Lewis, explicou que as forças marroquinas se encontravam demasiadamente dispersas<sup>52</sup> e excessivamente preocupadas em defender as suas posições, em vez de privilegiar uma estratégia militar ofensiva, estando assim toda esta situação a beneficiar francamente a Frente Polisario. Esta dispersão das FAR permitiu que ao longo do conflito armado a Frente Polisario atacasse por diversas ocasiões diferentes posições marroquinas, quer em território de Marrocos quer em território controlado por Marrocos no Sahara (Mundy, 2009:219-220).

O ataque a Tan Tan em Janeiro de 1979, a invasão à guarnição militar marroquina em Lebourate e a emboscada à cidade de Zag, foram algumas das ofensivas que servem para comprovar o que anteriormente foi dito. Estes ataques da Frente Polisario, todos em território Marroquino, fizeram com que as FAR começassem a aprender com os seus próprios erros, sendo a partir deste momento (entre 1979 / 1980), que Marrocos resolve adoptar uma nova estratégia de guerra, mobilizando algumas das suas unidades para novas posições de forma a poder vigiar e condicionar o mais possível, as movimentações da Frente Polisario. Para além do mais, Marrocos deu ainda início nesta altura à construção de um extenso muro, a *Great Wall*, com vista a reduzir as suas perdas materiais e humanas, tentando isolar e travar eficazmente as investidas da Frente Polisario (Goldstein, 1992:163). Deste modo, embora Marrocos tivesse agora uma nova abordagem em relação ao conflito armado, a Frente Polisario com a sua habitual destreza estratégica alterou também a sua orientação ofensiva, passando a privilegiar ataques a posições marroquinas menos vigiadas e pouco militarizadas, como viria a acontecer em Janeiro de 1980, quando as guerrilhas da Frente Polisario atacaram Akka, uma pequena cidade marroquina junto à fronteira com a Argélia. Sucederam-se posteriormente, várias incursões militares das guerrilhas da Polisario à cidade de Tarfaya

---

<sup>50</sup> William Lewis, refere-se a um académico de nacionalidade norte-americana, que é Professor na National Defense University nos EUA.

<sup>51</sup> Frederick II ou Frederick the Great. Foi Rei da Prússia em meados / finais dos anos 70.

<sup>52</sup> Recorde-se que numa fase do conflito, as tropas de Marrocos encontravam-se distribuídas por território marroquino, mauritano e sarauí.

em Marrocos, e um novo ataque em Setembro de 1980, a Akka (Eur, 2003:804; Mundy, 2009:219-220).

Para além dos ataques terrestres, a Frente Polisario delineou ainda uma estratégia marítima, com o firme objetivo de diminuir a rentabilidade da pesca comercial na sua costa, pois nesta altura era Marrocos quem controlava a costa sarauí, sendo também Marrocos o único beneficiário dos lucros comerciais, ligados à atividade da pesca. Assim e no seguimento deste plano, os homens da Polisario atacaram e destruíram, algumas embarcações que pescavam nas águas da costa sarauí (Pazzanita, 2006:155).

## **2.6 A batalha de Guelta Zemmour e a intensificação do apoio a Marrocos**

O conflito armado entre Marrocos e a Frente Polisario foi amplamente influenciado por atores externos, que apoiaram em distintos casos e fases, militarmente, diplomaticamente, financeiramente e humanitariamente, diferentes partes conflitantes. Enquanto a Frente Polisario contou com o apoio de dois grandes produtores e exportadores de petróleo, a Argélia e a Líbia, as forças militares marroquinas foram grandemente apoiadas por duas grandes potências militares, EUA<sup>53</sup> e França<sup>54</sup>, embora em certos momentos do conflito, Marrocos tenha também sido ajudado por outros Estados<sup>55</sup>. A URSS era também, ainda que de uma forma um pouco mais indireta, outro dos protagonistas do conflito uma vez que todo o armamento utilizado pela Frente Polisario era fabricado na URSS, sendo depois vendido à Argélia e à Líbia, que posteriormente cediam parte destes equipamentos à Frente Polisario, que, assim, acabava por ter à sua disposição um evoluído arsenal bélico, sem qualquer custo. Deste modo, face à conjuntura anteriormente apresentada, conclui-se com relativa facilidade que este conflito apresenta certas particularidades, que nos levam a relacioná-lo e a inseri-lo num contexto de Guerra Fria (Shelley, 2004: 14, 20).

Devidamente armadas as partes, era sem grande surpresa que o sistema internacional presenciava a continuação das agressões entre Marrocos e Frente Polisario, tal como a que

---

<sup>53</sup> Apesar do treino que os militares norte-americanos, facultaram ao exército marroquino de forma gratuita, os Estados Unidos, lucraram também financeiramente com este conflito, pois as armas utilizadas pelo exército marroquino eram vendidas não só pelos EUA, mas também pela França, situação que gerou em certa altura pequenas disputas e pequenos conflitos diplomáticos entre França e Estados Unidos. A propósito do lucro norte-americano “...US Sales to Morocco...In the period 1973-77 they amounted to \$ 79 million, rising sharply to \$ 470 million as Morocco ploughed more and more resources into the Western Sahara...” (Shelley, 2004:14).

<sup>54</sup> A este propósito, leia-se o seguinte “France led the pack in the arming of Morocco during the hot phase of the Western Sahara conflict with weapons deliveries worth \$ 210 million in 1973-77, soaring to \$ 1.1 billion in 1978-82...” (Idem: 20).

<sup>55</sup> A Arábia Saudita por exemplo, apoiou Marrocos principalmente a nível financeiro. No entanto convém não esquecer a intervenção de: Egipto, Irão, Bélgica, Itália, Jordânia, Iraque, Brasil, Espanha e África do Sul, países que também vendiam armas, e ajudavam Marrocos nesta altura (Mundy e Zunes, 2010:20).

ocorreu em Março e Outubro de 1981, em Guelta Zemmour<sup>56</sup>. Esta revelou-se uma batalha com consequências desastrosas para Marrocos, devido ao facto de a Frente Polisario ter utilizado massivamente sofisticado armamento soviético cedido pela Argélia e Líbia, para desta forma destruir “...at least two Mirage F-1 and Northrup F-5 fighter planes along with one Puma helicopter and two U.S.-built C-130 transport planes...killing at least 50 Moroccan soldiers”(Pazzanita, 2006:183-184). Estas perdas foram realmente significativas para Marrocos, tendo em conta a reduzida dimensão e o fraco poderio da sua força aérea. Todavia e apesar das perdas, esta batalha viria a mostrar-se bastante importante para as FAR, uma vez que desencadeou uma maior intensificação no processamento de ajuda direccionada a Marrocos, por parte de todos os seus aliados (Mundy, 2009:220).

No que se refere aos EUA e depois da batalha de Guelta Zemmour, várias personalidades norte-americanas, tais como o Secretário da defesa Gaspar Weinberger, o Secretário de estado Alexander Haig, elementos da CIA e o General Vermon Walters, visitaram Marrocos, tendo concluído que seria necessário intensificar e acelerar a ajuda militar ao país, facilitando e incrementando por exemplo na venda de armas. Contudo, convém referir que já não era a primeira vez que os EUA vendiam armamento militar a Marrocos, vindo-se esta situação já a verificar desde o mandato do Presidente Jimmy Carter<sup>57</sup>, sendo no entanto no período de governação de Ronald Reagan<sup>58</sup> que os negócios entre Marrocos e EUA se intensificaram verdadeiramente. Ainda neste âmbito, estima-se que no período compreendido entre 1976 e 1984, o governo norte-americano estivesse a gastar cerca de um milhão de dólares por mês, para manter sensivelmente 130 conselheiros de guerra em solo marroquino, com o objetivo de instruir militarmente as FAR (*Idem*:224).

Como já se pôde constatar, a batalha de Guelta Zemmour foi um dos momentos mais importantes deste conflito armado. Numa primeira análise, e se Marrocos vinha já desde algum tempo atrás a ser apoiado pelos seus aliados, é no entanto a partir desta altura que se materializa e desencadeia um verdadeiro processamento de ajuda, com especial destaque para o papel dos EUA. Posteriormente será útil ter em linha de conta e até para melhor se compreender este conflito, que é a partir desta fase que se começam a dar os primeiros passos em direção ao subsequente *military stalemate*, onde a vitória através das armas deixaria praticamente de ser possível.

## 2.7 A construção da “Great Wall” e a desfavorável situação da Polisario

---

<sup>56</sup> Pequena localidade, situada no centro do Sahara, muito perto da fronteira com a Mauritânia. É uma zona montanhosa, caracterizada pela existência de significativas reservas de água (Pazzanita, 2006:453).

<sup>57</sup> 39º Presidente dos EUA. Mandato entre 1977 e 1981 (Freidel, 1999:83).

<sup>58</sup> 40º Presidente dos EUA. Mandato entre 1981 e 1989 (*Idem*: 84).

Entre Agosto de 1980 e Abril de 1987, na senda da nova estratégia determinada depois do conflito de Guelta Zemmour, Marrocos iniciou a construção de um sistema de defesa terrestre que visava condicionar o mais possível, os contínuos ataques da Frente Polisario a posições marroquinas. Construída em seis fases distintas, a *Great Wall* era uma espécie de barreira defensiva de grandes dimensões, construída com base em pedras e cimento. Com uma extensão a rondar os 2,500 quilómetros e uma altura a rondar os dois metros, a *Great Wall* principiava na zona de Assa em Marrocos, atravessava todo o território sarauí, terminando já perto da cidade de Nouadhibou na Mauritânia (Seddon, 2005:559). Refira-se que para além da sua enorme dimensão, a *Great Wall* encontrava-se coberta no topo por arame farpado, existindo ainda ao longo da mesma sensores eletrónicos e várias torres de vigilância que visavam controlar as movimentações das guerrilhas da Polisario (Eur, 2003: 805-806). Com a construção desta *Great Wall*, Marrocos pretendia isolar definitivamente e de uma forma eficaz a ameaça permanente representada pelo nacionalismo sarauí (ver Figura IV).

No entanto e apesar dos esforços encetados por Marrocos para assegurar uma maior segurança das suas posições, a Frente Polisario parecia sentir-se cada vez mais revoltada e neste âmbito, resolveu não abrandar a sua vaga de ataques. Aproveitando a ainda grande liberdade de movimentos durante o período de construção da *Great Wall*, a Frente Polisario usufruiu de tempo suficiente para realizar algumas investidas militares<sup>59</sup>, onde utilizou essencialmente armamento proveniente da URSS, para assim causar mais estragos no seio das FAR<sup>60</sup>. Todavia e com o término da construção da *Great Wall*, as investidas militares da Frente Polisario acabariam por ficar seriamente condicionadas, uma vez que as guerrilhas sarauís estavam limitadas a ataques por via terrestre ou marítima, pois não tinham qualquer tipo de poder aéreo. Consequentemente e na impossibilidade de transpor esta barreira construída por Marrocos, a Frente Polisario começou a atacar as várias torres de vigilância ao longo da *Great Wall* (Mundy, 2009:222).

Conforme se pode constatar, a Frente Polisario estava por volta de 1987 numa situação deveras complicada, pois para além do problema que a *Great Wall* representava para as guerrilhas sarauís, Marrocos encontrava-se também agora devidamente apoiado por diversos Estados, com especial destaque para as potências militares, EUA e França. Para além do já constatado, as más notícias para os líderes da Frente Polisario não paravam de chegar. Em 1984, e no seguimento da assinatura do *Arab-African Federation Treaty*<sup>61</sup>, juntamente com

---

<sup>59</sup> Ataques a Lemseid, Smara, Dakhla, Argoub, Farsiyah, Hawgah e Zag.

<sup>60</sup> A Frente Polisario destruiu neste período, dois aviões caça que efectuavam o controlo aéreo das operações de construção da *Great Wall*.

<sup>61</sup> *Arab-African Federation Treaty, Treaty of Oujda* ou *Oujda Treaty*. Foi um tratado assinado na cidade marroquina de Oujda, entre o Coronel Qadhdhafi e o Rei Hassan II em Agosto de 1984, para tentar prejudicar a Frente Polisario, mas também como forma de resposta ao *Maghreb Fraternity and Co-Operation Treaty* assinado em Março de 1983 entre Argélia, Tunísia e Mauritânia. Apesar de ter sido assinado pelos líderes de Líbia e de Marrocos, este *Oujda Treaty* foi aprovado em referendo com mais de 90% dos votos. Com este tratado Marrocos arranjava assim maneira de combater a sua “solidão” no norte de África, numa altura em que a Mauritânia, posteriormente ao tratado de aliança assinado juntamente

Marrocos, a Líbia, que tinha até então sido um dos bons apoios das guerrilhas sarauís, começa progressivamente a reduzir a cedência de equipamento militar à Frente Polisario (Eur, 2003:806). Por sua vez em 1986, também a Argélia, o principal aliado da Frente Polisario neste conflito, foi como que obrigada a reduzir o fornecimento de armamento às guerrilhas sarauís, devido a uma queda dos preços do gás e principalmente do petróleo na década de 1980, que juntamente com a deficiente gestão orçamental do governo argelino, criou uma crise na Argélia, que obrigou posteriormente a uma redução das despesas na compra de armamento (Freedman, 1998:310-313).

Toda esta conjuntura negativa acabou por originar problemas no seio da própria Frente Polisario, fazendo com que houvesse nesta altura deserções de importantes individualidades sarauís<sup>62</sup>, que acabaram por se juntar ao exército marroquino. É um facto, que em finais de 1987, o nacionalismo e a causa sarauí estavam na realidade postos em causa. Por seu lado, para Marrocos a situação atual gerava agora alguma satisfação, pois para além do exército marroquino dominar quase todo o território sarauí, estava devidamente apoiado pelos EUA e pela França, sendo que tinha também isolado praticamente na totalidade, a ameaça representada pela Frente Polisario, com a construção da *Great Wall* (Mundy, 2009:222-223).

---

com Tunísia e Mauritânia, tinha também reconhecido formalmente a RASD, em Fevereiro de 1984. Porém Marrocos e apesar desta nova aliança com a Líbia, continuava a seguir o caminho do “isolamento”, abandonando em Novembro de 1984 a OUA, em protesto pela admissão da RASD (Eur, 2003:86).

<sup>62</sup> Em alusão a Omar Hadrami, uma das maiores figuras da Frente Polisario até 1989, altura em que desertou e se juntou a Marrocos. Logo em finais de 1989, o Rei Hassan II atribuiu-lhe um lugar no Ministério do interior marroquino e em 1994 foi nomeado Governador de Kaalat, uma província nas redondezas de Marraquexe (Pazzanita, 2006:303-305).



Figura IV: A divisão do Sahara, imposta pela *Great Wall (Berm)*. Fonte: “Western Sahara Project: Environmental and Cultural Change in Arid Northwest Africa” [www.nickbrooks.org](http://www.nickbrooks.org).

## 2.8 O cessar-fogo e os efeitos deixados pela guerra

Perante tudo aquilo anteriormente registado, em finais de 1987 o *military stalemate* era praticamente um facto consumado. Tal como o próprio Mohammed Abdelaziz, Presidente da RASD e Secretário-geral da Frente Polisario desde 1976, a vitória com recurso às armas estava “more than difficult, if not impossible”, começando deste modo a adivinhar-se por esta altura o fim da guerra. Por um lado e embora Marrocos estivesse neste momento mais habilitado que nunca para contrariar a matreira estratégia da Frente Polisario, a verdade é que tal se revelaria ainda bastante complicado, pois como previamente constatado, a Polisario operava a partir de Tindouf na Argélia, região onde se situavam também a grande maioria dos seus refugiados. Esta perspetiva de ter de invadir a Argélia para atacar as guerrilhas sarauís, não era também propriamente uma ideia que agradasse a Marrocos, pois com certeza que esta situação a verificar-se, despoletaria antigas rivalidades<sup>63</sup> (*Idem*:24).

Assim e tendo em conta a arrastamento da situação de *deadlock* em que se encontrava o conflito, no dia 6 de Setembro de 1991, o então Secretário-geral das Nações Unidas Javier Pérez de Cuéllar, depois de reunir previamente com responsáveis de Marrocos e Frente Polisario, anunciou finalmente a previsível decisão de cessar-fogo. Porém este cessar-fogo

<sup>63</sup> A propósito da *Sand War*, ideia previamente focada.

não seria alcançado, sem que anteriormente em Agosto de 1991 Marrocos tivesse encetado uma série de ataques, que destruíram algumas infraestruturas pertencentes à Polisario. Para além de pôr termo a aproximadamente dezasseis anos de conflito armado, o cessar-fogo de 1991, parece ter trazido consigo novas constatações. Marrocos descobriu por exemplo, que talvez por ser aliado dos EUA e da França, membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, não iria ser punido pela ordem internacional pelo seu comportamento menos próprio durante esta contenda armada. Por sua vez, o fim da guerra, fez refletir profundamente o povo sarauí, que descobriu uma razão pela qual valeria a pena viver e lutar, mesmo que muitas das vezes este cenário implicasse a morte. O nacionalismo sarauí e a sua luta pela autodeterminação, intensificaram-se de forma evidente durante o conflito. Os guerreiros sarauís, inicialmente subestimados pela generalidade do sistema internacional, provaram que a Frente Polisario tinha uma verdadeira razão de existir e um objetivo claro, pelo qual deveriam lutar.

Muito embora esta guerra não tenha sido das mais sangrentas da história, a verdade é que segundo estimativas apresentadas na obra *Africa's Wars and Prospects for Peace* (Copson, 1994:54), o número total de vítimas do conflito, já com civis incluídos, equivale a aproximadamente 16,000 pessoas. Estes dados são igualmente confirmados na obra *The Theory and Practise of Third World Solidarity* (Thomas, 2001:192). Como certamente se compreenderá, é extremamente complicado encontrar dados fidedignos que mostrem realmente não apenas o número de óbitos no total, mas também o número de baixas que cada uma das partes teve. Muito provavelmente esta situação, dever-se-á ao facto deste conflito, tal como já enunciado, não ter sido dos mais violentos de sempre, o que acabou por desviar um pouco a atenção dos Media. Ainda assim, em 1990, numa entrevista em Madrid de Stephen Zunes<sup>64</sup> ao desertor sarauí Omar Hadrami, este estimava que teriam morrido durante a contenda armada aproximadamente 3,000 sarauís. Por sua vez, a Frente Polisario sustentava a ideia que os seus ataques custavam às FAR, uma perda compreendida entre 100 a 200 homens por mês (Mundy e Zunes, 2010:24-25).

---

<sup>64</sup> Stephen Zunes é um cidadão norte-americano, Professor na área de política e estudos internacionais na universidade de San Francisco, local onde chefia também o Middle East Studies Program. É autor e co-autor de variadíssimas obras, sendo que uma das quais foi consultada no âmbito deste trabalho e que se intitula *Western Sahara: War, Nationalism and Conflict Irresolution*.

# Capítulo III - O Conflito Diplomático (1991-2010)

## 3.1 O papel da OUA e o envolvimento das Nações Unidas

Após a retirada de Espanha, o Sahara ficou dividido numa administração bipartida entre Marrocos e Mauritânia, conforme ficara acordado no *Madrid Agreement*. É então a partir deste momento, em inícios de 1976, que a OUA se envolve na questão do Sahara, pois recorde-se que Marrocos tinha invadido o Sahara durante as negociações do *Madrid Agreement*, situação que violava algumas condições da Carta que instituiu e regia a OUA. A nível dos objetivos, Marrocos estava nitidamente a violar o desígnio inscrito no artigo II, numero 1, alínea d) que tinha como propósito “To eradicate all forms of colonialism from Africa”<sup>65</sup>. Já a nível de princípios, Marrocos estava também a infringir o disposto redigido no Artigo III, numero 6, que ditava uma “Absolute dedication to the total emancipation of the African territories which are still dependent”. Basicamente os valores inscritos na carta pela qual a OUA se orientava, procuravam fomentar o progresso através da cooperação entre os Estados Africanos, tentando erradicar simultaneamente e de uma forma progressiva todas as colónias existentes em África (OUA, 1963).

Uma vez envolvida nesta questão, a OUA, assume assim a condução do processo de referendo<sup>66</sup> até meados de 1984, altura em que Marrocos abandona a OUA, como forma de protesto pelo facto da RASD ter sido formalmente admitida no seio desta organização (Heyns, 1998: 369). É também em 1984, que as Nações Unidas aproveitando o trabalho já realizado pela OUA, intervêm no processo, tomando o seu comando e fazendo esforços para que Marrocos e Frente Polisario iniciassem conversações, o que caso tivesse acontecido, facilitaria certamente não só a organização do processo de referendo mas também o fim da guerra e a consequente paz (Mundy e Zunes, 2010:179-180). Porém, convém lembrar que, antes da intervenção das Nações Unidas e tal como anteriormente visto, foi a OUA quem esteve na chefia das operações, de 1976 a 1984. Contudo e apesar dos esforços encetados dentro da OUA, para que Marrocos e Frente Polisario dialogassem, tal situação parecia ser praticamente impossível devido à intransigente posição marroquina<sup>67</sup>. Assim e para além de recusar veementemente reconhecer a RASD, o Rei Hassan II, declinava também a possibilidade de se encontrar pessoalmente com líderes da Polisario, chegando inclusivamente a afirmar que tal

---

<sup>65</sup> Carta que dá origem à OUA, actual UA, em 25 de Maio de 1963, em Addis Ababa, capital da Etiópia.

<sup>66</sup> Refira-se aqui, que foi a OUA a primeira entidade a obter o consentimento do Rei Hassan II, com vista à realização de um processo de referendo.

<sup>67</sup> Antes de abandonar a organização em forma de protesto pela admissão formal da RASD, Marrocos boicotou diversos encontros da OUA, pelo simples facto de terem sido convidados membros da RASD. Alguns exemplos: Em Dezembro de 1982, Marrocos e os seus aliados diplomáticos boicotaram a conferência da OAU no Zimbabwe, devido à presença de membros ligados à RASD. Anteriormente, em Agosto do mesmo ano, Marrocos tinha também boicotado a cimeira a decorrer no Líbano (Mundy e Zunes, 2010:177).

seria escusado, pois “There is nothing to negotiate because Western Sahara is Moroccan territory” (Jensen, 2005:36).

Obviamente que toda esta situação colocava a OUA numa posição muito delicada, pois, se por um lado, no seio da organização se era maioritariamente favorável à autodeterminação do povo sarauí, por outro, lado Marrocos era um membro da OUA, que contava com “...twenty-one supporting members...”<sup>68</sup>, que corroboravam a intenção do Rei Hassan II em anexar o Sahara (Ohaegbulam, 2004:119). Refira-se ainda, a propósito do abandono de Marrocos da OUA em 1984, que este foi o primeiro e único país a fazê-lo até ao momento (Cordesman, 2002:61). Todavia este abandono, não afrouxou as intenções de Marrocos em ficar com o Sahara, pois numa fase anterior a este encontro, em 1982, quando anunciada a admissão da RASD na OUA, a atual UA, o Ministro dos negócios estrangeiros de Marrocos, M’hamed Boucetta, tinha já afirmado que “for us the Polisario (RASD) does not exist either legally or internationally. We will never recognise the Polisario. There will be no withdrawal of Morocco troops from our Saharan province, and there is no way the Moroccan administration will leave the Western Sahara territory” (Mundy e Zunes, 2010:177).

Apesar de todos os esforços de Marrocos, a verdade é que a RASD, acabaria mesmo por ser admitida no seio da OUA, em 22 de Fevereiro de 1982. A autodeterminação do povo sarauí foi, assim, ao longo dos anos, uma causa apoiada pela OAU, atual União Africana, tendo inclusivamente o Presidente da RASD, Mohammed Abdelaziz, sido eleito duas vezes consecutivas em 1985 e 1990, para Vice-presidente da organização. Por outro lado, e apesar de ter abandonado a OUA em 1984, Marrocos tem mantido esforços para que a RASD seja desmembrada do seio da atual União Africana, o que parece pouco provável de vir a acontecer, uma vez que tradicionalmente a independência do Sahara, sempre foi uma das causas incondicionalmente apoiada por esta organização (*Idem*:178).

Até 1982, as Nações Unidas pouco ou nada tinham interferido na questão do Sahara. As únicas intervenções de alguma relevância que lhe são conhecidas até este momento, datam de Outubro de 1975 quando o TIJ se pronunciou sobre a questão do Sahara a pedido de Marrocos e, posteriormente, no mesmo ano em Novembro a pedido do representante de Espanha nas Nações Unidas, Jaime de Piniés<sup>69</sup> que, numa carta ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, pedia a urgente intervenção do Conselho de Segurança na questão da *Green March*. No entanto, o Conselho de Segurança, claramente pressionado pelos aliados de

---

<sup>68</sup> Um dos Estados que por apoiava Marrocos nesta altura, era o Egipto, conforme veremos mais adiante neste trabalho. Lembre-se, que apesar de Marrocos ter “...twenty-one supporting members...” (Ohaegbulam, 2004:119) tal como acima referido, a OUA tinha já nesta altura perto de 50 Estados membros. Isto serve apenas para mostrar, que a causa Sarauí era dentro da OUA, apoiada por mais Estados, do que a causa de Marrocos.

<sup>69</sup> Jaime de Piniés, fora obrigado a interceder pelo seu país nesta questão, pois relembre-se, que Franco estava já nesta altura, fora do poder, devido a motivos de saúde e a Espanha atravessava um período politicamente complexo (Mundy e Zunes, 2010:172).

Marrocos, EUA e França, pronunciou-se muito tenuemente no assunto relativo à *Green March*, apelando tão-somente, à manutenção da calma e nomeando em simultâneo um responsável, Kurt Waldheim, para negociar com Espanha e Marrocos. Porém, para além de pouco contundente, a intervenção das Nações Unidas revelou-se também muito tardia, uma vez que, como anteriormente exposto, Espanha foi praticamente forçada a negociar com Marrocos, devido ao pouco interesse e falta de determinação das Nações Unidas em intervir e solucionar com rapidez, o eminente problema que a *Green March* ameaçava causar (*Idem*:172).

Mais recentemente, a posição interventiva das Nações Unidas parece no entanto ter começado a mudar. Quando Marrocos abandonou a OUA em 1984, Pérez de Cuellar, Secretário-geral das Nações Unidas em funções à data, tentou uma aproximação entre as partes conflitantes, tendo-se porém deparado com a inflexibilidade do Rei de Marrocos, que continuava a não querer negociar pessoalmente com líderes da Frente Polisario, pois Hassan II considerava que, ao aceitar um encontro deste género, estaria a reconhecer legitimidade à causa sarauí. Posteriormente em 1986, Pérez de Cuellar visita Marrocos, obtendo novamente o consentimento do Rei Hassan II para que deste modo fossem novamente retomados os ideais de referendo, que levariam à resolução do problema e à consequente obtenção da paz na região. Recorde-se aqui que a primeira proposta de referendo da OUA nunca avançou oficialmente, não apenas devido às elevadas tensões entre Marrocos e Frente Polisario, mas também devido à falta de dimensão da OUA para o fazer.

Contudo, nesta nova proposta de referendo, as Nações Unidas não desperdiçaram o trabalho realizado pela OUA, aproveitando assim as propostas do anterior projeto, que incluíam um cessar-fogo bilateral, o controlo de militares das Nações Unidas sobre as FAR e Frente Polisario, bem como a nomeação de um representante especial e de uma equipa de apoio, para assim controlar todas as questões relativas à prossecução do referendo. Ainda para a realização deste referendo, seriam aproveitados e utilizados os dados apurados por Espanha nos censos de 1974, para melhor se definir o eleitorado e saber concretamente quem podia ou não votar. Por outro lado, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), encarregar-se-ia de ajudar todos os refugiados sarauís a regressar ao seu país, para que estes pudessem votar o referendo e decidissem finalmente o seu próprio destino. O referendo em si teria uma estrutura elementar, questionando fundamentalmente o povo sarauí acerca da preferência de integração enquanto província marroquina, ou se por outro lado, pretendiam o direito à autodeterminação e consequente independência do seu território.

### **3.2 O *sim* ao referendo, os desentendimentos nas Nações Unidas e o primeiro face a face entre o Rei Hassan II e a Frente Polisario**

Em Setembro de 1988 e após estar há sensivelmente 4 anos em negociações individuais e directas com Argélia, Marrocos e Frente Polisario, o Secretário-geral das Nações Unidas, Javier Pérez de Cuéllar<sup>70</sup> comunicou ao Conselho de Segurança que Marrocos e a Frente Polisario tinham aceiteado a ideia de realizar e colaborar no processo do referendo, embora tivessem também enumerado uma série de preocupações, que foram mantidas em segredo pelo próprio Pérez de Cuéllar<sup>71</sup>. Refira-se aqui que o conflito encontrava-se por esta altura, entre 1987 e 1988, num verdadeiro *military stalemate*, e a solução do *winner take all* oferecida através do referendo, parecia ser suficientemente aliciante para que Marrocos e Frente Polisario, aceitassem entrar em negociações (Jensen, 2005:45).

Porém, ambas as partes apesar de estarem dispostas a negociar e a aceitar a proposta de referendo, revelavam também uma grande desconfiança relativamente ao mesmo, chegando inclusivamente um diplomata africano<sup>72</sup> a afirmar “Both parties are serious about this agreement since they are tired of war, but both have a hidden agenda if the referendum doesn’t go their way”. Será ainda importante referir, que o Secretário-geral das Nações Unidas, Pérez de Cuéllar, nas negociações que manteve com cada uma das partes, encontrou-se mais vezes com responsáveis de Marrocos e da Argélia do que com membros da Polisario. Embora este tipo de atitude possa não parecer muito correta e pouco neutral, o Secretário-geral das Nações Unidas, acabou por se justificar dizendo “I repeatedly found that the best way to obtain greater flexibility from Polisario was through President Chadli [Algeria] or members of his government” (Mundy e Zunes, 2010:181).

Contudo, e embora desconhecendo em pormenor o teor das propostas apresentadas às partes, assim como as preocupações expressadas pelas mesmas, o Conselho de Segurança, aprova a prossecução do referendo e nomeia Hector Espiell, um advogado uruguaio, que seria o primeiro representante especial das Nações Unidas, para a missão no Sahara. Assim e ao contrário de outras missões das Nações Unidas, Espiell trabalharia diretamente com Pérez de Cuéllar, evitando assim que a informação passasse, quer pelo departamento de Assuntos Políticos, quer pelo departamento de Manutenção da Paz, ambos pertencentes às Nações Unidas. Toda esta situação estava a criar um problema no seio das Nações Unidas, pois Pérez de Cuéllar ao trabalhar diretamente com este representante especial, estava assim a reter e conseqüentemente a omitir, importante informação a outros departamentos e oficiais das Nações Unidas, que estavam também a trabalhar na missão. Quem não estava propriamente feliz com a presente situação era Marrack Goulding, subsecretário do departamento de

---

<sup>70</sup> De acordo com a obra *Western Sahara: War, Nationalism and Conflict Irresolution*, Pérez de Cuéllar encontrou-se 132 vezes com responsáveis marroquinos, 128 vezes com responsáveis argelinos e apenas 33 vezes com responsáveis sarauís (*Idem*: 181).

<sup>71</sup> A este propósito, leia-se “Neither Morocco nor the Frente Polisario chose to add publicly to their original “agreement in principle”, nor to subtract from reservations already expressed. Nothing was signed” (Jensen, 2005:43).

<sup>72</sup> Esta declaração foi obtida por Stephen Zunes numa entrevista a um diplomata africano, que no entanto devido às elevadas tensões que se faziam sentir, optou por permanecer no anonimato.

Manutenção de Paz das Nações Unidas, que questionou inclusivamente se teriam sido apresentadas as mesmas propostas a ambas as partes “I even wondered whether the two sides had been shown the same document” o que, a não se verificar, poderia comprometer a realização do referendo e criar problemas graves para as Nações Unidas, que poderiam vir a ser acusadas, quer por Marrocos, quer pela Frente de Polisario, de falta de isenção (Pazzanita, 2006:171-172).

Ainda nesta altura, e embora o Rei Hassan II tivesse inicialmente aceite as condições apresentadas pelas Nações Unidas para a realização do referendo, colocava agora um novo problema, que se relacionava com o facto de quem deveria ou não ser autorizado a votar (Jensen, 2005:59-71). No seguimento desta ideia o Secretário-geral das Nações Unidas, Pérez de Cuéllar, propôs ao Rei marroquino a inclusão de uma terceira hipótese no referendo, onde seria perguntado ao povo sarauí se aceitariam viver sob a soberania de Marrocos, mas com um grau significativo de autonomia<sup>73</sup>. Contrariamente àquilo que se esperaria, o Rei Hassan II recusou de imediato esta ideia, fundamentando que uma situação deste género serviria de inspiração para que outras províncias de Marrocos requeressem junto do governo marroquino um processo semelhante, o que poria em causa a soberania do reino de Marrocos. Deste modo, esta opção nunca chegou a avançar (Mundy e Zunes, 2010:180).

Não deixa porém de causar alguma estranheza, o facto de Hassan II, se ter mostrado disponível por duas vezes consecutivas para a realização de um referendo sobre a questão do Sahara, inicialmente junto da OUA e numa fase posterior junto das Nações Unidas. Todavia, esta atitude do Rei de Marrocos, tem na sua base uma justificação bastante plausível. Após ter criado vários problemas diplomáticos no seio da OUA, boicotando vários encontros da organização, e já depois de ter abandonado a organização, Marrocos compreendeu que o isolacionismo diplomático e o protesto não correspondiam à forma mais adequada de lidar com este assunto. Assim e caso manifestasse vontade de cooperar, tal como se veio a verificar, Marrocos adiará temporariamente o reconhecimento da RASD por outros estados, ganhando assim algum tempo para tentar atingir ou seu objetivo primordial, ou seja, a anexação definitiva e oficial do Sahara, que se afiguraria cada vez mais difícil à medida que RASD, fosse sendo reconhecida por um maior número de Estados.

Assim e juntamente com a vontade de Marrocos em colaborar, o processo de paz parecia estar nesta altura muito bem encaminhado. Deste modo, em Janeiro de 1989, o Rei Hassan II pressionado pelos seus aliados, em especial pela Arábia Saudita, aceitou encontrar-se pela primeira vez com responsáveis da Polisario<sup>74</sup> (Miyares, s.d:13). Porém este encontro revelar-se-ia breve e não muito saudável, arruinando completamente futuras conversações entre as

---

<sup>73</sup> Num estilo muito semelhante ao da comunidade autónoma do País Basco, em Espanha. Neste particular caso, podemos constatar, que o País Basco, apresenta autonomia legislativa e competências executivas, podendo assim a população escolher os seus próprios representantes.

<sup>74</sup> A Polisario fez-se representar por algumas figuras históricas como Bachir Sayed, Mahfoud Bieba e Ibrahim Gali (Mundy e Zunes, 2010:182).

partes (Jensen, 2005:103). Depois desta reunião, alguns membros da Frente Polisario sublinharam que Marrocos ao aceitar reunir-se com a sua liderança histórica, estava assim a reconhecer legitimidade ao povo sarauí e à sua causa. Em resposta, o Rei Hassan II comentou que este encontro tinha sido apenas uma simples discussão e não uma negociação, entre Marrocos e marroquinos renegados<sup>75</sup>. Nesta altura também a Argélia, na esperança que esta reunião entre Frente Polisario e Marrocos tivesse um desfecho positivo, decidiu restabelecer relações diplomáticas com governo de Rabat pela primeira vez depois do conflito de 1963<sup>76</sup> (Mundy e Zunes, 2010:182).

Todavia, e depois de o encontro entre as partes ter servido apenas para agudizar tensões, a Frente Polisario, quis mostrar que estava disposta a regressar à luta armada a qualquer momento e desta forma encetou uma série de ataques, que destruíram partes da *Great Wall*. Para além da Polisario estar a tentar marcar uma posição, este ataque serviu também para que Marrocos percebesse que a Argélia, continuava a apoiar a causa sarauí. No entanto, as iniciativas militares da Frente Polisario não terminaram aqui. Ainda em 1989, entre os meses de Setembro e Outubro, as guerrilhas da Polisario voltariam a atacar a *Great Wall*, conseguindo inclusivamente atacar de novo as posições marroquinas em Guelta Zemmour, Hawzah e Amgala, causando assim um número significativo de baixas e danos, no seio das forças militares marroquinas. Numa vingança a estas iniciativas das guerrilhas sarauís, as FAR responderiam com novos ataques em Agosto de 1991 (*Idem*:183).

### **3.3 O programa MINURSO, o *D-Day* e as desconfianças da Frente Polisario**

Falhadas as negociações entre Marrocos e Frente Polisario, em Junho de 1989, Pérez de Cuéllar acompanhado de Johannes Manz<sup>77</sup>, visita a Argélia e a Mauritânia, na tentativa de que estes Estados exercessem algum tipo de influência junto de Marrocos e da Polisario (Pazzanita, 2006:259). Assim e com o processo negocial comprometido, o Secretário-geral das Nações Unidas tentou mais uma vez, promover um encontro onde estivessem presentes representantes da Frente Polisario e de Marrocos juntamente com uma comissão técnica das Nações Unidas, que acabaria por ocorrer em Julho de 1989. Este encontro, visava sensibilizar ambas as partes para a importância da continuação do processo negocial, que conduziria posteriormente à paz definitiva nesta região. Consequentemente, em Junho de 1990 e no seguimento desta reunião, Pérez de Cuéllar entregou finalmente um plano detalhado ao Conselho de Segurança, que definia variadíssimos aspetos, tais como: o papel do representante especial enviado pelas Nações Unidas, as disposições para o cessar-fogo, as

---

<sup>75</sup> Referindo-se ao povo sarauí.

<sup>76</sup> Em alusão à *Sand War*.

<sup>77</sup> Johannes Manz era um diplomata suíço, que tinha agora sido nomeado como o novo representante das Nações Unidas para a missão no Sahara, substituindo assim o advogado Hector Espiell (Pazzanita, 2006:258).

linhas de orientação para a realização do referendo, a troca e a libertação de prisioneiros de guerra, o regresso dos refugiados ao Sahara, bem como uma Comissão de Identificação que controlaria todo o processo relacionado com votação, apurando deste modo, quem estava ou não habilitado a votar. Apesar das reservas que Marrocos e a Frente Polisario apresentaram a Pérez de Cuéllar relativamente ao referendo, na resolução 690 datada de 29 de Abril de 1991, o Conselho de Segurança das Nações Unidas autorizaria finalmente a missão das Nações Unidas para esta região, a MINURSO<sup>78</sup> (ONU, 1991: 35).

No entanto por esta altura, os membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, França, EUA, China, Rússia e Grã-Bretanha, ao mesmo tempo que aprovavam a MINURSO, evidenciavam também alguma preocupação com o custo que esta missão poderia vir a ter, pois era necessário investir em diversas áreas, especialmente a nível militar, de forma a controlar todas as operações no terreno e a garantir a segurança durante um período de aproximadamente 46 semanas, o período de tempo previsto para a missão (*Idem*). Refira-se ainda, que a estimativa orçamental das Nações Unidas para a MINURSO, aprovada em resolução da Assembleia Geral, em 17 de Maio de 1991, era aproximadamente de 180 milhões de dólares (moeda norte-americana) (*Idem*:10-11).

Porém e quando o Conselho de Segurança autorizou a criação da MINURSO, ficou também em “cima da mesa” o estabelecimento de um *D-Day*, onde se materializaria em definitivo o cessar-fogo e onde se iniciaria um ciclo de transição de 11 semanas antes do referendo, dando-se assim tempo suficiente à MINURSO, para se implantar devidamente na região. Seria também durante o período de transição, que se haveria de proceder à troca de prisioneiros políticos entre as partes, os refugiados sarauís especialmente provenientes da Argélia e Mauritânia regressariam com a ajuda do ACNUR à sua pátria, ao mesmo tempo que militares ligados às Nações Unidas assegurariam a neutralização militar no terreno, tentando reduzir ao máximo o risco da ocorrência de confrontos. Por seu lado, a votação do referendo teria lugar 20 semanas após este *D-Day*, servindo as restantes semanas para se apurarem os resultados e pôr em prática a decisão tomada (Jensen, 2005:43). Então, e caso o referendo fosse favorável ao povo sarauí, Marrocos teria de abandonar definitivamente o Sahara, antes de se dar por concluída a MINURSO. Porém e caso a votação do referendo fosse favorável a Marrocos, a Frente Polisario desmantelar-se-ia e colocaria um ponto final na sua luta pela autodeterminação, sendo desta maneira obrigada a aceitar o resultado ditado pelo referendo (ONU, 2000:4-5).

Todavia e muito embora as Nações Unidas estivessem agora a trabalhar no desenvolvimento da MINURSO, os responsáveis da Frente Polisario mantinham ainda algumas reservas, relativamente a todo este processo. Uma das maiores preocupações dos homens da

---

<sup>78</sup> Do Francês: Mission des Nations Unies pour l'organisation d'un referendum au Sahara Occidental.

Polisario estava relacionada com o facto de as Nações Unidas terem apenas destinado cerca de 17,000 militares para controlarem aproximadamente 65,000 membros das FAR, durante o processo de referendo. O que na verdade os homens da Polisario mais temiam, era que as FAR atacassem civis sarauís quando estes regressassem aos campos de refugiados, depois da votação. Contudo e apesar do previamente mencionado, a Frente Polisario revelava ainda outra grande preocupação, relacionada com a observação e controlo do referendo. A Polisario pretendia a presença de Estados neutros enquanto observadores independentes, uma vez que suspeitava em certa medida da imparcialidade das Nações Unidas no processo, principalmente devido ao facto dos dois grandes aliados de Marrocos, EUA e França, serem membros permanentes do Conselho de Segurança, estando assim intrinsecamente ligados ao conflito, o que à partida poderia levantar algumas questões relacionadas com imparcialidade (Mundy e Zunes, 2010:186).

Contudo e para além de tudo isto, os sarauís consideravam também que seria incorreto o Sahara ficar sob a administração marroquina durante o decurso do referendo, uma vez que neste referendo iriam ser abordadas questões relacionadas com integração e independência. No seguimento desta ideia a Frente Polisario, sugeriu às Nações Unidas que, até estar concluído todo o processo de referendo, a administração do Sahara deveria ser assegurada por Espanha juntamente com as Nações Unidas, e não por Marrocos (*Idem*).

### **3.4 Os erros cometidos por Pérez de Cuéllar e a implementação da MINURSO**

Tendo em conta as elevadas tensões que se viviam desde 1975 entre Marrocos e Frente Polisario, seria certamente de esperar que com a intervenção das Nações Unidas e com a proposta de referendo, se resolvesse definitivamente este problema para assim poder ser atingida a paz nesta região do norte de África.

Contudo, durante a organização do processo de referendo, Pérez de Cuéllar, cometera alguns erros que posteriormente viriam a pôr em causa não só o referendo, como também o próprio cessar-fogo. Para começar, o Secretário-geral das Nações Unidas durante as negociações individuais que manteve com Argélia, Marrocos e Frente Polisario, teve claramente uma atitude discriminatória para com o povo sarauí, pois Pérez de Cuéllar encontrou-se muito mais vezes com estadistas argelinos e marroquinos, do que com responsáveis da Frente Polisario, o que pode levantar algumas questões, mesmo sabendo que Pérez de Cuéllar, pensava ser mais fácil sensibilizar a Polisario para a importância de todo este processo, através da Argélia. Refira-se ainda que, Pérez de Cuéllar errou também no decurso de todo este processo negocial mantido com as partes, pois nunca informou devidamente as Nações Unidas sobre o teor destes encontros, omitindo assim relevante

informação a alguns dos seus departamentos<sup>79</sup>, situação que acabou por levantar algumas questões e um ambiente de apreensão no seio da organização (*Idem*:181).

Parece provado até aqui que o procedimento de Pérez de Cuéllar não estava de facto a ser o mais apropriado. No entanto e tendo em conta toda a sua intervenção no processo, o maior erro cometido por Pérez de Cuéllar, foi o de avançar com a proposta de referendo para o Conselho de Segurança das Nações Unidas, sem que primeiro tivesse devidamente esclarecido Marrocos e Polisario sobre todas as reservas por eles apresentadas. Se por um lado, é certo, que Marrocos e Frente Polisario estavam de acordo em avançar com a proposta de referendo, por outro lado, não é menos verdade que ambas as partes expressaram sempre algumas preocupações relativamente ao mesmo, que erroneamente foram mantidas em segredo por Pérez de Cuéllar. Desta forma e devido aos sucessivos desacertos do Secretário-geral das Nações Unidas, a situação parecia estar novamente a descontrolar-se e era agora Marrocos quem aparecia com imposições, exigindo em Janeiro de 1991 que todas as guerrilhas da Polisario deveriam durante a realização do referendo retirar-se do Sahara, rumando em direcção à Argélia, onde permaneceriam até todo o processo do referendo estar concluído.

Obviamente, que os líderes da Polisario refutariam completamente esta demanda marroquina, o que deu origem a que em Agosto de 1991, as FAR transpusessem a *Great Wall* e atacassem duas posições militares da Frente Polisario, sedeadas em Bir Lahlu e Tifariti. No seguimento destes ataques e apercebendo-se que a situação estava novamente a perder o controlo, Pérez de Cuéllar resolve tomar medidas, comunicando de uma forma autónoma e unilateral que o cessar-fogo se materializaria em definitivo no dia 6 de Setembro de 1991, anunciando também que as Nações Unidas, mobilizariam 230 militares rumo a esta região, para controlarem as hostilidades e sobretudo evitarem o início de uma nova fase de conflito armado (ONU, 2000:3).

É então, pouco tempo depois da decisão tomada por Pérez de Cuéllar e no seguimento do início do cessar-fogo, que a MINURSO começa a movimentar-se para proceder à sua implementação no Sahara. Todavia, este processo viria a revelar-se bastante difícil e problemático, devido ao comportamento inadequado e pouco diplomático de Marrocos. Primeiramente no porto de Agadir, Marrocos dificultou imenso a ação de descarga de materiais dos navios das Nações Unidas, bloqueando em simultâneo as principais estradas do país em direção ao Sahara. Seguidamente, Marrocos não concedeu autorização de entrada no país a diversos jornalistas, visitantes, diplomatas europeus e responsáveis do ACNUR, não permitindo também que a Comissão de Identificação nomeada pelas Nações Unidas, tivesse completa liberdade de movimentos, pois os “MINURSO staff members living in the Moroccan - controlled Western Sahara are under permanent surveillance. The MINURSO staff are housed

---

<sup>79</sup> Departamento de Manutenção da Paz e Departamento de Assuntos Políticos.

primary in three hotels...all of which are heavily guarded. Non-MINURSO staff cannot enter these hotels unless Moroccan security permits it...every single Moroccan employed in these hotels works for the secret service - the receptionists, the waiters, the bartenders; they are here to watch and listen” (HRW, 1995).

Adicionalmente, Marrocos recusou ainda remover as FAR do Sahara, durante a MINURSO. Por outro lado e contrariamente a Marrocos, a Frente Polisario evidenciava um comportamento positivo, descontraído e voluntarioso, que permitia à MINURSO, segundo o comandante Armand Roy<sup>80</sup> “to establish a climate of trust”. Porém, Armand Roy não foi o único a gabar a atitude dos membros da Polisario. Também elementos ligados ao departamento de Manutenção de Paz das Nações Unidas, relataram que “Moroccan interference in nearly every sphere of MINURSO’s activities. In contrast, the soldiers in the field until recently received a Great deal of cooperation and assistance from Polisario” (Mundy & Zunes, 2010:195).

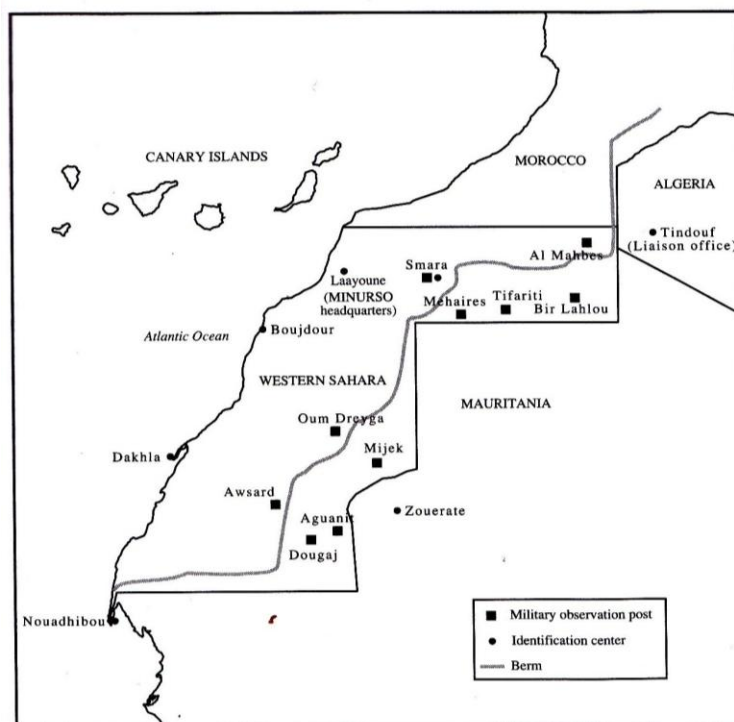


Figura V: Implementação da MINURSO no Sahara. Fonte: Jensen, 2005:75.

### 3.5 A nova estratégia de Marrocos, a sucessão de Pérez de Cuéllar e o descontentamento sarauí

Como previamente constatado, Marrocos estava a colocar grandes entraves à implementação da MINURSO. Adicionalmente e vendo que a sua atitude de oposição não

<sup>80</sup> O canadiano Armand Roy, era por esta altura o Comandante da unidade militar da MINURSO.

bastaria para condicionar suficientemente a ação da MINURSO, o Rei Hassan II comunicou em Setembro de 1991 a Pérez de Cuéllar, que 170,000 mil civis marroquinos entrariam novamente no Sahara, desta feita para votar o referendo. Porém este anúncio de uma “second Green March”, apesar de constituir uma ameaça, quer para o processo de referendo quer para a manutenção da paz, pouco parece ter incomodado Pérez de Cuéllar, que estava prestes a retirar-se do cargo (Eur, 2003:810).

Sensivelmente pela mesma altura, o Rei Hassan II visivelmente preocupado com o desenrolar dos acontecimentos, encarrega o então Ministro do interior marroquino, Driss Basri<sup>81</sup>, de delinear uma estratégia que permitisse a Marrocos ganhar o referendo. Consequentemente, Driss Basri apresentou à Comissão de Identificação da MINURSO uma lista com 183,196<sup>82</sup> nomes de possíveis eleitores, na tentativa que todos estes nomes fossem aceites, pois desta forma Marrocos ganharia com relativa facilidade o referendo uma vez que a Frente Polisario tinha, em procedimento semelhante proposto apenas 42,337 pessoas. Mais tarde e apesar do extenso número de nomes apresentados por Marrocos, a Comissão de Identificação viria a aferir que somente uma pequena percentagem<sup>83</sup> desses cidadãos, estariam devidamente legitimados<sup>84</sup> para votar o referendo. De referir também, que Driss Basri, exagerou claramente na longa lista que apresentou, pois a Comissão de Identificação, para além de estar já prevenida relativamente às intenções de Marrocos, contava na melhor das hipóteses com cerca de 90,000 votantes, tendo por base a atualização dos censos apurados por Espanha em 1974 (Mundy e Zunes, 2010: 192-196).

Quem não mostrava nenhum tipo de contentamento com toda esta situação eram os líderes da Frente Polisario, que começavam a ficar cada vez mais impacientes com a sabedoria de Marrocos, que tentava tudo, para tentar levar de vencido o referendo. Contudo, a indignação no seio da Polisario redobrou-se, quando no dia 1 de Janeiro de 1992, Boutros Boutros-Ghali, um conhecido aliado de Marrocos dentro da OUA e um defensor das pretensões do Rei Hassan II relativamente ao Sahara, sucede a Pérez de Cuéllar, e é apresentado como o novo Secretário-geral das Nações Unidas. Como se não bastasse, Boutros-Ghali nomeou Sahabzada Yaqub-Khan, antigo Ministro dos negócios estrangeiros paquistanês<sup>85</sup>, amigo muito próximo do Rei Hassan II, para a função de novo representante especial para o Sahara,

---

<sup>81</sup> Driss Basri era considerado nesta altura o “right-hand” do Rei Hassan II, sendo claramente o Ministro mais próximo do Rei (Mundy e Zunes, 2010:191).

<sup>82</sup> 99,225 candidatos a eleitores provenientes de Marrocos, e 83,971 candidatos a eleitores provenientes de marroquinos residentes no Sahara (*Idem*:192-193).

<sup>83</sup> Percentagem a rondar os 5%.

<sup>84</sup> Perez de Cuéllar propôs três critérios chave para se identificar quem poderia votar no referendo. Eram eles: (I) Pessoas com Pai sarauí nascido no Sahara (II) Pessoas que tivessem vivido no Sahara por um período consecutivo de seis anos, antes de 1 de Dezembro de 1974 (III) Pessoas que tivessem vivido no Sahara intermitentemente antes de 1 de Dezembro de 1974. Todos os candidatos a eleitores tinham de fazer prova de pelo menos um destes critérios. Para além de documentos, era também considerado o testemunho oral que seria ou não aceite mediante a sua coerência, por decisão da Comissão de Identificação e de dois Sheikhs, um de Marrocos e outro do Sahara (*Idem*:196).

<sup>85</sup> Exerceu estas funções durante o período ditatorial de Zia al-Haq, que era apoiado pelos EUA (*Idem*:197).

substituindo assim o diplomata suíço Johannes Manz. Toda esta situação não agradava minimamente ao Presidente da RASD, Mohammed Abdelaziz, que via assim cada vez mais distante o objetivo de autodeterminação do povo sarauí, chegando inclusive a afirmar que “I see no other way out but a return to war” (*Idem*:197).

Tal como prova a afirmação de Mohammed Abdelaziz, a Frente Polisario estava cada vez mais pessimista relativamente ao referendo. Mencione-se aqui, que o anúncio da MINURSO tinha sido motivo de grande otimismo e festejo entre o povo sarauí, pois este tinha plena convicção que com a realização de um referendo sobre a independência do Sahara seria finalmente atingida, pois, em princípio, nenhum sarauí escolheria votar favoravelmente à soberania de Marrocos sobre o seu território. Todavia esta alegria e esperança depressa se esvaneceram, devido às sucessivas “habilidades” de Marrocos para condicionar o referendo e torná-lo favorável a si mesmo<sup>86</sup> (Jensen, 2005:61). Este era um cenário com o qual a grande maioria do povo sarauí não contava. De facto, toda a esperança depositada na MINURSO não passava agora de uma desilusão, o que serviu para fortalecer o sentimento nacionalista deste povo, que nem perante as maiores adversidades dava a sua causa como perdida.

Em abono da verdade, diga-se que as gentes sarauís tinham realmente motivos para se sentirem muito mal com a atual conjuntura. Primeiro de tudo porque numa fase inicial a ação de Pérez de Cuéllar tinha sido altamente discriminatória para com este povo, pois ainda que o antigo Secretário-geral das Nações Unidas pensasse que a Argélia seria uma peça-chave para criar uma maior influência sobre a Polisario, não foi de todo correto da parte de Pérez de Cuéllar, encontrar-se muito mais vezes, quer com a Argélia, quer com Marrocos, do que com a Polisario, pois e apesar de todas as evidências, o povo sarauí era sem dúvida a parte mais lesada no meio de toda esta situação, pelo que a Frente Polisario e /ou os responsáveis da RASD, deveriam ter sido devidamente consultados.

Posteriormente, a entrada de Boutros-Ghali para Secretário-geral das Nações Unidas, não foi também propriamente algo que motivasse os sarauís, pois numa fase anterior no seio da OUA, o Egipto havia sido um dos países que mais apoiou Marrocos relativamente a esta questão com o Sahara, numa fase em que Boutros-Ghali ocupava o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros desse mesmo governo egípcio. Além do mais, a escolha pessoal de Boutros-Ghali para representante especial das Nações Unidas no Sahara, Sahabzda Yaqub-Khan, também não gerou grande entusiasmo na Polisario, devido ao facto de o governo paquistanês em que Sahabzda Yaqub-Khan esteve, ser largamente apoiado pelos EUA, que, por sua vez, era um dos grandes aliados de Marrocos nesta contenda. É de facto importante ter tudo isto em linha de conta, já para não falar na falta de atitude e de contundência das

---

<sup>86</sup> Por exemplo, a respeito dos Sheiks (que ajudavam a comprovar ou não, juntamente com a Comissão de Identificação, a veracidade de uma candidatura a eleitor) um sarauí relatou a Erik Jensen o seguinte: “They can all be bought. No Sheik is entirely trustworthy...we have not the means...Morocco, though, has plenty of money” (Jensen, 2005:61).

Nações Unidas, para com a inadequada postura de Marrocos em todo este conflito (Mundy e Zunes, 2010:197).

### **3.6 A acção de Boutros-Ghali, a retirada da Frente Polisario do processo de identificação e as conclusões da Human Right Watch**

Depois de nomeado para o lugar de representante especial para o Sahara por Boutros-Ghali, Sahabzda Yaqub-Khan, tentou durante o ano de 1992, sensibilizar tanto Marrocos como a Frente Polisario para a necessidade de prosseguir negociações com vista a resolver definitivamente o problema. Contudo, o, aparente esforço de Sahabzda Yaqub-Khan revelar-se-ia infrutífero, visto que não obteve grande feedback nem por parte de responsáveis marroquinos, nem por parte de líderes sarauís. Desta forma, no início de 1993, Boutros-Ghali resolve intervir mais diretamente e apresenta também ele próprio, novas propostas<sup>87</sup> para se poder avançar. Porém e apesar do novo Secretário-geral das Nações Unidas, ter definido o mês de Maio de 1993 como limite máximo para Marrocos e Frente Polisario se manifestarem, a verdade é que nenhuma parte o fez. Posteriormente e no seguimento da falta de tomada de posição de Marrocos e da Frente Polisario, Boutros-Ghali, autonomamente resolve dar seguimento à anterior proposta de referendo, aproveitando os censos apurados por Espanha em 1974 e alargando os critérios de identificação<sup>88</sup>, precedentemente definidos por Pérez de Cuéllar (*Idem*).

Contudo, e ainda que Boutros- Ghali tivesse tentado arranjar uma solução para o conflito entre Marrocos e a Frente Polisario, a verdade é que a sua ação não foi muito bem-sucedida. Havia neste processo vários diferendos entre marroquinos e sarauís, o que tornava praticamente impossível encontrar uma solução que agradasse a ambas as partes. Assim e tendo completa noção do estado em que se encontrava este diferendo diplomático, Boutros-Ghali, resolve em 1995 comunicar ao Conselho de Segurança, que não tinha qualquer esperança que o referendo algum dia se chegasse a realizar. Perante este anúncio, os membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas pediram a Boutros-Ghali que redobrasse esforços, na tentativa de sensibilizar Marrocos e Frente Polisario, para a importância da continuação das negociações e consequente realização do referendo (*Idem*:201).

---

<sup>87</sup> (I) Mais negociações (II) Expandir os critérios de identificação propostos por Pérez de Cuéllar (III) Uma solução alternativa, diferente da proposta actual (Mundy e Zunes, 2010:197).

<sup>88</sup> Como previamente constatado Pérez de Cuéllar, tinha apresentado três critérios que permitiriam identificar quem estava verdadeiramente legitimado a votar. A estes critérios, Boutros-Ghali acrescentou mais dois. Assim o quarto critério dizia que podiam votar no referendo todas as pessoas filhas de pai sarauí, nascido no Sahara. O quinto critério por sua vez, dizia que poderiam também votar o referendo todas os membros de tribos sarauís pertencentes ao Sahara, e que tenham residido no Sahara durante seis anos consecutivos ou intermitente durante doze anos antes de 1 de Dezembro de 1974 (*Idem*:198).

No seio das Nações Unidas começava também a sentir-se nesta altura, que a MINURSO estava a ficar cada vez mais condicionada, especialmente devido à conduta inapropriada de Marrocos. A este respeito Douglas K. Dryden, representante militar dos EUA para a MINURSO, proferiu no Quarto Comité das Nações Unidas as seguintes palavras “...serious discrepancies were reported. The atmosphere at the MINURSO Force Headquarters in Laayoune [al-´Ayun] is practically a siege mentality .... The mission is not allowed to function independently, but as a creature of the Moroccans...It is the only UN mission that I am aware of where the flag of one of the parties is required to fly alongside that of the UN. Telephones were tapped. Mail was tampered with. Rooms of MINURSO personnel were searched” (ONU, 1997). Este testemunho acabaria por ser confirmado por Chris Hedges, jornalista do New York Times, que publicou no dia 5 de Março de 1995, uma notícia que provava que Douglas K. Dryden não estava de forma alguma a mentir. Chris Hedges, noticiava então que “The Morocco Government has been accused of interfering in United Nations planning for referendum to determinate sovereignty in the Western Sahara...Morocco has tapped United Nations phones, confiscated documents from residents...It also is sending thousands of people from Morocco, who Moroccan authorities say have roots in the area, to the region to register...Moroccan authorities also control the registration process. The native Sahrawi are allowed to enter registration centers only in groups on Government buses, United Nations officials and local residents said” (NYT, 1995).

Mais preocupante porém, eram as acusações do Vice-presidente da Comissão de Identificação da MINURSO, Frank Ruddy, que sustentava que Marrocos tinha exercido um nível inapropriado de controlo sobre os responsáveis das Nações Unidas destinados à missão “A few weeks [after the identification process started] telephone taps were found on a local and all international lines at MINURSO headquarters. The taps went to a local Moroccan line. This was hushed up...rooms of MINURSO personnel were regularly searched...Big Brother was listening...”. Frank Ruddy, relatou ainda acerca das táticas obstrucionistas de Marrocos (as FAR estavam a cortar e a controlar a maioria dos acessos ao Sahara), que impediam a MINURSO de operar livremente, dando também conta, que havia elementos do povo sarauí a serem intimidados “People coming to be indentified on a given day cannot just walk in. They are rounded up by the Moroccans at some central point and sent by van to the MINURSO identification center. In this way, the Moroccans can control who gets identified”. Consequentemente, Frank Ruddy não se privou de criticar também a postura geral das Nações Unidas, a qual acusou de inércia, perante as ações intentadas por Marrocos<sup>89</sup> (HRW, 1995).

Todavia, as acusações à postura do governo marroquino durante este período não cessariam por aqui. Também a Humans Rights Watch (HRW), após ter investigado a MINURSO,

---

<sup>89</sup> A este propósito, leia-se “In March 1992 Boutros-Ghali’s report concluded that, unless there were progress by the end of May, the whole UN policy should be reconsidered. He also stated that, of the 77 violations of cease-fire reported by MINURSO, Morocco had been responsible for 75” (Eur, 2003:810).

concluiu que “Morocco, which is the stronger of the two parties both militarily and diplomatically, has regularly engaged in conduct that has obstructed and compromised the fairness of the referendum process”. No mesmo relatório, a HRW chegou também à conclusão que Marrocos tinha obviamente uma estratégia para ganhar o referendo, que podemos constatar nas seguintes palavras “Testimony from members of MINURSO’s identification commission indicates that many of the applicants proposed by Morocco and identified so far have no documents proving links to the Western Sahara, do not speak the Hassaniya dialect of the region, are not familiar with tribal structure of the region and have clearly memorized answers to the factual and biographical questions posed by the identification commission” (*Idem*). Por sua vez, dentro da Frente Polisario, existia a firme convicção que Marrocos havia corrompido<sup>90</sup> membros da Comissão de Identificação, especialmente aqueles que detinham a palavra final sobre se um candidato estava ou não legitimado a votar. Esta crença da Polisario viria posteriormente a ser comprovada, quando a Unidade Legal de Revisão da MINURSO anulou cerca de 4,000 nomes, todos correspondentes a candidaturas entregues por Marrocos que tinham sido aceites numa primeira fase (Mundy & Zunes, 2010:204).

Perante todas estas constatações e para agravar ainda mais toda a situação que se vivia, em meados de 1995 a Frente Polisario deixa de colaborar com a Comissão de Identificação, retirando-se do processo. Por seu lado, Marrocos mantinha a recusa em negociar pessoalmente com a Polisario, a menos que estas negociações dissessem respeito à integração do Sahara, enquanto território marroquino. Deste modo, a ação de Boutros-Ghali enquanto Secretário-geral das Nações Unidas, estava em finais de 1995 muito complicada, estando Boutros-Ghali a ser cada vez mais pressionado pela conjuntura que então se vivia, pois a MINURSO continuava nesta altura a carecer de resultados efetivos.

### **3.7 A entrada de Kofi Annan, o envolvimento de James Baker e a assinatura do *Houston Agreement*.**

Em inícios de 1996 e tal como antes se pôde constatar, a MINURSO atravessava um dos piores momentos desde a sua implementação, pois não havia até ao momento solução que agradasse quer à Polisario, quer a Marrocos. Desta forma, em Outubro de 1996, todos os centros de identificação<sup>91</sup> tinham sido fechados, e Boutros-Ghali anunciara também, que a

---

<sup>90</sup> Testemunho anónimo de um oficial da MINURSO dado à Human Rights Watch: “a couple of times, I saw a Moroccan observer take one of the Moroccan sheikhs aside during the break and yell at him, because he was deciding the wrong way...a certain [Moroccan] sheikh, who had been voting the wrong way, would suddenly not appear again the next day” (HRW, 1995).

<sup>91</sup> Centros de identificação, inicialmente abertos pelas MINURSO, na região: Boujdour, Dakhla, Al-Aiún (Sahara Ocidental); Tindouf (Argélia); Assa, Goulimine, Rabat, Tan Tan, Taroumat, Tata, Zagora (Marrocos); Nouadhibou e Zouerate (Mauritânia) (ONU, 2000:2).

grande maioria do pessoal das Nações Unidas<sup>92</sup>, tinha abandonado a região. Neste momento e ainda que se vivesse um ambiente de tensão a nível diplomático, Marrocos e Frente Polisario, acabariam por libertar alguns dos seus prisioneiros de guerra<sup>93</sup>, o que apesar de parecer um passo em frente, não foi o suficiente para quebrar os laços de inimizade entre ambos. Recorde-se que, nesta altura, o processo de identificação que conduziria ao referendo estava longe de ser concluído, ao mesmo tempo que Marrocos, continuava a ser pressionado pelas Nações Unidas, para aceitar negociar pessoalmente com a Frente Polisario. A MINURSO, tal como a ação de Boutros-Ghali, pareciam estar cada vez mais condenadas ao insucesso, uma vez que não existiam quaisquer sinais de progresso rumo a uma solução (*Idem*:205).

Muito provavelmente, a MINURSO estava agora nesta situação devido às inapropriadas decisões, quer de Pérez de Cuéllar, quer de Boutros-Ghali, mas principalmente devido à falta de um mediador, com estatuto e poder de sensibilização perante Marrocos e a Frente Polisario. A este propósito, em 1996, o Presidente sul-africano Nelson Mandela<sup>94</sup> demonstrou alguma vontade de mediar este conflito, situação que ficaria de imediato condicionada devido ao facto de a África do Sul<sup>95</sup>, estar nesta fase a refletir acerca do reconhecimento da RASD, situação que desagradava totalmente a Marrocos. Também os EUA tentaram intervir enquanto mediadores, cenário que por sua vez foi refutado pelos líderes da Polisario, devido ao facto de os EUA terem sido um dos aliados de Marrocos durante o conflito armado. Mesmo assim perante este cenário de recusas mútuas, as Nações Unidas através do Presidente da Comissão de Identificação da MINURSO, Erik Jensen<sup>96</sup>, conseguiu agendar para Agosto de 1996 um encontro em Genebra, onde estariam presentes líderes da Frente Polisario<sup>97</sup> e o Rei Hassan II. Todavia este encontro revelar-se-ia novamente improdutivo, uma vez que em representação de Marrocos, compareceu ao encontro o Príncipe Mohammed VI<sup>98</sup> e o Ministro do interior marroquino, Driss Basri, o que acabou por retirar alguma força e simbolismo a esta tão aguardada reunião (*Idem*; Pazzanita, 2006:269-271). A incapacidade e decréscimo de influência de Boutros-Ghali enquanto Secretário-geral das Nações Unidas era outros dos pontos marcantes do momento e por esse mesmo motivo as Nações Unidas decidiram não dar por concluída a MINURSO, sem a chegada de um novo Secretário-geral, que poderia eventualmente trazer consigo novas ideias e uma nova imagem a este conflito.

---

<sup>92</sup> Pessoal militar e não militar. As Nações Unidas reduziram em mais de metade a presença de oficiais nesta região.

<sup>93</sup> Segundo Zunes e Mundy (2010), foram nesta altura libertados 66 sarauís e 185 marroquinos.

<sup>94</sup> Figura sobejamente conhecida a nível internacional. Advogado, foi o 10º Presidente da África do Sul, com mandato entre 27 de Abril de 1994 e 16 de Junho de 1999. De entre o seu vasto currículo, destaca-se ainda a grande luta contra o “Apartheid”, e o Prémio Nobel da Paz em 1993 juntamente com Frederik de Klerk, outra grande figura política e também ex-Presidente da África do Sul (Irwin, 2001:297-300).

<sup>95</sup> A este propósito, diga-se, que a África do Sul reconheceu formalmente a RASD em 15 de Setembro de 2004.

<sup>96</sup> Para além de Presidente da comissão de identificação da MINURSO, Erik Jensen desempenhou ainda as funções de enviado especial para o Sahara, depois de Sahabzda Yaqub-Khan.

<sup>97</sup> A Polisario fez-se representar pelos seus cinco principais líderes. Bachir Sayed, Brahim Ghali, Mahfoud Beiba, Emhamed Khadad e Ayoub Lahbib (Mundy e Zunes, 2010:206).

<sup>98</sup> Filho do Rei Hassan II. Consagrado Rei de Marrocos em 30 de Julho de 1999 depois da morte de Hassan II, seu pai (Pazzanita, 2006:269).

Em 1 de Janeiro de 1997 e tal como esperado, Boutros-Ghali é sucedido pelo ganês Kofi Annan<sup>99</sup> (*Idem*:24-27). Não havendo tempo a perder, o novo Secretário-geral das Nações Unidas procurou logo numa das suas primeiras ações inteirar-se de uma forma mais aprofundada de toda a situação, e começou a procurar alternativas à anterior proposta de referendo. Assim e tendo plena consciência do problema relativo ao Sahara, Kofi Annan acreditava profundamente que para Marrocos e Frente Polisario chegarem a um entendimento, era necessária a presença de um negociador / mediador com algum estatuto perante ambas as partes. Deste modo em Março de 1997, Kofi Annan contacta James Baker<sup>100</sup>, convidando-o para assumir as referidas funções. Este convite de Kofi Annan revelava alguma perspicácia, uma vez que James Baker tinha estado diretamente envolvido na guerra do Golfo Pérsico a mando do então Presidente norte-americano, George H. W. Bush. De referir ainda que a nomeação de James Baker era também muito simbólica, pois os EUA apesar de terem sido aliados de Marrocos durante o conflito armado, tinham adotado, desde o cessar-fogo em 1991, uma posição de aparente neutralidade em relação a este conflito, naquele que parecia ser um sinal positivo para o povo sarauí (*Idem*:45-48).

Tal como seria de esperar, James Baker não perdeu tempo e depressa procurou iniciar negociações, não apenas com Marrocos e a Frente Polisario, mas também com diplomatas argelinos. James Baker tentava evitar cometer erros idênticos aos de Pérez de Cuéllar, e neste âmbito o seu principal objetivo era o de tentar comprometer tanto Marrocos como Frente Polisario com acordo oficial escrito. Assim vários encontros foram mantidos<sup>101</sup> e em Setembro de 1997, nas instalações da Rice university em Houston, líderes da Polisario e de Marrocos, comprometeram-se, pela primeira vez em simultâneo por escrito, num ato que ficaria conhecido por *Houston Agreement*<sup>102</sup> (Eur, 2003:812; Pazzanita, 2006:204-206). Este acordo correspondia basicamente, a uma tentativa de James Baker de recuperar a anterior proposta falhada de referendo. Assim, o testemunho oral voltou a afirmar-se como válido para legitimar ou não, candidatos a eleitores. Posteriormente, foram ainda revistos outros pontos relativos à prossecução do referendo, tais como a retirada de tropas marroquinas do Sahara, a repatriação de refugiados, bem como questões relativas a prisioneiros políticos e de

---

<sup>99</sup> Quando assumiu o posto de Secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan era já funcionário da organização, onde chefiava o Departamento de Manutenção da Paz. Foi Nobel da Paz em 2001.

<sup>100</sup> James Addison Baker III. Exerceu várias funções na diplomacia dos EUA. Foi por exemplo, o 61º Secretário de estado norte-americano desde 20 Janeiro de 1989 a 23 de Agosto de 1992. Quando foi convidado para representante especial do Sahara, Baker nomeou dois consultores: Chester Crocker e John Bolton, duas figuras da diplomacia norte-americana, ligadas e com experiência em questões respeitantes ao continente africano na sua generalidade (*Idem*:45-48).

<sup>101</sup> Entre Junho e Setembro, houve encontros em Lisboa, Londres, e por fim em Houston (*Idem*:205).

<sup>102</sup> Esta primeira fase do *Houston Agreement* ficou também conhecida como *Baker I*, *Framework Agreement* ou ainda *Houston Accords*. Curiosamente e apesar de Marrocos estar a criar dificuldades á acção da MINURSO, foram os sarauís apoiados pela Argélia, que acabariam por recusar este *Baker I*, pois esta proposta oferecia ao povo Sarauí alguma autonomia dentro da soberania de Marrocos, e não a independência como os sarauís tanto pretendiam. Aceitando esta proposta o Sahara continuaria a ser controlado por Marrocos, ao nível das Relações Externas, Política de Defesa e alguns assuntos internos. Devido a esta decisão do povo sarauí, em 2001 quase se voltou à guerra, quando as FAR atravessaram a *Great Wall*, para preparar o *Paris-Dakar Rally de 2001*.

guerra. No entanto e apesar do aparente clima de otimismo que então se vivia graças aos inéditos avanços logrados por James Baker, Anna Theofilopoulou uma funcionária das Nações Unidas acabaria por proferir, mais tarde, algumas palavras que vinham contradizer, o ambiente que se vivia “Nobody on the Baker team really believed that the UN would sail towards the implementation of the settlement plan. After the parties had locked themselves in, it was a question of who would back away from their commitments first” (Mundy & Zunes, 2010:209).

### **3.8 O fracasso dos *Houston Agreements*, a ascensão de Mohammed VI e a difícil saída de James Baker**

Com vista a cumprir o acordo estabelecido por James Baker em Houston com Marrocos e com a Frente Polisario, a MINURSO procedeu à reabertura de centros de identificação<sup>103</sup> para apurar definitivamente quem podia ou não votar no referendo. Também nesta altura, Kofi Annan anuncia que Charles Dunbar<sup>104</sup> passaria a ocupar o lugar de Erik Jensen como novo representante especial para o Sahara. Todavia e apesar de todos os esforços realizados por James Baker e Kofi Annan para que a situação pudesse ser finalmente resolvida, surgem, pouco tempo depois da reabertura dos centros de identificação, novos problemas. Em Janeiro de 1998, cerca de 13,000 cidadãos não convocados, originários de grupos tribais<sup>105</sup> (Shelley, 2004:140) com “the apparent active encouragement and logistical support of the Morocco government”<sup>106</sup> (Dunbar, 2000: 531), apresentam-se nos centros de identificação da MINURSO, naquele que constituía uma clara violação dos *Houston Agreements*, tal como reportou Robin Kinloch<sup>107</sup>, o novo diretor da comissão de identificação.

Devido ao acumular dos problemas relacionados com a comissão de identificação, alegadamente causados pela interferência de Marrocos, em Março de 1999, Charles Dunbar recusa prolongar o seu contrato, fruto da falta de apoio e de força do sistema internacional bem como das entidades competentes, para que fosse resolvida a questão do Sahara. Segundo Dunbar, Marrocos estava nesta altura a conseguir desacreditar a Comissão de Identificação e a perturbar claramente a sua ação, situação que tornava praticamente impossível a realização de um referendo. Porém e apesar dos mais recentes desenvolvimentos não serem favoráveis à ação da MINURSO, Kofi Annan e James Baker acreditavam ainda nesta altura que era possível

---

<sup>103</sup> Alguns dos centros de identificação reabertos durante este período: Al-Ayún e Smara no Sahara Ocidental, Dakhla camp na Argélia e Tan Tan em Marrocos.

<sup>104</sup> Charles Franklin Dunbar. Diplomata norte-americano ligado às relações externas dos EUA. Foi o quinto representante especial para o Sahara, nomeado pelas Nações Unidas.

<sup>105</sup> Em 1974, a quando da realização dos censos apurados por Espanha, foram identificados, 88 categorias diferentes de grupos tribais (Shelley, 2004: 140).

<sup>106</sup> Palavras de Charles Dunbar.

<sup>107</sup> Para além do cargo de Director da Comissão de Identificação, Robin Kinloch desempenhou ainda as funções de representante especial para o Sahara depois da saída de Charles Dunbar.

resolver este problema e neste seguimento, William Eagleton<sup>108</sup> é nomeado em finais de Maio de 1999 como o novo representante especial para o Sahara (Pazzanita, 2006:105). Não obstante esta nova nomeação, o governo marroquino continuava a “inundar” a Comissão de Identificação da MINURSO com novos nomes, sempre na esperança de conseguir um maior número de votantes favoráveis a Marrocos para o referendo. A juntar a toda esta situação, em 23 de Julho de 1999, a inesperada morte do Rei Hassan II leva ao poder o seu filho Mohammed VI, o que acabou por se constituir como mais um ponto negativo para as aspirações do povo sarauí, uma vez que se até este ponto a comunidade internacional pouco ou nada interveio, não seria certamente a partir deste momento que iria intervir, pois países como França e EUA concluíram que não era tempo de pressionar o novo Rei marroquino, Mohammed VI, visto que se encontrava agora no início do seu mandato e que como tal não deveria ser desestabilizado com este género de questões (Mundy e Zunes, 2010:212).

Desta forma, em finais de 2000, a MINURSO estava praticamente descredibilizada e o objetivo de encontrar uma solução para o problema do Sahara, cada vez mais longínquo. Porém e embora a comunidade internacional apresentasse grande descrédito relativamente à MINURSO, Kofi Annan e James Baker, continuavam a acreditar que ainda seria possível encontrar uma solução para a questão do Sahara. Assim, contando com o apoio do Conselho de Segurança e de Kofi Annan, James Baker apresentou<sup>109</sup>, em inícios de 2003, um segundo plano com base nos *Houston Agreements*, plano este que, todos os envolvidos<sup>110</sup> aceitaram com prontidão. No entanto, esta nova tentativa de Baker parecia estar condenada a falhar logo à partida, uma vez que esta renovada proposta apresentada às partes pretendia discutir diretamente e de vez a integração ou independência do Sahara, o que não agradava propriamente a Marrocos, que não estava disposto a aceitar qualquer tipo de proposta que incluísse como opção, a independência em definitivo do Sahara (Miyares, s.d:22). Consequentemente o “early, agreed and durable” acordo pretendido, tanto por James Baker, como pelo Conselho de Segurança, estava cada vez mais longe de ser atingido, opinião também partilhada pelo Rei Mohammed VI, que afirmou que o referendo para a questão do Sahara, era simplesmente “not applicable”(ONU, 2000:10; Mundy & Zunes, 2011:229).

Com todos os dados constatados e não obstante dos esforços realizados pelas Nações Unidas, em especial por James Baker, em meados de 2003, a situação do Sahara continuava por resolver. Todas as possíveis hipóteses de resolução estavam agora esgotadas, e desta

---

<sup>108</sup> William Lester Eagleton. Figura da diplomacia norte-americana, que exerceu diversos cargos, entre os quais se destaca a posição como Embaixador dos EUA na Síria entre 1984 e 1988. Foi escolhido para representante especial das Nações Unidas para o Sahara, devido ao seu extenso conhecimento do continente africano (Pazzanita, 2006:105-106).

<sup>109</sup> Baker deslocou-se ao Norte de África em Janeiro de 2003, e apresentou pessoalmente o *Baker II* ou *Peace Plan*, ao Rei Mohammed VI de Marrocos, ao Presidente Bouteflika da Argélia, a líderes da Frente Polisario mas também ao Presidente Maaouiya Ould Taya da Mauritânia. Este plano oferecia um período de autonomia de 5 anos ao povo sarauí, período após o qual se realizaria o referendo, onde se decidiria de vez a integração ou independência do Sahara. Não haveria segundas opções (Mundy e Zunes, 2010:229).

<sup>110</sup> Leia-se: Marrocos, Frente Polisario e Argélia.

forma os EUA, no seguimento da sua presumível mudança de posição relativamente ao conflito, tenta exercer alguma influência dentro das Nações Unidas para que assim se pudesse resolver o problema. Esta seria, porém, mais uma tentativa falhada para solucionar qualquer desavença, uma vez mais devido à intransigência de Marrocos, tal como podemos constatar nas palavras do Ministro dos negócios estrangeiros marroquinos à data, Mohamed Benaissa, “Morocco’s position is clear: we refuse that any decision pertaining to the sovereignty of the kingdom be imposed on us” (*Idem*:234).

Corria então o ano de 2004, quando Marrocos, após recusar o *Baker II* devido ao facto de este incluir a hipótese da independência do Sahara, apresenta uma contraproposta<sup>111</sup> a James Baker, que na realidade oferecia ainda menos autonomia ao povo sarauí do que o *Baker I*, para além de nem sequer incluir, uma futura possibilidade de independência das gentes sarauís. Na reação a este acontecimento, James Baker, pediu a Marrocos que apresentasse uma proposta mais séria e adequada, ao qual o governo marroquino respondeu apresentando exatamente o mesmo documento, ao qual juntou ainda as seguintes palavras “as far as Kingdom is concerned, the final nature of the autonom solution is not negociable...It is therefore, out of the question for Morocco to engage in negotiations with anyone over its sovereignty and territorial integrity” (*Idem*:237).

Nesta fase, com todos os recentes desenvolvimentos e depois de Marrocos se pronunciar, Kofi Annan e James Baker apresentaram ao Conselho de Segurança duas opções. Uma delas era seguir em frente com a possibilidade de referendo e reunir novamente com as partes para tentar chegar a um consenso, sendo que a outra possibilidade era desistir e admitir o fracasso da MINURSO. O Conselho de Segurança, por seu lado, decidiu continuar a insistir e manter a MINURSO, com um só objetivo em mente, que era “to achieve a mutually acceptable political solution”. Consequentemente e não obstante das Nações Unidas, presumivelmente, continuarem a acreditar que seria possível obter acordo entre Sahara e Marrocos, James Baker, no dia 1 de Junho de 2004, abandona a posição de mediador para a questão do Sahara que mantinha desde 1997, pois segundo Baker “...the Security Council is not willing to move...Then I don’t know where the solution comes from...” (*Idem*:238).

### **3.9 O período pós James Baker e a entrada de Ban Ki-Moon, como novo Secretário-geral das Nações Unidas**

Após a saída de James Baker em Junho de 2004, a questão relativa à situação do Sahara começava a ficar cada vez mais complicada. Sem ninguém no papel de mediador e com todas as possibilidades de resolução exploradas, ainda que sem sucesso, a Frente Polisario juntamente com a Argélia continuava a recusar determinantemente qualquer tipo de diálogo,

---

<sup>111</sup> Intitulada: *draft Autonomy status*.

até que Marrocos comunicasse que estaria disposto a aceitar as condições do *Baker II*. Neste período, em que a França continuava a apoiar diplomaticamente Marrocos e onde os EUA pareciam começar a querer afastar-se desta problemática, eis que surge um súbito interesse por parte de Espanha, em acompanhar e intrometer-se novamente na questão do Sahara. É precisamente neste momento e também devido a pressões de Espanha junto das Nações Unidas, que um novo responsável pela MINURSO, Alvaro de Soto<sup>112</sup>, é nomeado, juntamente com o novo representante especial para o Sahara, William Swing<sup>113</sup> (*Idem*:239-240).

Todavia a Frente Polisario, na esperança de pressionar Marrocos tenta aproximar-se do governo norte-americano, na busca de um novo mediador com força e prestígio suficientes para tentar resolver toda esta problemática. Porém os EUA reagiram negativamente a esta abordagem, argumentando que se James Baker não tinha conseguido resolver o problema, dificilmente mais alguém o conseguiria. Para além disto, em Washington também não era bem aceite a ideia de a Polisario e a Argélia recusarem encontrar-se para dialogar com Alvaro de Soto. Repare-se que se até ao momento a Frente Polisario era algo hostil à presença dos EUA, a verdade é que, a partir deste momento os líderes sarauís começavam a tomar cada vez mais consciência que a situação seria cada vez mais difícil de resolver, e por esse mesmo motivo, tentaram durante os anos de 2004 e 2005 aproximar-se do governo norte-americano, na expectativa de que estes com o seu grande poder nas Nações Unidas, exercessem algum tipo de influência positiva, que ajudasse na resolução do conflito. Entretanto ainda em 2004, com a ajuda dos EUA, foram libertados mais cerca de 400 prisioneiros de guerra marroquinos, que se encontravam em Tindouf.

Em 2005, algum tempo antes do fim do seu mandato, Kofi Annan nomeou um diplomata holandês, Peter Van Walsum<sup>114</sup>, como Enviado pessoal para a questão do Sahara (Pazzanita, 2006:48). Peter Walsum numa das suas primeiras incursões pelo norte de África, depressa percebeu que Marrocos e a Frente Polisario mantinham uma postura que pouco ou nada fazia antever a chegada a um acordo. Na mesma senda, o novo Enviado especial para o Sahara, o italiano Bastagli<sup>115</sup>, concluiu ainda que o Conselho de Segurança não estava a exercer grande pressão sobre Marrocos, o que também não contribuía para a resolução do problema. Deste modo Peter Walsum, cerca de um ano depois de ocupar o lugar de enviado pessoal de Kofi Annan para o Sahara, concluiu que “the question of Western Sahara can only be achieved if the parties work to seek a mutually acceptable compromise with each other based upon relevant principles of international law as well as current political realities” (Mundy e Zunes,

---

<sup>112</sup> Diplomata peruano. Serviu o corpo diplomático do Peru nas Nações Unidas desde o final de 1970 até 2005, onde assumiu a chefia da missão das Nações Unidas para o Sahara, a MINURSO. Foi nomeado para este cargo por Kofi Annan (*Idem*:93-94).

<sup>113</sup> Diplomata norte-americano, que foi um dos vários representantes especiais para o Sahara. Substituiu no cargo, William Eaglaton.

<sup>114</sup> Nomeado em 25 de Julho de 2005. Sensivelmente pela mesma altura, Franscesco Bastagli, diplomata italiano, era também nomeado por Kofi Annan, para a posição de Representante especial para o Sahara.

<sup>115</sup> Conforme indicado na nota de rodapé anterior, Bastagli era um diplomata italiano, que tinha sido nomeado por Kofi Annan como Representante especial para o Sahara.

2010:241). Pouco tempo depois, o Rei Mohammed VI, revela que o assunto relativo à autonomia do Sahara, estava a ser debatido internamente com os outros partidos marroquinos e que muito em breve Marrocos, apresentaria uma nova proposta às Nações Unidas de forma a solucionar este problema. Porém, também esta iniciativa acabaria por fracassar nesta altura, visto que Marrocos falhou o prazo em que prometeu apresentar a referida solução, sendo que por outro lado o Conselho de Segurança exigia a Marrocos que apresentasse, numa primeira fase e detalhadamente, o referido plano a Peter Walsum.

Todavia e apesar de todas as constatações averiguadas, em finais de 2005, John Bolton, que até ao momento tinha desempenhado as funções de assessor de James Baker, é nomeado como embaixador dos EUA nas Nações Unidas. Esta nomeação parecia estar a criar uma nova dinâmica na questão do Sahara, que depressa esmoreceu, pois Bolton perspicazmente percebeu que a França, iria bloquear qualquer tentativa no Conselho de Segurança, que colocasse em causa a integridade do reino de Marrocos, como era o caso da questão do Sahara. Deste modo e sem muito a fazer devido às mais diversas condicionantes, Bolton acaba por sair do lugar em finais de 2006, sem alcançar qualquer tipo de êxito. Esta era então como que mais uma derrota para as gentes sarauís, que à medida que o tempo ia passando, via Marrocos seguir em diante com os seus objetivos.

Chegados a 2007, é a vez de Ban Ki-Moon ocupar o lugar de Secretário-geral das Nações Unidas, numa altura em que Marrocos estava prestes a apresentar a tão discutida proposta de autonomia para o Sahara<sup>116</sup>, que vinha já anteriormente a ser falada, na era de Peter Walsum. Também nesta fase, a Frente Polisario numa clara tentativa de chamar a atenção do Secretário-geral das Nações Unidas, envia a Ban Ki-Moon uma série de propostas alternativas ao *Baker II*, que relembre-se, Marrocos tinha recusado. Contudo e voltando um pouco atrás, diga-se em prol da verdade, que a proposta que Marrocos tinha para o Sahara, o *Saharan Autonomous Region* não teve uma vez mais qualquer resultado, nem sortiu qualquer efeito (*Idem*:243-244). A explicação é simples e assenta no facto de se, por um lado, Marrocos não estava disposto a negociar a independência do Sahara, por outro lado, os sarauís apenas queriam negociar questões relativas à independência e não questões ligadas à autonomia, tal como era pretendido pelos líderes marroquinos.

Assim sendo e uma vez aqui chegados, importa pois referir que desde esta última fase, 2007, até aos dias de hoje, 2011, a situação do Sahara pouco ou nada alterou em termos práticos. O Sahara continua, nos dias que correm, a ter praticamente os mesmos problemas que tinha há uns anos a esta parte. O povo sarauí apesar de continuar agora a sua luta política, pouco ou nada tem ganho nos últimos tempos, pois Marrocos, continua a ocupar um

---

<sup>116</sup> A proposta de autonomia de Marrocos para o Sahara, o *Saharan Autonomous Region*, oferecia ao povo sarauí, não mais que uma certa autonomia a nível executivo, judicial e legislativo, e não a independência total e definitiva relativamente a Marrocos, tal como era pretendido pelos sarauís. Deste modo e aceitando esta proposta, o Sahara continuaria a não ser mais que uma região sob o domínio do reino de Marrocos (*Idem*:244).

território ao qual não tem direito, ou relembre-se das palavras do TIJ, já em 1975. Posteriormente, há ainda que refletir um pouco sobre o papel de todos os Secretários-gerais das Nações Unidas que passaram por este conflito, e que até ao momento pouco ou nada alteraram, pois se em 1975 Marrocos invadiu o Sahara, em 2011 a situação permanece inalterada, pelo que podem surgir algumas questões acerca do papel de homens como Pérez de Cuéllar, Boutros-Ghali, Kofi Annan e mais recentemente Ban Ki-Moon, no que a este conflito concerne. Resta ao povo sarauí, acreditar que com o decorrer do tempo, e com a boa vontade de alguns Estados da União Europeia, como por exemplo a Dinamarca<sup>117</sup>, a situação se possa finalmente alterar, e que a RASD consiga finalmente passar de um governo exilado a um governo com sede no seu próprio território, com o devido direito de administração sobre o mesmo.

---

<sup>117</sup> A Dinamarca, foi a única nação a manifestar-se verdadeiramente contra a assinatura do acordo de pescas entre a União Europeia e Marrocos, como veremos com mais pormenor, mais adiante.

# Capítulo IV. Análise particular e detalhada aos presumíveis interesses de Marrocos no Sahara

## 4.1 A questão do *Greater Morocco*

Nos últimos anos, a história da nação marroquina tem ficado diretamente ligada à ideia do *Greater Morocco*. Esta conceção tem a sua origem por volta de 1950 quando Allal el-Fassi<sup>118</sup>, líder do Istiqlal Party<sup>119</sup>, entendeu que o império marroquino se estendia muito para além dos limites territoriais, logrados depois da independência de Marrocos, quer de Espanha, quer da França. Assim, dentro do Istiqlal Party, onde a ideologia do *Greater Morocco* ganhou inicialmente forma<sup>120</sup>, entendia-se que os limites territoriais do reino marroquino abrangiam para além do próprio Marrocos, uma área territorial que compreendia ainda todo o espaço do Sahara e da Mauritânia, os enclaves espanhóis de Ceuta e Melilla, bem como parte da Argélia e do Mali.

Seguindo a ideia aprofundada dentro do partido de Allal el-Fassi, o Sultão<sup>121</sup> marroquino à data, Mohammed V, rapidamente se entusiasmou com a ideia de poder expandir as fronteiras de Marrocos, bem como com a possibilidade de aumentar a sua popularidade e o poder do seu sultanado. Porém e apesar de todas estas perspetivas expansionistas dos sucessivos Monarcas marroquinos, diga-se de passagem que nem tudo sempre correu como esperado, tendo em conta as principais aspirações de Marrocos. Para tal facto muito contribuiu a impetuosidade da Argélia e a abnegação do povo sarauí, que foram ao longo destes últimos anos aqueles que mais indignados se mostraram, rejeitando e opondo-se sempre ao expansionismo marroquino.

Relativamente ao caso da Argélia, os factos remontam já a Outubro do ano de 1963, altura em que Marrocos, tentou controlar militarmente toda a região de Bechar e de Tindouf, o que motivou um período de guerra de aproximadamente um mês, entre as duas nações. Porém, o que Marrocos não contava, era que a resistência da Argélia se revelasse tão forte.

---

<sup>118</sup> Político, poeta e escritor marroquino. Fundou o Istiqlal Party, que com ideias marcadamente nacionalistas, lutou pelo fim do domínio colonial francês sobre Marrocos. Acabaria por falecer em 1974 com 64 anos de idade, durante uma visita à Roménia.

<sup>119</sup> Fundado em 1944 pela mão de Allal el-Fassi, o Istiqlal Party é ainda hoje um partido de centro-direita da política marroquina. O seu actual líder é Abbas el-Fassi, actual Primeiro-ministro de Marrocos.

<sup>120</sup> Ao longo desta dissertação, poucas não são as vezes em que se faz referência ao *Greater Morocco*. Por este mesmo motivo e já depois de perceber, quando, onde e por quem foi criada esta ideia, é, por sua vez, importante saber, a razão da sua criação, o âmbito em que foi criada e também quais são as razões pelas quais esta ideologia tem sido seguida pelos diferentes Monarcas marroquinos. A explicação, pode muito bem assentar nas seguintes palavras proferidas por Allal el-Fassi, em Junho de 1956, quando disse “If Morocco is independent, it is not completely unified. The Moroccans will continue the struggle until Tangier, the Sahara from Tindouf to Colomb- Bechar, Touat, Kenadza, and Mauritania are liberated and unified. Our independence will only be complete with the Sahara! The frontiers of Morocco end in the south at Saint-Louis-de-Senegal” (Naylor, 2009 :230).

<sup>121</sup> Sultão de Marrocos de 1927 a 1956, passando depois a Rei de Marrocos de 1957 até 1961. Foi o próprio Mohammed V, que operou a transformação de Marrocos num reino, passando posteriormente a adoptar o título de Rei, em prol de Sultão (Cross, 2007:16-18).

Diga-se de passagem, que quando a *Sand War* deflagrou em 1963, a Argélia era já independente da França, país com o qual enriqueceu os seus conhecimentos militares, para além de ser já nesta altura um grande produtor e exportador de petróleo e gás natural, o que dava orçamento suficiente aos cofres Argelinos para investir em armamento, comprado em grandes quantidades à URSS. Deste modo e devido a tão grande oposição argelina, Marrocos acabou por não conseguir tomar, nem a região de Bechar, nem a região de Tindouf. O conflito armado acabou por se resolver com a intervenção da OUA e da Liga Árabe, através da assinatura de um acordo<sup>122</sup> de paz entre os dois países, onde ficou estabelecida também uma zona desmilitarizada (Goldstein, 1992:161-163). Contudo e apesar de restabelecida a paz entre Marrocos e Argélia, através de um cessar-fogo, a verdade é que as relações diplomáticas entre ambos, não voltaram a normalizar-se completamente. Refira-se também, que desde essa altura até aos dias de hoje e tanto quanto se apurou na elaboração desta dissertação, a fronteira de Marrocos com a Argélia, mantêm-se também ela fechada, sem qualquer tipo de movimento.

Avançando alguns anos no tempo e no que diz respeito à resistência ao expansionismo marroquino, a situação entre Marrocos e o Sahara é bastante diferente da contenda ocorrida entre Marrocos e a Argélia, principalmente por três grandes motivos:

- Primeiro: Enquanto que o conflito entre Marrocos e a Argélia, começou e terminou, durante o mês de Outubro de 1963, não chegando a durar um mês, o conflito entre Marrocos e o Sahara iniciou-se em 1975 e mantêm-se ainda nos dias de hoje (2012) contabilizando até ao momento um total aproximado de 36 anos;

- Segundo: Outra das diferenças reside no facto de que Marrocos quando invadiu a Argélia com intenção de tomar Bechar e Tindouf, encontrou uma oposição muito forte de um país com disponibilidade financeira para investir massivamente em armamento e, por conseguinte, um forte opositor à altura. Por esse mesmo motivo, Marrocos, nunca teve controlo sobre qualquer região ou área pertencente à Argélia. Por sua vez, no Sahara aconteceu precisamente o contrário. Marrocos entrou no Sahara em 1975, para não mais sair até ao momento. Desde a invasão até aos dias de hoje, Marrocos tem controlado a quase plenitude do território sarauí e tirado proveito económico dessa mesma ocupação, assunto este que será abordado com superior detalhe mais adiante;

- Terceiro: Em 1963 quando Marrocos entrou na Argélia, já esta era um país independente da França, grande produtor e exportador de petróleo e gás natural e conseqüentemente um país com facilidade em aceder a elevadas quantidades de dinheiro e que contava também com boas relações diplomáticas com a URSS (Nação poderosa, época Guerra Fria). Por sua vez

---

<sup>122</sup> *Bamako Agreement*, assinado em 30 de Outubro de 1963, em Bamako, capital do Mali (Brecher; Wilkenfeld, 2000:438).

em 1975, quando Marrocos invadiu o Sahara, este território mais não era que uma espécie de diamante em bruto, completamente desprotegido, com grandes reservas de fosfato para explorar e com uma prometedora costa marítima. Os seus habitantes resumiam-se a algumas tribos nómadas, que viviam também de uma forma muito rudimentar e que até ao momento tinham estado sob domínio de Espanha. Consequentemente, a capacidade de resposta evidenciada pelos sarauís a uma invasão de terceiros era completamente distinta da capacidade da Argélia.

#### 4.1.1 O interesse territorial

Para melhor se analisar e compreender este subcapítulo relativo à questão do interesse territorial, vamos tentar responder de forma clara à seguinte questão: A nível territorial e expandindo o seu país em termos de área através da anexação definitiva do Sahara, o que é que Marrocos tem efetivamente a ganhar?

Obviamente e tal como anteriormente constatado, rapidamente se presume que para Marrocos, o Sahara, não será apenas um território cobiçado por possuir boas reservas de fosfato e por ter uma rentável costa marítima. Existe paralelamente a tudo isto, a questão territorial. Até aos dias de hoje e consultando qualquer manual de história, constataremos que muitas das nações que hoje conhecemos estão intimamente ligadas a ideais expansionistas. Então, veremos também que neste particular caso, o reino de Marrocos não constitui exceção à regra.

Fazendo uma retrospectiva pela história da nação marroquina, veremos que durante consideráveis anos, o povo marroquino viveu sob o domínio colonial espanhol e posteriormente francês. Em 1956, quando finalmente Marrocos atingiu a sua independência, depressa surgiu a vontade de ir mais além e de expandir as suas fronteiras. Esta ambição de Mohammed V não poderá no entanto ser tão cegamente censurada, se tivermos em conta que muitas outras nações tiveram antes precisamente o mesmo tipo de procedimento. Deste modo e salientando o essencial para este estudo, em Outubro de 1963, Marrocos entra em conflito com a Argélia, devido ao facto de as forças marroquinas tentarem tomar as regiões argelinas de Bechar e de Tindouf<sup>123</sup>. No mesmo ano de 1963, e ainda neste mesmo mês de Outubro, dava-se por terminado o conflito, embora Marrocos não tivesse conseguido atingir os seus primordiais objetivos, ao nível de controlo e anexação do território argelino. Posteriormente e não tendo logrado nenhum tipo de sucesso nesta iniciativa, Marrocos

---

<sup>123</sup> Como já anteriormente verificado, Marrocos tentou invadir as regiões de Bechar e de Tindouf, pois recorde-se que a Argélia era um dos países abrangidos pela ideologia do *Greater Morocco*. Tindouf é uma região argelina, especialmente rica em reservas de petróleo, gás natural e minério de ferro. Por sua vez Bechar, uma também região argelina, apresenta reserva de riqueza natural ao nível do carvão e do cobre.

continuando sempre na senda da ideologia do *Greater Morocco*, passa a concentrar as suas atenções e objetivos em território saaraí.

É então que chegados a 1973, Marrocos invade o Sahara, onde possivelmente de forma inesperada para as FAR, os saaraís oferecem resistência através dos guerreiros nacionalistas da Frente Polisario. O conflito tinha começado e apesar da resistência encontrada, desta vez Marrocos não iria recuar nas suas intenções e nem sequer a boa vontade e ação da OUA se revelariam suficientemente influentes para resolver a questão, tal como tinha sucedido no caso da problemática Argélia / Marrocos. Até aos dias de hoje (2012), Marrocos ainda não recuou na ideia de tornar o Sahara como parte integrante da ideia do *Greater Morocco*, pois tal como anteriormente enunciado, os objetivos de Marrocos vão muito para além dos interesses na costa marítima saaraí e das reservas de fosfato, pois a verdade é que Marrocos controlando o Sahara, pode tirar desse facto outras duas importantes vantagens. A saber:

- De acordo com a Central Intelligence Agency - The World Factbook, a área total de Marrocos é de 446,550 km<sup>2</sup>. De acordo com a mesma fonte, o Sahara apresenta uma área total na ordem dos 266,000 km<sup>2</sup>. Contabilizando o valor total, caso o Sahara fosse incluído na íntegra, como uma província marroquina, o reino de Marrocos passaria a dispor de uma área total combinada de 712,550 km<sup>2</sup>. Analisando estes números com alguma atenção, depressa se compreende que os valores em causa são demasiadamente interessantes, para não serem considerados;

- Já se constatou que tornando o Sahara como uma província sua, Marrocos aumentaria consideravelmente a dimensão do seu território. Mas não só. Tendo o Sahara controlado na sua totalidade, Marrocos passaria a fazer diretamente fronteira com a Mauritânia, outro dos países que esteve sempre nas cogitações marroquinas, de acordo com a ideologia expansionista do *Greater Morocco*. Refira-se também aqui, de acordo com os dados apresentados pela Central Intelligence Agency - The World Factbook, que a Mauritânia para além de ser o segundo maior país da zona magrebina, apresentando uma área total de 1,030,700 km<sup>2</sup>, faz ainda fronteira com o Mali, o Senegal, o Sahara e a Argélia. Analisando a situação por este prisma, vemos que o Sahara pode estar a ser como que uma espécie de entrave às ideologias expansionistas de Marrocos, pois não dominando o Sahara na sua plenitude, Marrocos estará sempre condicionado no acesso ao resto do continente africano, pois já se percebeu que pelo lado da Argélia, será difícil para Marrocos alguma vez almejar obter uma porta, que permita a expansão para o resto do continente africano.

Posto isto, e observando os mais recentes desenvolvimentos na questão Sahara / Marrocos, rapidamente se verifica, que as ideologias expansionistas de alguns Estados estão longe de terminar. Muitas das vezes, podemos ficar com a ideia que o expansionismo e o desejo de ser maior fazem parte do passado. Não parece ser no entanto esta a perceção do

reino de Marrocos, a julgar pela sua postura nestes últimos quase trinta anos de conflito com o Sahara.

## 4.2 O interesse económico

Entramos agora numa outra parte muito interessante deste estudo, e que muito pode ajudar a explicar a insistência que Marrocos tem tido nestes últimos em relação ao Sahara<sup>124</sup>. Conforme se conhece, o Sahara é um território que, apesar do clima que apresenta devido ao deserto, não deixa no entanto de ter algumas riquezas naturais, como as reservas de fosfato que detém, bem como uma costa marítima com águas bastante ricas para a pesca. No Sahara, dá-se ainda conta da existência de outros pequenos minerais<sup>125</sup>, bem como da grande possibilidade da existência de reservas de petróleo e gás natural. Contudo para uma melhor compreensão, todas as variáveis serão divididas e analisadas com o maior detalhe e veracidade possível, atendendo-se aos mais diversos factos.

### 4.2.1 A pesca

Relativamente à riqueza da costa sarauí para a prática da atividade da pesca, tal facto é-nos não somente confirmado pela Central Intelligence Agency - The World Factbook, que se refere à mesma como: “the waters of the coast are particularly rich fishing areas”, mas também por Yahia Zoubir<sup>126</sup>, que nos diz o seguinte: “...Western Sahara...has a seven-hundred kilometer Atlantic coast of strategic importance. The territory also has among the richest fishing waters in the World, which today are illegally exploited by Morocco and members of the European Union” (Zoubir, 2006:275). Deste modo, certamente mais dúvidas não existirão quanto a esta matéria. No entanto, saber que a costa sarauí é próspera para a atividade da pesca, não é suficiente para aquilo que este estudo se propõe, pois ficando apenas com esta constatação, este estudo tornar-se-ia altamente inconclusivo.

Como se saberá, uma das partes ocupadas por Marrocos no Sahara, abrange praticamente toda a costa marítima sarauí. Assim sendo, aquilo que se pretende saber é, na realidade, apurar, quanto é que Marrocos beneficia da ocupação e conseqüente exploração desta zona. Para apurar tais factos, é necessário recuar até ao dia 28 de Fevereiro de 2007, data em que a União Europeia, contra a vontade de um dos seus Estados-membros, a Dinamarca, celebrou um acordo de pesca com Marrocos. Este acordo, apesar de algo controverso sob os parâmetros do direito internacional, durou até muito recentemente, mais propriamente até ao dia 25 de Fevereiro de 2011. Durante 4 anos e ao abrigo desta parceria, Marrocos recebeu uma quantia aproximada de 36 milhões de euros por ano, para autorizar a pesca de navios ligados à União

---

<sup>124</sup> A este propósito, leia-se “A successful Moroccan integration of the Western Sahara has potentially enormous implications for the Moroccan economy...territory’s resource base may have been a factor to claim it...” (Shelley, 2004:36).

<sup>125</sup> Titânio, Urânio e Minério de Ferro.

<sup>126</sup> Professor de Relações Internacionais e Gestão na Euromed Marseille school of management, França.

Europeia, nas águas da costa sarauí. Ora, tal facto é claramente ilegal, tal como Vincent Chapaux<sup>127</sup> nos explica “Western Sahara’s waters belongs to the Saharawi people and not to Morocco. The fact that these resources have actually been controlled by Morocco for thirty years does not modify this qualification. Consequently, the Fisheries Agreement cannot produce any legal effect on the rights relating to the natural resources of Western Sahara. Moreover, because it postulates that Morocco has the right to exploit these resources, the Agreement constitutes, per se, an internationally wrongful act and must thus be denounced or modified” (Chapaux 2006:219).

Tal ilegalidade pode também confirmar-se numa resolução<sup>128</sup> da Assembleia Geral das Nações Unidas, onde se salientou “the inalienable right of the peoples to self-determination and independence and to the enjoyment of the natural resources of their Territories, as well as their right to dispose of those resources in their best interest”(ONU, 2005:3). Refira-se ainda que a grande maioria dos Estados presentes, incluindo Marrocos, aceitou sem qualquer reivindicação o teor desta resolução, tendo sido ainda admitido por responsáveis marroquinos presentes que o povo sarauí tinha o direito aos seus próprios recursos, assim como à sua livre exploração. Porém e ainda que Marrocos o tenha admitido, a verdade é que o povo sarauí não tem desde à 30 anos a esta parte, qualquer controlo nem sobre o seu território, nem tão pouco sobre os seus recursos naturais. Conclui-se então que o que Marrocos tem feito, é explorar algo que não é seu e algo a que não tem qualquer direito, pois o facto de Marrocos controlar os recursos naturais do Sahara tal como as suas águas, não confere aos marroquinos o direito de as explorar, pois Marrocos “it is not an administering power”<sup>129</sup>, mas sim um “occupying power”<sup>130</sup> (*Idem*:221).

Todavia e não obstante da tão badalada ilegalidade do acordo entre União Europeia e Marrocos, no dia 5 de Junho de 2011, uma página online (Fishelsewhere) que se dedica essencialmente a acompanhar os desenvolvimentos relacionados com esta problemática, dava conta que apesar de a Dinamarca, a Holanda e a Suécia terem votado contra e que para além do Reino Unido, do Chipre, da Áustria e da Finlândia se terem absterido, o Conselho de ministros da União Europeia, tinha assinado um protocolo provisório para que o acordo de pescas com Marrocos, fosse prorrogado por um período de mais um ano<sup>131</sup> (Fishelsewhere,

---

<sup>127</sup> Investigador em direito internacional e ciência política na Universidade Libre de Bruxelas, Bélgica.

<sup>128</sup> Nesta resolução falou-se e tratou-se essencialmente dos direitos dos territórios não autónomos.

<sup>129</sup> Expressão utilizada por Vincent Chapaux, no texto da página 221 da obra *International Law and the Question of Western Sahara*. De referir que este conceito de *administering power*, não existe formalmente no seio da lei internacional. Esta espécie de “status” existe apenas quando é reconhecido pelas Nações Unidas, sendo que ao estado ao qual se reconhece este estatuto, são-lhe oferecidas algumas regalias em troca de outras tantas imposições. Conclui-se portanto que quando as Nações Unidas, não reconhecem este estatuto a um determinado estado, este é portanto ilegal. Veja-se o caso de Marrocos no Sahara, o caso da África do Sul na Namíbia, o caso de Israel na Palestina e o também conhecido caso da Indonésia em Timor-Leste.

<sup>130</sup> Expressão utilizada por Vincent Chapaux, no texto da página 221 da obra *International Law and the Question of Western Sahara*.

<sup>131</sup> De 27.02.2011 a 27.02.2012.

2011; *Idem*). Com esta decisão tomada pelo Conselho de ministros da União Europeia, parecia altamente provável que o ilegal acordo entre União Europeia e Marrocos fosse renovado por mais um ano. Porém, mais recentemente, no dia 7 de Novembro de 2011, uma outra página online (WSRW), também ela devidamente inserida nesta problemática, dava conta de uma nova notícia, informando que o Parlamento Europeu tinha, através de dois comités, rejeitado a renovação do acordo de pescas entre a União Europeia e Marrocos, recusando assim promulgar a anterior decisão provisória, tomada pelo Conselho de ministros, que apontava em direção oposta (*Idem*; WSRS, 2011). Assim, ao fim de sensivelmente trinta anos e depois de uma tão longa espera, parece finalmente que os atores externos ao conflito, neste caso específico a União Europeia, começam a tomar noção da realidade e a promulgar decisões que são não apenas boas notícias para o povo sarauí, mas sim decisões que vão ao encontro da justiça e da verdade que o direito internacional procura impor.

#### 4.2.2 O fosfato

Depois de analisados os dados relativos à atividade da pesca, chega agora a vez de realizar uma análise mais profunda sobre a questão do fosfato, outra das situações que importa analisar e referir, quando se trata desta problemática existente entre Marrocos e Sahara Ocidental. Assim sendo, e mesmo sabendo que no atual panorama internacional o fosfato não ocupará para a grande maioria das economias um lugar de um bem tão valioso como o ouro ou o petróleo, não deixa no entanto de ser um mineral muito importante e, como tal, interessa compreender a sua utilidade.

O fosfato, é um mineral proveniente do fósforo, um tipo de pedra que se extrai em determinadas regiões do globo, entre as quais se encontram o Sahara e Marrocos. A utilidade deste mineral<sup>132</sup> é muito abrangente, sendo que entre muitas outras aplicações, é utilizado para produzir fertilizantes agrícolas. De acordo com Steven Kauwenbergh<sup>133</sup>, as reservas de fosfato existentes têm-se tornado nos últimos anos um objeto de grande especulação, tudo porque está previsto que até 2034/2035 se atinja o pico de produção deste mineral e conseqüentemente desta data em diante, a produção de fosfato decrescerá substancialmente, visto que o fósforo é uma fonte de energia não renovável. Desde este momento e considerando tais factos, anteriormente enunciados, compreende-se rapidamente qual a importância do fosfato e, em simultâneo, porque será tão importante para Marrocos controlar o Sahara.

No entanto, saber que a região do Sahara apresenta alguma riqueza ao nível de reservas de fosfato, sem sequer falar em quantidades numéricas o mais aproximadas possível, tornaria

---

<sup>132</sup> Outros minerais que podemos encontrar em terras sarauís, embora em quantidade não comparável com o fosfato: Titânio, Urânio e Minério de Ferro.

<sup>133</sup> Steven J. Van Kauwenbergh. Geólogo e Cientista principal da divisão de pesquisa e desenvolvimento da IFDC.

esta pesquisa bastante inconclusiva. Vamos então, por esse mesmo motivo, ser um pouco mais precisos e esclarecedores. De acordo com os dados da USGS apresentados em 2009, Marrocos juntamente com o Sahara, apresenta indiscutivelmente a maior reserva de fosfato do mundo, com cerca de 5,700,000 mmt<sup>134</sup>. Porém, convém referir que Gharbi, tinha já em 1998<sup>135</sup> indicado que o Sahara possuiria uma reserva identificada de fosfato a rondar os 1,100,000 mmt, valor igual ao apresentado pelos EUA, que estão segundo os dados apresentados pela USGS em 2009, no lote dos cinco países com as maiores reservas de fosfato do mundo (Kauwenbergh, 2010:36). Desta forma, tendo em conta os valores em causa e mesmo sabendo que sem controlar o Sahara, Marrocos apresentaria ainda as maiores reservas de fosfato a rondar os 4,600,000 mmt, não deixa de ser óbvio, que os valores da reserva de fosfato saaraí são demasiado importantes para não serem considerados e aproveitados, ainda para mais quando se sabe que o fósforo é uma fonte de energia não renovável. Quem também nos confirma esta versão, é Yahia Zoubir, nas seguintes palavras “The Western Sahara possesses huge deposits of phosphates. These reserves could make Western Sahara one of the largest exporters of phosphates in the world” (Zoubir, 2006:275).

Outra das situações que importa aferir, diz respeito ao preço da pedra do fosfato, o fósforo. De acordo com os dados apresentados pela página [indexmundi.com](http://indexmundi.com) (2011)<sup>136</sup> para o período compreendido entre Abril e Outubro de 2011, a tendência que se verifica é que o preço do fósforo tem vindo a aumentar de uma forma considerável, atingindo em Outubro os 145 euros por mt<sup>137</sup>. Conclui-se então com relativa facilidade e perante os factos apresentados, que se até aos dias de hoje, Marrocos tem insistido e tem-se mantido no Sahara, certamente daqui em diante, este interesse e persistência continuar-se-á a verificar, visto que o fosfato ocupa cada vez mais um lugar de uma reserva natural muito importante, até porque de acordo com os dados que se têm vindo a verificar, o preço do fósforo, tem tendência para aumentar e não para baixar.

Porém, ainda que o fosfato saaraí extraído das minas de Bou Craa, se constitua como uma elevada fonte de interesse para Marrocos, esta questão do fosfato pode, no entanto, ser vista de uma outra forma. Tal como é do conhecimento público, é no Sahara que podemos encontrar o maior sistema de passadeira rolante de transporte do mundo<sup>138</sup>, que liga as minas de Bou Craa ao porto de Al-Aiún. Porém, se a construção deste sistema visava o benefício do povo saaraí, desde a ocupação marroquina, que tudo mudou. É Marrocos quem controla agora toda esta zona, tirando elevado lucro deste sistema, uma vez que todo o material extraído

---

<sup>134</sup> Unidade de medida: million metric tons.

<sup>135</sup> Relativamente à reserva de fosfato exclusivamente do Sahara, houve necessidade de recorrer a dados de 1998, visto que depois dessa data, apenas encontrei autores que juntam a reserva de fosfato do Sahara à reserva Marroquina.

<sup>136</sup> De notar que os dados apresentados pelo [indexmundi.com](http://indexmundi.com), têm como base os dados do Banco Mundial, o que atesta a sua credibilidade e fiabilidade.

<sup>137</sup> Unidade de medida: metric ton.

<sup>138</sup> Superior a 100 km de extensão.

das minas de Bou Craa, é imediatamente levado para o porto de Al-Aiún, o que permite que seja num curto espaço de tempo transacionado e carregado em embarcações e navios. Graças a este procedimento, Marrocos consegue exportar com rapidez e com relativa facilidade, retirando assim elevados lucros através da exploração de bens, sistemas de transporte e infraestruturas que não lhe pertencem (leia-se fosfato, passadeira rolante e porto de Al-Aiún) (WSRW, 2011).

### 4.2.3 O petróleo e o gás natural

De acordo com o artigo académico publicado em 1 de Janeiro de 2006 (Olsson) pela Nordic Africa Institute intitulado “The Western Sahara Conflict: The Role of Natural Resources in Decolonization”, o Sahara Ocidental foi em 1974, considerado o mais rico território da zona Magrebe, não apenas devido à prosperidade da sua costa marítima para a prática da atividade pesqueira, mas também devido aos grandes depósitos de fosfato existentes no território. No entanto e apesar de se saber desde algum tempo atrás que o Sahara Ocidental evidencia boas qualidades ao nível de recursos naturais, mais recentemente esta ideia de que o Sahara é de facto um território naturalmente rico, ganhou ainda maior relevo, a partir do momento em que se começou a falar da possibilidade de existência de reservas de petróleo e de gás natural, nesta região do magrebe.

Assim e apesar de segundo Pedro Pinto Leite da WSRW “não existirem dados seguros” sobre a possibilidade da existência de reservas de petróleo e gás natural na região, a verdade é que nos últimos anos “muitos autores citam as previsões da USGS of World Energy de 2000, que estima a existência de grandes reservas de gás e petróleo nas costas do Sahara e que refere a grande possibilidade de se encontrarem jazidas lucrativas e acessíveis”. Então, apesar de se saber que a existência de tais reservas não é completamente segura, e mesmo verificando-se as previsões da USGS of World Energy de 2000, a verdade é que também não se sabe qual a dimensão do investimento necessário a realizar, para poder tornar estas explorações lucrativas e proveitosas para as empresas do ramo. Porém e mesmo com esta ideia de incerteza presente, a verdade é que ao longo dos anos várias companhias andaram a fazer pesquisa pelo Sahara, sendo que “algumas têm agora contratos com a RASD [caso da Wessex]” (Leite, 2011; Wessex, s.d).

Relacionando tudo aquilo que anteriormente foi dito com o tema específico desta dissertação, parece fazer bastante lógica a ideia de que se o Sahara Ocidental foi desde sempre uma prioridade para os sucessivos reis marroquinos, maior atenção passou com certeza a representar depois de Marrocos ter noção que neste território, de nome Sahara Ocidental, poderiam existir as sempre importantes reservas de gás natural e petróleo, à semelhança do que acontece por exemplo em países vizinhos, como Argélia e Líbia. Desta forma, a confirmar-se verdadeiramente a existência, tanto de gás natural como de petróleo no Sahara, seria certamente de prever que mais uma vez o governo marroquino retiraria

elevados lucros dessas explorações, tal como tem feito até aos dias de hoje, quer com a exploração da costa marítima sarauí, quer com a utilização das reservas de fosfato sarauís, sempre em seu proveito. Vale mais uma vez, referir que estas utilizações e explorações constituem uma ato ilícito perante o direito internacional, tal como podemos confirmar numa resolução de 1992 das Nações Unidas, que nos diz o seguinte “the exploitation and plundering of colonial and non-self-governing territories by foreign economic interests, in violation of the relevant resolutions of the United Nations is a grave threat to the integrity and prosperity of those Territories...” (ONU, 1992).

### 4.3 A questão da identidade

Tal como se tem vindo a observar ao longo desta dissertação, durante os últimos trinta anos, Marrocos tem feito praticamente um pouco de tudo, para manter o Sahara sob o seu domínio e ao, mesmo tempo, tentar que a ordem internacional reconheça formalmente esta situação. No entanto, apesar de Marrocos ter nestes últimos anos mantido a quase integridade do território sarauí sob o seu domínio e daí ter tirado benefícios, a verdade é que até ao momento o TIJ, ainda que reconheça a existência de alguma afinidade histórica, quer da Mauritânia, quer de Marrocos para com o Sahara, conclui também em simultâneo que tais laços ou afinidades não estabelecem qualquer direito de soberania que permita qualquer tipo de anexação territorial, relativamente ao Sahara. A este propósito, leia-se “El dictamen del TIJ, que se hace público el 16 de octubre de 1975, afirma que el Sáhara Occidental no puede ser considerado *terra nullis*, pues antes de la colonización española *era habitado por pueblos, que si bien nómadas, estaban organizados social y políticamente en tribus, y bajo el mando de jefes competentes para representarlos*. Y respecto a las pruebas presentadas por Marruecos para afirmar su soberanía, dictamina que *no se deduce vínculo alguno de soberanía territorial entre este Estado y el Sáhara Occidental. No demuestran que Marruecos haya ejercido una actividad estatal efectiva y exclusiva en el Sáhara Occidental. Indican sin embargo que en el período pertinente existía un vínculo jurídico de fidelidad entre el Sultán (marroquí) y algunos, pero sólo algunos, de los pueblos nómadas del territorio*” (Miyares, s.d:8)

Todavía, quando em 16 de Outubro de 1975 o TIJ se pronunciou formalmente sobre esta questão, a interpretação do Rei de Marrocos, Hassan II, foi numa direção completamente oposta. Se, por um lado, as palavras do TIJ abriam claramente a porta à autodeterminação do povo sarauí, por outro lado Hassan II, Rei de Marrocos à data, via nas mesmas palavras uma confirmação daquilo que sempre quis ouvir. Assim para os estadistas marroquinos, as palavras do TIJ, podiam interpretar-se do seguinte modo: “Globally speaking, the advisory opinion given by the International Court of Justice can be summed up in two points: the first one concerns the acknowledgment by the Court of historical ties between Morocco and the provinces of the south (allegiance); the second one is relative to its acknowledgment of the

sovereignty that Morocco has over its provinces” (MoroccanSahara, 2007). Porém, a interpretação dada por Hassan II às palavras do TIJ, é segundo Pedro Pinto Leite da WSRS “completamente absurda”, uma vez que o TIJ foi bem claro ao afirmar que “...the Court’s conclusion is that the materials and information presented to it not establish any tie of territorial sovereignty between the territory of Western Sahara and the Kingdom of Morocco or the Mauritanian entity. Thus the Court has not found legal ties of such a nature as might affect the application of General Assembly resolution 1514 (XV) in the decolonization of Western Sahara and, in particular, of the principle of self-determination through the free and genuine expression of the will of the peoples of the Territory” (Leite, 2011; TIJ, 1975).

Posto isto, conclui-se que o TIJ não podia ter sido mais claro. Ao não encontrar afinidades ou laços históricos suficientemente relevantes, que justifiquem a anexação do Sahara, enquanto território pertencente a Marrocos ou à Mauritânia, o TIJ é no seu parecer perentório, ao abrir caminho para a libertação e conseqüente autodeterminação do povo sarauí. Por sua vez, e tal como já anteriormente referido, Hassan II, interpretou este parecer do TIJ, mediante as suas ideias e objetivos, e é a partir deste momento que ordena a entrada da *Green March* em território sarauí, para reclamar e tomar posse, daquilo que na opinião do Rei marroquino, mais não seria do uma província pertencente a Marrocos.

Contudo e apesar do TIJ, ter reconhecido através de um parecer consultivo em 1975, que os laços ou afinidades históricas entre Marrocos e o Sahara, não eram de tamanha relevância para que se procedesse a uma anexação, a verdade é que ainda nos dias de hoje as palavras emitidas pelo TIJ, geram alguma discórdia e discussão. Muito recentemente, numa entrevista de Nuno Rogeiro à Embaixadora de Marrocos em Portugal, Karima Benyaich, no programa *Sociedade das Nações*, a Embaixadora marroquina, ainda que reconheça a existência de um problema no Sahara, vai também dizendo que “Desde 1965...aliás, 1975, o Tribunal de Haia declarou que o território do Sahara não era *terra de ninguém*. Ou seja, havia relações jurídicas de ligação estreita entre as tribos do Sahara e o Rei de Marrocos durante vários decénios. E a grande maioria das nossas monarquias provém dessa região. Foi criada a Frente Polisario com o apoio...dos nossos vizinhos [em alusão à Argélia]<sup>139</sup>. É um longo processo. Actualmente, o problema foi colocado ao nível das Nações Unidas. Tivemos vários encontros formais e informais e houve alguns progressos, mas Marrocos sempre cumpriu as exigências do Secretário-geral das Nações Unidas, como do Conselho de Segurança e da comunidade internacional. Mostrámos a vontade de encontrar uma solução para este conflito, que coloca em risco toda a região. Marrocos, Argélia, Sahel” (Benyaich, 2011).

---

<sup>139</sup> A este propósito, leia-se “For Morocco, Algeria’s support of Polisario (which Algeria would style as support for the right of Sahrawi self-determination, is a conspiracy to contain the Kingdom geographically, economically and culturally...” (*Idem*:19).

Assim, e analisando as palavras de Karima Benyaich com algum detalhe ao longo da entrevista com Nuno Rogeiro, fica no ar a ideia, que o tema Sahara Ocidental é algo que parece causar algum incómodo aos diplomatas marroquinos, e que neste caso específico da Embaixadora marroquina em Portugal, a decisão de 1975 do TIJ, mais não é que numa confirmação que o Sahara é de facto um território com raízes marroquinas e que deveria por conseguinte, ser formalmente anexado por Marrocos. Nesta perspetiva e a julgar pelas palavras de Karima Benyaich, Marrocos não estará então a cometer nenhum tipo de ilegalidade relativamente à situação que se encontra neste momento no Sahara. No entanto e olhando para tudo o que já foi debatido ao nível das Nações Unidas, conclusões da HRW, pareceres do TIJ e opiniões de diversas individualidades que estiveram no terreno, as palavras da diplomata marroquina, apenas poderão ser certamente classificadas como “politicamente corretas” e não muito mais que isso, pois, ao nível do direito internacional, desde há muito que se sabe que Marrocos não detém qualquer tipo de direito, que lhe confira algum género de poder administrativo sobre o Sahara. Por esta mesma razão, e à luz de todos os pareceres e decisões válidas que foram tomadas até aos dias que correm, Marrocos deveria sem grandes delongas, retirar-se de um território, sobre o qual não tem nenhum tipo de poder ou qualquer tipo de estatuto conferido pelas Nações Unidas.

## Conclusão

Penso ter contribuído ao longo da presente dissertação de mestrado, para uma questão central, que tem a ver com o facto, de perceber porque é que este caso respeitante ao Sahara Ocidental, não está de todo resolvido, à semelhança do que aconteceu por exemplo com Timor-Leste. Explicações de vária ordem poderão ser discutidas e dadas, para a manutenção de tal situação. Numa primeira abordagem, teremos de ter em linha de conta que este conflito, apesar de envolver de uma forma direta o Sahara e Marrocos, apresenta todavia estados terceiros que, por uma razão ou outra, acabaram também por se envolver.

Pelo lado marroquino, damos pela presença de influentes e poderosas nações tais como os EUA e a França, o que sem dúvida acabou por marcar a diferença em determinados momentos. Estes dois países, enquanto membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, obviamente que a sua opinião é devidamente ouvida e tida em conta nas mais diversas matérias. Em contrapartida e apoiando a causa sarauí, apresentam-se estados como a Argélia e a Líbia. Numa primeira análise, importa desde logo constatar, que apesar de Argélia e Líbia, serem poderosos estados do norte de África, com elevada produção de gás natural e petróleo, o seu grau de influência e poder decisor, fica claramente aquém de nações como EUA e França. Assim desde logo à partida, fica-se com a ideia de que Marrocos, partiu com alguma vantagem para o conflito propriamente dito. No entanto e apesar de todos os envolvidos anteriormente focados, será importante dizer e reter a noção de que este conflito entre Marrocos e Sahara mais não é do que um conflito motivado pela Guerra Fria, onde EUA e URSS, aproveitaram para agudizar através desta mesma contenda, o forte clima de tensão que já se vivia desde há algum tempo, entre estas duas poderosas nações.

Posteriormente e ainda que tivessem existido outros Estados, envolvidos nesta problemática para além dos atrás mencionados, importa pois também compreender o envolvimento de outras entidades, que num ou noutro momento tiveram mais em contacto com esta questão. Como tal e seguindo a cronologia dos acontecimentos, vemos que uma das primeiras entidades a envolver-se foi a OUA, a atual UA, que tentou de uma forma diplomática a resolução do conflito. Por sua vez e ainda que existissem países como Egipto, Senegal e Costa do Marfim que apoiavam as intenções de Marrocos, a verdade é que no seio da OUA, a atual UA, sempre se apoiou maioritariamente a causa sarauí. A prova mais clara do que atrás foi dito, é a nomeação de Mohammed Abdelaziz, por duas vezes consecutivas para a Vice-presidência da referida organização. Porém, e ainda no campo das organizações internacionais e personalidades envolvidas neste desentendimento entre Marrocos e Sahara, não podemos deixar de focar o papel das Nações Unidas, bem como dos seus respetivos Secretários-gerais.

No decorrer desta contenda entre Sahara e Marrocos e olhando para o papel das Nações Unidas pela mão dos seus respetivos Secretários-gerais, denota-se em certa medida que alguns destes foram pouco coerentes nas suas atitudes, cedendo porventura a pressões externas. Assim, neste âmbito, o povo sarauí pode começar por se queixar logo do facto de Pérez de Cuéllar ter privilegiado um maior número de encontros com diplomatas marroquinos do que com sarauís, passando-se posteriormente para a nomeação de Boutros-Ghali como Secretário-geral das Nações Unidas, sabendo-se de antemão, que este era Ministro dos Negócios Estrangeiros do Egipto, numa fase em que o Egipto apoiava claramente as intenções de Marrocos. Neste sentido fica um pouco no ar a ideia de que, até ao momento, de entre todos os Secretários-gerais das Nações Unidas que estiveram no poder durante esta contenda entre Marrocos e Sahara, a nomeação de Kofi Annan, tenha sido talvez a mais justa e transparente, isto se tivermos em conta tudo o que foi feito por este ganês para resolver este problema. Relativamente a Ban Ki-Moon, poucas considerações poderão tecer-se, visto que este Sul-coreano, acabaria por assumir as funções de Secretário-geral das Nações Unidas, numa fase em que o conflito se encontrava já num verdadeiro *deadlock*, onde todas as possíveis soluções tinham já sido tentadas.

Contudo e apesar de até ao momento se terem feito algumas considerações relativamente ao papel de terceiros neste conflito, a verdade é que o que este trabalho se propõe a analisar, é na realidade apurar quais os interesses que têm levado os responsáveis marroquinos, ao longo dos últimos anos a travarem “batalhas” nas mais diversas frentes, para assim poder anexar o Sahara em definitivo, como mais uma província do reino de Marrocos. De referir que a utilização do termo “batalhas”, não se refere somente aos confrontos físicos ocorridos numa primeira fase, mas sim e relembre-se, à ação pouco abonatória de Marrocos quando a MINURSO tentava posicionar-se no terreno, ou mesmo, ao comportamento dos diplomatas Marroquinos no seio da OUA, a atual UA. Posto isto, rapidamente se percebe que o Sahara, é algo realmente importante para a diplomacia marroquina. Porém, saber apenas que o Sahara é importante para Marrocos, seria por si só uma constatação pouco ou nada conclusiva. Deste modo o que esta dissertação se propôs a esclarecer foi exatamente saber, com detalhe, quais os verdadeiros e reais interesses que Marrocos poderá eventualmente ter no Sahara.

Desta forma e com a pesquisa que foi efetuada durante a elaboração desta dissertação, chegou-se a algumas interessantes conclusões, que podem muito bem justificar os últimos anos da ação marroquina. Tal como se constatou ao longo da mesma, anexando o Sahara ou mesmo mantendo a atual situação, Marrocos tem e terá sempre, muito a lucrar a vários níveis. A nível territorial por exemplo, anexando o Sahara como uma província do seu reino, e para além de se tornar um país maior, Marrocos daria o seu primeiro grande passo rumo a uma já antiga ideologia, a percepção do *Greater Morocco*. Posteriormente e ainda neste âmbito, ao controlar em absoluto o Sahara, parece óbvio que Marrocos, abriria uma nova

porta para o resto do continente africano, podendo, mais tarde, repetir igual procedimento em relação à Mauritânia e / ou ao Mali, países que, relembre-se, faziam também eles parte da ideologia do *Greater Morocco*.

De seguida, observou-se também ao longo desta dissertação que o Sahara não é para Marrocos somente uma porta de entrada para o resto do continente africano. Existem em território saaraí motivos mais que suficientes para que a diplomacia marroquina não veja com bons olhos a independência do Sahara, pois esse cenário obrigaria Marrocos a prescindir, por exemplo, das verbas que a União Europeia lhe pagava para pescar nas águas do Sahara, ou ainda dos lucros obtidos com o fosfato, um mineral que como vimos anteriormente existe com alguma abundância no Sahara e cujo preço tem vindo a aumentar, tornando-se cada vez mais, uma apetecível oportunidade de negócio. Depois e para além de tudo o que atrás foi referido, existem indícios que no Sahara haja a possibilidade da existência de gás natural e principalmente de petróleo. E tal como Pedro Pinto Leite da WSRW nos diz “não existirem dados seguros”, a verdade é que o petróleo tão usualmente apelidado de ouro negro e ainda que neste caso, a sua existência no Sahara não esteja plenamente garantida, a verdade é que só por si só, este rumor pode criar grande expectativa e conseqüente interesse por parte de qualquer Estado, uma vez que é um tipo de energia altamente vendável e, sobretudo, uma fonte de energia não renovável, o que pode fazer subir o seu preço e trazer grandes lucros aos Estados, que explorem ou que possam vir a explorar este tipo de reserva natural. Este será por ventura, o pensamento da diplomacia marroquina, e também um dos fatores que pode justificar o apoio de Estados externos ao conflito, tal como os EUA, fizeram relativamente a Marrocos.

Por fim mas não menos importante, existe a questão da identidade. Deste modo e apesar do TIJ se ter manifestado claramente em 1975, que os laços existentes entre Marrocos e o Sahara não eram por si só suficientes para que justificasse uma anexação, a verdade é que para a diplomacia marroquina, estas mesmas palavras apenas serviram para comprovar aquilo que os sucessivos Monarcas marroquinos, desde há muito pensavam, que o Sahara partilhava, de facto, laços históricos com Marrocos, o que por si só colocava o Sahara como sendo não mais que uma província do reino de Marrocos e que por esse mesmo motivo deveria estar sob administração do mesmo. É precisamente devido a este motivo, que em 1975 o Rei de Marrocos, Hassan II ordena a entrada de uma *Green March* no Sahara para reclamar aquilo que, na ideia de Marrocos era não mais que uma província do seu reino. Tal procedimento, apesar de ir contra a decisão promulgada pelo TIJ, e não obstante ser ilegal sob os parâmetros do direito internacional, a realidade é que até aos dias de hoje grande parte do território saaraí tem estado sob a administração de Marrocos.

Assim com todas estas averiguações, parece ter ficado claro que afinal a perspetiva realista de Maquiavel, onde *os fins justificam os meios*, não será de todo uma teoria

ultrapassada nos dias que correm, pois neste particular caso do Sahara, a comunidade internacional, pouco ou nada conseguiu fazer de relevante em prol da causa sarauí como deveria ser feito, tal como o TIJ indicou em 1975. Talvez o maior feito conseguido até hoje fosse a recente anulação da renovação do acordo de pescas entre a União Europeia e Marrocos. Aos poucos e ao fim de tantos anos, a causa sarauí parece começar a ganhar forma e a subir de importância no seio dos principais atores internacionais. Não se poderá, no entanto, dar por concluído este trabalho, sem deixar de responsabilizar a Espanha pela forma despropositada como se retirou do Sahara, abrindo assim espaço à entrada de outros estados em território sarauí, tal como foi o caso de Marrocos, numa altura em este território do norte de África mais necessitava de um *administering power*, com acrescida responsabilidade, que conduzisse o Sahara em direção há prosperidade, que se encontra fora do alcance do povo sarauí.

# Anexo nº1

Entrevista de Nuno Rogeiro (**NR**) à embaixadora de Marrocos em Portugal, Karima Benyaich (**KB**) no programa Sociedade das Nações datado de 16 de Maio de 2011.

**Resumo:** Na referida entrevista foram abordados as reformas a que o estado Marroquino está a proceder, a figura do atual Rei Mohammed VI e também da questão do Sahara. Como para este trabalho, importa essencialmente a situação do Sahara, abaixo encontra-se a respetiva tradução e transcrição do excerto da entrevista verdadeiramente relevante para o mesmo.

**Entrevista:**

**NR: Senhora Embaixadora, obrigado por ter vindo. Diga-me: neste momento, Marrocos é um país estável e tranquilo ou estão um pouco preocupados?**

**KB:** Desde já, quero agradecer a amabilidade de me terem convidado para o vosso prestigiado programa. Quero dizer-lhe, muito sinceramente, que o meu país é estável.

....

....

**NR: Diga-me, Marrocos encontra-se numa posição geográfica delicada, digamos assim, porque o Magrebe apresenta grandes desafios e também grandes perigos e grandes promessas. A questão do Sahara. O Sahara sempre...na rua, na opinião pública, foi considerado um problema impossível de resolver nesta geração. Pensa que pode ser resolvido, do ponto de vista de Marrocos e da comunidade internacional?**

**KB:** Quero apenas recordar que a questão do Sahara é uma questão de descolonização. O meu país conheceu uma colonização tripla. Em 1884, as regiões do sul foram...colonizadas por Espanha. Em 1884. Depois, em 1912, o norte foi colonizado...esteve sob protetorado espanhol. E o centro pela França. (Em simultâneo)

**NR: Pela França.** (Em simultâneo)

**KB:** Tangêr, cidade internacional. A partir de 1955, iniciamos o processo de recuperação dos nossos territórios. E esse foi também um processo gradual. Em 1955 recuperámos as regiões do norte e do centro. E, de seguida...Sempre no âmbito de um processo de negociação. Como Marrocos sempre optou pelo diálogo e pelo compromisso, negociámos com os Espanhóis e, em 1958, recuperámos Tarfaya e, em 1969 Sidi Ifni. Restaram as regiões do sul que recuperamos através do mercado aberto, em 1975, e que o Tribunal de Haia...

**NR: Há um problema no Sahara.**

**KB:** Sim, existe um problema.

**NR: Porque há pessoas no Sahara, por exemplo, a chamada Frente de Libertação que defende que o Sahara foi colonizado por Marrocos.**

**KB:** Desde 1965...aliás, 1975, o Tribunal de Haia declarou que o território do Sahara não era "terra de ninguém". Ou seja, havia relações jurídicas de ligação estreita entre as tribos do Sahara e o Rei de Marrocos durante vários decénios. E a grande maioria das nossas monarquias provém dessa região. Foi criada a Frente Polisario com o apoio...dos nossos vizinhos (em alusão à Argélia). É um longo processo. Atualmente, o problema foi colocado ao nível das Nações Unidas. Tivemos vários encontros formais e informais e houve alguns progressos, mas Marrocos sempre cumpriu as exigências do Secretário-geral das Nações Unidas, como do Conselho de Segurança e da comunidade internacional. Mostrámos a vontade de encontrar uma solução para este conflito, que coloca em risco toda a região. Marrocos, Argélia, Sahel.

**NR: Neste momento, se olharmos para o Sahara Ocidental, por exemplo, podemos dizer que é uma região de paz, de guerra, de alternância entre paz e guerra? É uma região onde reina a normalidade?**

**KB:** Direi que existe normalidade. Eu própria estive lá em várias ocasiões, tenho amigos marroquinos de norte a sul. Obviamente, por vezes, há manifestações nestas regiões. Mas quero dizer que, em Marrocos temos uma média de sete a oito manifestações por dia, no mínimo. É habitual.

...

...

**NR: Obrigado. Espero que possamos voltar a falar para acompanharmos a atualidade em Marrocos.**

**KB:** Obrigada, muito obrigada.

## Anexo nº2

Lista de Estados / Regiões, que já reconheceram a República Árabe do Sarauí Democrático:

Afghanistan (1979) Albania (1987) Algeria (1976) Angola (1976)  
Antigua and B. (1987) Barbados (1988) Belize (1986) Benin (1976)  
Bolivia (1982) Botswana (1980) Burkina Faso (1984) Burundi (1976)  
Cambodia (1979) Cape Verde (1979) Chad (1980) Colombia (1985)  
Congo, Rep. (1978) Costa Rica (1980) Cuba (1980) Dominica (1979)  
Dominican Rep. (1986) Ecuador (1983) El Salvador (1989) Equatorial Guinea (1978)  
Ethiopia (1979) Ghana (1979) Grenada (1979) Guatemala (1986)  
Guinea- Bissau (1976) Guyana (1979) Haiti (2006) Honduras (1989)  
India (1985) Iran (1980) Jamaica (1979) Kenya (2005)  
Kiribati (1981) Laos (1979) Lesotho (1979) Liberia (1985)  
Libya (1980) Madagascar (1976) Malawi (1994) Mali (1980)  
Mauritania (1984) Mauritius (1982) Mexico (1979) Mozambique (1976)  
Namibia (1990) Nauru (1981) Nicaragua (1979) Nigeria (1984)  
North Korea (1976) Panama (1978) Papua New Guinea (1981) Paraguay (2000)  
Peru (1984) Rwanda (1976) Saint Lucia (1979) Saint Vincent and G. (2002)  
São Tomé and Príncipe (1978) Seychelles (1977) Sierra Leone (1980)  
Solomon Islands (1981) South Africa (2004) South Sudan (2011)  
St. Kitts and Nevis (1987) Surinam (1982) Swaziland (1980) Syria (1980)  
Tanzania (1978) Timor-Leste (2002) Togo (1976) Trinidad and Tobago (1986)  
Tuvalu (1981) Uganda (1979) Uruguay (2005) Vanuatu (1980) Venezuela (1982)  
Vietnam (1976) Yemen (1977) Yugoslavia (1984) Zambia (1979)  
Zimbabwe (1980)

Fonte: Cortesia do Dr. Pedro Pinto Leite (WSRW).

Legenda: A azul, todos aqueles que por motivo algum, recuaram no reconhecimento da RASD. Alguns destes referidos Estados, voltaram posteriormente a reatar e a admitir a RSD como um Estado.

## Anexo nº3

Nota: No anexo nº3 estava previsto a colocação por escrito da entrevista realizada com o Dr. Pedro Pinto Leite. No entanto devido à extensão da mesma (aproximadamente 2 e 30h), esta estará apenas disponível em áudio, no CD que acompanha esta mesma dissertação de mestrado.

# Bibliografia

## Documentos Oficiais

ONU (1996) *Discurso de Douglas Dryden, representante militar dos EUA para a MINURSO, durante o quarto comité das Nações Unidas, em 7 de Outubro*. Disponível em <http://www.arso.org/Dryden-96.htm> [Consultado em 5 de Janeiro de 2012].

ONU (2000) *Relatório do Secretário-geral ao Conselho de Segurança sobre a situação relativa ao Sahara Ocidental, em 17 de Fevereiro*. Disponível em <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N00/301/87/IMG/N0030187.pdf?OpenElement> [Consultado em 15 de Dezembro de 2011].

ONU (2005) *Resolução A/RES/60/111 da Assembleia Geral, sobre atividades económicas e outras, que afetam os interesses das populações dos territórios não autónomos, de 8 de Dezembro*. Disponível em <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N05/494/26/PDF/N0549426.pdf?OpenElement> [Consultado em 12 de Dezembro de 2012].

ONU (1992) *Resolução A/RES/47/15 da Assembleia Geral, sobre atividades de interesses económicos estrangeiros que impedem a implementação da Declaração sobre a concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais nos territórios sobre domínio colonial e os esforços para eliminar o colonialismo, o apartheid e a discriminação Racial na África Austral, em 16 de Novembro*. Disponível em <http://www.un.org/Depts/dhl/resguide/r47.htm> [Consultado em 21 de Dezembro de 2011].

ONU (1965) *Resolução 2072 (XX) da Assembleia Geral, sobre a questão de Ifni e do Sahara Espanhol, em 16 de Dezembro 1965*. Disponível em <http://www.un.org/documents/ga/res/20/ares20.htm> [Consultado em 18 de Dezembro de 2011].

ONU (1991) *Resolução A/RES/45/266 da Assembleia Geral, sobre o orçamento para a MINURSO, em 17 de Maio*. Disponível em <http://www.un.org/Depts/dhl/resguide/r45.htm> [Consultado em 18 de Dezembro de 2011].

ONU (1991) *Resolução A/RES/46/64 da Assembleia Geral, sobre atividades de interesses económicos estrangeiros que impedem a implementação da Declaração sobre a concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais nos territórios sobre domínio colonial e os esforços para eliminar o colonialismo, o apartheid e a discriminação Racial na África Austral, em 16 de Novembro*. Disponível em <http://www.un.org/documents/ga/res/46/a46r064.htm> [Consultado em 23 Janeiro de 2012].

OUA (1963) *Carta que dá origem à Organização de Unidade Africana, atual União Africana, assinada em Addis Abeba, em 25 de Maio*. Disponível em

[http://www.au.int/en/sites/default/files/OAU\\_Charter\\_1963.pdf](http://www.au.int/en/sites/default/files/OAU_Charter_1963.pdf) [Consultado em 22 de Dezembro de 2011].

TIJ (1975) *Parecer Consultivo emitido pelo Tribunal Internacional de Justiça a propósito da questão do Sahara Ocidental*, em 16 de Outubro. Disponível em [www.icj-cij.org/docket/files/61/6195.pdf](http://www.icj-cij.org/docket/files/61/6195.pdf) [Consultado em 27 Janeiro de 2012].

## Livros

Akunin, Boris (2004) *Leviatã*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva.

Braga, Maestri et al. (2009) *Capitalismo e Questão Racial*. Rio de Janeiro: Editora Corifeu.

Brecher, Michael; Wilkenfeld, Jonathan (2000) *A Study of Crisis*. Michigan: University of Michigan Press.

Chapaux, Vincent (2006) "The Question of the European Community-Morocco Fisheries Agreement" in Leite, Arts; Pedro, Karin (eds.) *International Law and the Question of Western Sahara*. Leiden: International Platform of Jurists for East Timor.

Chomsky, Adam (1992) *What Uncle Sam really wants*. Berkeley: Odonian Press.

Copson, Raymond (1994) *Africa's wars and prospects for peace*. New York: M.E.Sharpe, Inc.

Cordesman, Anthony (2002) *A Tragedy of Arms: Military and Security Developments in the Maghreb*. Westport: Praeger Publishers.

Cravinho, João (2002) *Visões do Mundo: as relações internacionais e o mundo contemporâneo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Cross, Megan (2007) *King Hassan II: Morocco's messenger of peace*. University of Kansas: International Studies.

Diallo, Garba (1993) *Mauritania - The other Apartheid?* Uppsala: The Nordic Africa Institute.

Donnelly, Jack (2000) *Realism and International Relations*. New York: Cambridge University Press.

Elman, Colin (1996) *Horses for Courses: Why not Neorealist Theories of Foreign Policy*. London: Security Studies.

Eur (2003) *Middle East and North Africa 2003*. London and New York: Routledge.

Eur (2008) *Middle East and North Africa 2008*. London and New York: Routledge.

Ferguson, Yale; Mansbach, Richard (1988) *The Elusive Quest: Theory and International Politics*. Columbia: University of South Carolina Press.

Freedman, Robert (1998) *The Middle East and the peace process: the impact of the Oslo Accords*. University Press: Florida.

- Freidel, Burt Frank; Freidel, Frank; Sidey, Hugh (1999) *Presidents of the United States of America*. Washington D.C: White House Historical Association.
- Garnett, John (1984) *Commonsense and the Theory of International Politics*. London: Macmillan.
- Gilpin, Robert (1986) "The Richness of the Tradition of Political Realism" in Keohane, Robert (ed) *Neorealism and its Critics*. New York: Columbia University Press.
- Goldstein, Erik (1992) *Wars and Peace Treaties: 1816 to 1991*. London and New York: Routledge.
- Hernandez, Leila Leite (2005) *África na sala de aula*. São Paulo: Selo Negro.
- Heyns, Christof (2001) *Human Rights Law in Africa 1998*. New York: Springer.
- Irwin, Abrams (2001) *The Nobel Prize and the Laureates: An Illustrated Biographical History 1901-200*. Boston: G.K.Hall.
- Jensen, Erik (2005) *Western Sahara: Anatomy of a Stalemate*. Colorado: Lynne Rienner Publishers, Inc.
- Leite, Arts; Pedro, Karin (eds.) (2006) *International Law and the Question of Western Sahara*. Leiden: International Plataform of Jurists for East Timor.
- Linklater, Andrew (2000) *International Relations: Critical Concepts in Political Science, Volume 4*. London and New York: Routledge.
- Maquiavel, Nicolau (1998) *O Príncipe*. São Paulo: Martin Claret.
- Morgenthau, Thompson; Hans, Kenneth (1993) *Politics among Nations: the struggle for power and peace*. New York: McGraw-Hill.
- Mundy, Jacob (2009) "The Morocco-Polisario War for Western Sahara" in Rubin, Barry (ed.) *Conflict and Insurgency in the Contemporary Middle East*. London :Routledge.
- Mundy, Zunes; Jacob, Stephen (2010) *Western Sahara: War, Nationalism and Conflict Irresolution*. New York: Sycaruse University Press.
- Nanjira, Daniel (2010) *Africa Foreign Policy and Diplomacy: from Antiquity to the 21<sup>st</sup> century*. Westport: Praeger Publishers.
- Naylor, Phillip (2009) *North Africa: A History from Antiquity to the Present*. Austin: University of Texas Press.
- Ohaegbulam, Festus (2004) *U.S Policy in Postcolonial Africa: Four Study Cases in Conflict Resolution*. New York: Peter Lang Publishing.
- Opello, Walter; Wheeler, Douglas (2010) *Historical Dictionary of Portugal*. Plymouth: Scarecrow Press.
- Pazzanita, Anthony (2006) *Historical Dictionary of Western Sahara: third edition*. Maryland: Scarecrow Press, INC.
- Pennell, Richard (2001) *Morocco since 1830: a history*. New York: University Press.

Publications, International Business (2004) *Morocco Foreign Policy and Government Guide, Volume 1*. USA: International Business Publications.

Rubin, Barry (2009) *Conflict and Insurgency in the Contemporary Middle East*. London: Routledge.

Scheiner, Charles (2006) "Self-determination requires more than political independence: recent developments in Timor-Leste" in Leite, Arts; Pedro, Karin (eds.) *International Law and the Question of Western Sahara*. Leiden: International Platform of Jurists for East Timor.

Seddon, David (2006) *A Political and Economic Dictionary of Africa*. London and New York: Routledge.

Shelley, Toby (2004) *Endgame in the Western Sahara: What future for Africa's Last colony?* London and New York: Zed Books.

Thomas, Darryl (2001) *The Theory and Practice of Third World Solidarity*. Westport: Praeger Publishers.

Thompson, Virginia; Adloff, Richard (1980) *The western Saharans: background to conflict*. New Jersey: Barnes & Noble.

Thucydides (1954) *History of Peloponnesian War*. London: Penguin Classics.

Venâncio, José (2009) *O Fato Africano: Elementos para uma Sociologia de África*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco.

Waslt-Walter, Doris (ed) (2011) *The Ashgate Research companion to Border Studies*. University of Bern: Ashgate Publishing Ltd.

Wright, Donald (2010) *The world and a very small place in Africa: a history of globalization in Niimi, The Gambia*. New York: M.E.Sharpe.

Zoubir, Yahia (2006) "Geopolitics and realpolitik as impediments to the resolution of conflict and violations of international law: the case of Western Sahara" in Leite, Arts; Pedro, Karin (eds.) *International Law and the Question of Western Sahara*. Leiden: International Platform of Jurists for East Timor.

## Publicações Periódicas

Aggad, Faten (2004) "Western Sahara: understanding the conflict and its deadlock" *African Institute of South Africa*. 4-6.

Group, International Crisis (2007) "Western Sahara: The Cost of Conflict" *Middle East /North Africa Report*. 2-21.

Jasinski, Stephen (2010) "Mineral Commodity Summaries" *United States Geological Survey*. 118-119.

Lacerda, Gustavo Biscaia de (s.d.) “Algumas Teorias das Relações Internacionais: Realismo, Idealismo e Grocianismo” *InterSaberes Revista Científica*. 3-16.

Legro, Jeffrey; Moravcsik, Andrew (1998) “Is Anybody Still a Realist?” *Weathered Center for International Affairs Harvard University, Working Paper Series 98-14*. 1-51.

Leite, Pedro Pinto (s.d) “International legality vs realpolitik: The Cases of Western Sahara and East Timor” *The Nordic Africa Institute*. 11-16.

Miguel, Carlos Ruiz (2005) “Sáhara Occidental 1975-2005: cambio de variables de un conflict estancado” *Real Instituto Elcano de Estudios Internacionales y Estratégicos*. 2-5.

Miyares, Mera Águeda (s.d.) “Sàhara Occidental” *Institut des Drets Humans de Catalunya*. 7-35.

Mundy, Stephan; Jacob, Maria (2006) “A Battlefield transformed: from Guerrilla Resistance to Mass Nonviolent Struggle in the Western Sahara” *Journal of Military and Strategic Studies*. 2-30.

Olsson, Claes (ed) (2006) “The Western Sahara Conflict: The Role of Natural Resources in Decolonization” *Current African Issues*. 2-30.

Kaufman, Robert (2006) “Morgenthau’s Unrealistic Realism” *Yale Journal of International Affairs*. 24-27.

Kauwenbergh, Steven (2010) “World Phosphate Rock Reserves and Resources” *IFDC: Principal Scientist Research and Development Division 2010*. 7-36.

## Fontes Internet

Benseyó, János - “Western Sahara” *Africa Studies in Hungary*, [http://www.kalasznyikov.hu/dokumentumok/besenyo\\_western\\_sahara.pdf](http://www.kalasznyikov.hu/dokumentumok/besenyo_western_sahara.pdf) [Consultado em 20 de Novembro de 2011].

Central Intelligence Agency - The World Factbook “Western Sahara” <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/wi.html> [Consultado em 17 de Novembro de 2011].

Central Intelligence Agency - The World Factbook “Morocco” <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/mo.html> [Consultado em 17 de Novembro de 2011].

Central Intelligence Agency - The World Factbook “Mauritania” <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/mr.html> [17 de Novembro de 2011].

Comissão Europeia “Acordo de Pesca entre União Europeia e Marrocos” [http://ec.europa.eu/fisheries/cfp/international/agreements/morocco/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/fisheries/cfp/international/agreements/morocco/index_en.htm) [Consultado em 19 de Dezembro 2011].

FishElsewhere “EU Council formally adopts one-year extension of EU - Morocco fish deal” <http://www.fishelsewhere.eu/a140x1311> [Consultado em 17 de Outubro 2011].

FishElsewhere “Slipt EU Council decides to renew Eu-Morocco fish pact” <http://www.fishelsewhere.eu/a140x1304> [Consultado em 17 de Outubro 2011].

Humans Right Watch (1995) “Keeping it Secret: The United Nations Operation in the Western Sahara” <http://www.unhcr.org/refworld/publisher,HRW,,ESH,3ae6a7e28,0.html> [Consultado em 20 de Dezembro 2011].

IndexMundi “Rock Phosphate Monthly Price - Euro per Metric Ton” <http://www.indexmundi.com/commodities/?commodity=rock-phosphate&currency=eur> [Consultado em 20 Dezembro de 2011].

Mearsheimer, John (s.d.) “E.H.Carr vs Idealism: The Battle Rages on” International Relations Sage Publications, <http://ire.sagepub.com/content/19/2/139.full.pdf+html> [Consultado em 21 de Dezembro de 2011]

Moroccan Sahara “An Analytic Reading of the Advisory Opinion Relative to the Question of The Moroccan Sahara” <http://www.moroccansahara.net/page.php?IDA=110> [Consultado em 15 de Dezembro de 2011].

NickBrooks “Western Sahara Project: Environmental and Cultural Change in Arid Northwest Africa” <http://www.nickbrooks.org/WS/WSahara.htm> [Consultado em 10 de Janeiro de 2012].

New York Times “Morocco, Defending Claim in the Desert, Exerts a Hand on Neighbor's Vote” <http://www.nytimes.com/1995/03/05/world/morocco-defending-claim-in-the-desert-exerts-a-hand-on-neighbor-s-vote.html?scp=1&sq=western+sahara&st=nyt> [Consultado em 20 de Dezembro de 2011].

Norwegian Refugee Council “Occupied Country, Displaced People” [http://www.nrc.no/arch/\\_img/9258989.pdf](http://www.nrc.no/arch/_img/9258989.pdf) [Consultado de 12 de Janeiro de 2012]

Organização das Nações Unidas “The United Nations and Decolonization” [http://www.un.org/en/decolonization/questions\\_answers.shtml](http://www.un.org/en/decolonization/questions_answers.shtml) [Consultado em 12 de Setembro de 2011].

Western Sahara Resource Watch “Two Eu Parliament committees reject EU - Morocco Fish Pact” <http://www.wsrw.org/a105x2163> [Consultado em 8 de Novembro de 2011].

Western Sahara Resource Watch “The phosphate exports” <http://www.wsrw.org/a117x521> [Consultado em 21 Dezembro de 2011].

Wessex Explotaration “Worldwide Oil And Gas Exploration” <http://www.wessexexploration.com/> [Consultado em 21 Dezembro de 2011].

## Entrevistas

Leite, Pedro Pinto (2011) Entrevista Pessoal. São Paio do Mondego, Portugal. Secretário-Geral da Western Sahara Resource Watch. 7 de Agosto de 2011.

Benayich, Karima (2011) Lisboa. Embaixadora de Marrocos em Portugal em entrevista a Nuno Rogeiro, no programa Sociedade das Nações. 16 de Maio. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=wataHHLno70> [Consultado em 26 de Agosto de 2011].

